UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Hemerson dos Santos Junior

"QUE POLÍCIA!"

EMBATES ENTRE IMPRENSA E POLÍCIA NO ALVORECER REPUBLICANO (RIO DE JANEIRO, 1898 – 1899)

Salvador, 2022

HEMERSON DOS SANTOS JUNIOR

"QUE POLÍCIA!"

EMBATES ENTRE IMPRENSA E POLÍCIA NO ALVORECER REPUBLICANO (RIO DE JANEIRO, 1898 – 1899)

Dissertação apresentada como requisito para obtenção de grau de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Profa. Dra. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque

Salvador – BA

2022

RESUMO

O objetivo principal dessa dissertação é analisar a representação da polícia do Distrito Federal na imprensa periódica do Rio de Janeiro durante os anos de 1898 e 1899. Foi durante esse período que Sampaio Ferraz, eminente político de então, assumiu pela segunda vez o cargo de chefe de polícia e buscava reformar a instituição. Trata-se de pesquisa no campo da história social, levando em consideração questões que afetavam o cotidiano urbano da capital federal e os costumes da população. No primeiro capítulo discutiremos o perfil de Sampaio Ferraz e o contexto histórico dos anos de 1898 e 1899. No segundo capítulo discutiremos um roubo ocorrido no Rio de Janeiro e as discussões que surgiram a partir desse fato. No terceiro capítulo buscamos entender os recursos utilizados pelos jornais para minar o capital político do chefe de polícia. As principais fontes são a imprensa, correspondência policial e administrativa.

Palavras-chave: Sampaio Ferraz; chefe de polícia; imprensa; polícia; crime.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to analyze the portrayal of the Federal District's police in Rio de Janeiro's press during the years 1898 and 1899. It was during this period that Sampaio Ferraz, eminent politician at the time, assumed the role of police's chief officer at the Federal District for the second time and sought to reform the institution. Our analysis is based on social history, taking into account issues that affected the population's daily life. In the first chapter, we will discuss Sampaio Ferraz's profile and its context. In the second chapter, we will discuss a robbery that took place in Rio de Janeiro and its consequences. In the third chapter, we seek to analyze the expedients used by the press to undermine Ferraz's political image.

Key- words: Sampaio Ferraz; police's chief officer; police; press; crime.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Publicação do Correio do Povo, jornal de Sampaio Ferraz, comemorando a Proclamação da República em 1889. _____p. 7

Imagem 02: Enigma publicado na segunda página da Gazeta de Notícias no dia 27 de novembro de 1898, edição N.331._____p. 37

Imagem 3: Enigma publicado na segunda página do O Paiz no dia 10 de novembro de 1898, edição N.5150. _____p. 38

Imagem 04: Enigma publicado na segunda página do O Paiz no dia 10 de novembro de 1898, edição N.5150. _____p. 39

Imagem 5- buraco por Julião Machado, in: A Imprensa. Roubo Audacioso. Ed. 63 de 06 de dezembro de 1898. _____p. 69

Imagem 6: Imagem 6: Como os ladrões atacam pela garganta (Pagina 29 do livro Os Ladrões do Rio)_____ _p.74

Imagem 7: Como os ladrões operam nos galinheiros (Página 69 do livro Os Ladrões do Rio) _____ p. 75

Imagem 8: Fotografia Alexandre Bruto (Retrato publicado na página 62 do livro Os Ladrões do Rio) _____p. 86

Imagem 9: Assinatura de Augusto Gomes (Batatinha) _____ p.121

Imagem 10: Assinatura feita por Batatinha a rogo. _____ p.121

Imagem 11: Assinatura de Francisco de Almeida, o Chico Carioca. _____ p. 121

Epígrafe

"Mas o brasileiro, pelo fato de ser bacharel, julga-se habilitado a exercer qualquer cargo. Elle entende de tudo e acredita que pode ser hoje jornalista, amanhã diretor de banco e no dia seguinte delegado."[1]

[1] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias* (RJ), ed 350 de 16 de dezembro de 1898.

Sumário

Apresentação 9
Capítulo 1. Imprensa e Sampaio Ferraz: rascunhos de um projeto policial 16
1.1 A posse presidencial de 1898 17
1.2 O cidadão Sampaio Ferraz 21
1.3 A "polícia futura" de Sampaio Ferraz nas páginas do jornal 27
1.4 Planos e projetos de controle policial 43
1.5 Praças brancos ou homens de "bom comportamento" 50
Capítulo 2. O Roubo da Casa Luiz de Rezende: investigações possíveis 58
2.1 Os "ladrões no Rio", segundo um delegado 59
2.2 Crimes "dignos de menção" 64
2.3 "Guardas pretos" para vigiar os esgotos: a hierarquia racial do crime 70
2.4 "Os ladrões que vencem obstáculos" 76
2.5 Jornalismo, sensacionalismo e opinião pública *90*

Capítulo 3 – Que polícia! O declínio de Sampaio Ferraz e a campanha da imprensa. 96
3.1 A desilusão 96
3.2 Problemas diversos: Que polícia! 100
3.3 Indício de extorsão 102
3.4 A prisão de um português 104
3.5 Gatunos na polícia 107
3.6 Chico Carioca, Cadete Transação e Batatinha 111
3.7 Delegados e conflito institucional: o poder de quem manda 122
3.8 O contra-ataque 127
3.9 O adeus de Sampaio Ferraz 130
Considerações finais 132
Fontes 135
Referências bibliográficas 139

Agradecimentos

Começo agradecendo à minha orientadora, professora Dra. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque. Foi uma honra ter sido seu orientando. Durante a graduação, quando eu lia seus textos, não imaginava que um dia eu teria o privilégio de trabalhar junto com você. Obrigado pela atenção, pelas leituras criteriosas, pelas indicações e pela confiança.

Agradeço à linha de pesquisa e grupo de estudos Escravidão e Invenção da Liberdade.

Agradeço à Universidade Federal da Bahia e ao PPGH-UFBA por acreditar no presente trabalho. Também agradeço aos funcionários e funcionárias do restaurante universitário da UFBA, sobretudo de São Lázaro.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento.

Agradeço ao professor Dr. Marcos Bretas, que muito gentilmente me recebeu na UFRJ quando estive no Rio de Janeiro em missão de pesquisa. Sua ajuda foi fundamental para o desenvolvimento do presente trabalho.

Agradeço ao Thiago Torres Medeiros, que tive o prazer de conhecer em um evento virtual da ANPUH-RJ. Thiago foi extremamente gentil e compartilhou comigo o livro de Vicente Reis, fonte essencial para o desenvolvimento da dissertação.

Agradeço à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) pela minha formação inicial. Agradeço à professora Dra. Dulceli Estacheski, que durante a graduação sempre me incentivou a seguir a carreira acadêmica. Agradeço ao professor Dr. Everton Carlos Crema, que foi meu orientador de Iniciação Científica. Agradeço ao professor Dr. Ilton Cesar Martins, ao professor Dr. Jefferson William Gohl e à professora Dra. Kelly Cristina Benjamim Vianna, que foram meus professores durante a graduação.

Agradeço à professora Dra. Larissa Romanello, sem ela esse trabalho não existiria.

Agradeço aos meus amigos. Patrick, Lucas, Dunezeu, Rafael, Janaina, Carol, Lude e Beatriz, obrigado pela companhia em Salvador. Gabriel Covalchuk, Julio Ernesto, Alessandro Cerqueira, Angelo Gomes, Alanna Freitas, Érica, Ricardo, Jucimar e Lucas, estudar com vocês foi massa, BBMP. Sara Vitória Monteiro, Gabriel Magalhães e Camila Paiva, obrigado pela amizade de vocês. Camila Simioni e Flávio Caetano, obrigado por possibilitarem a minha estada em Salvador.

Apresentação

Na manhã do dia 5 de dezembro de 1898, uma notícia impactante circulava na cidade do Rio de Janeiro: um roubo havia ocorrido na principal rua da capital federal. Por meio de um túnel aberto diante de uma joalheria localizada na rua do Ouvidor, esquina com a rua dos Ourives, foi subtraída grande quantidade de joias. A ação criminosa foi ousada. Os jornais da cidade retratavam o acontecimento como um roubo excepcional, ou seja, algo que provocaria uma "sensação" nos leitores, ouvintes e curiosos. Mas que sensação seria essa?

De acordo com a historiadora Marilia Rodrigues de Oliveira, tais narrativas faziam parte do cotidiano dos jornais brasileiros do final do século XIX e início do século XX[2]. Esse acontecimento "sensacional" compunha um universo jornalístico e literário que interrelacionava diversas questões que dizem respeito ao universo social e ao universo cultural do período. Essa "sensação" poderia ser transmitida através de narrativas bem amarradas a fim de transmitir medo, angústia, aflição, indignação e uma série de sentimentos que os seres humanos são capazes de sentir. E, naqueles primeiros anos da república, a imprensa era o principal agente de disseminação, por meio das notícias, de certas sensações que lhe pareciam próprias ao mundo urbano e do tempo do pós-abolição.

Roubos dessa magnitude não eram tão frequentes no período em questão. Em 1903, o delegado Vicente Reis publicou *Os ladrões do Rio*, nessa obra o delegado citou somente três crimes "dignos de menção" que aconteceram na capital federal entre os anos de 1898-1903, dentre eles está o caso em questão[3]. Mas, mesmo esse sendo um acontecimento incomum, quando direcionamos a lupa para o contexto, percebemos um campo de intensas disputas políticas e conflitos de interesses dada a estruturação da ordem republicana que, de certa forma, se relacionam com a narrativa do crime na imprensa. No caso da narrativa em questão, ao longo da pesquisa, percebemos que a redação de alguns

[2] OLIVEIRA, Marília Rodrigues. A tragédia da rua Januzzi: narrativas sensacionais, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República. Dissertação (mestrado em história). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014.
[3] REIS, Vicente. Os ladrões do Rio. Rio de Janeiro: Lammert, 1903.

jornais direcionava a culpa do roubo para o chefe de polícia. Era a ineficiência do policiamento que, segundo os articulistas, tornava a vida cotidiana na principal capital do país mais perigosa. Para além da própria discussão a respeito da narrativa sensacional, ao narrar o caso, a imprensa leva a todos a se perguntarem: Como um roubo tão grandioso pode ser realizado na principal rua da cidade sem que ninguém percebesse? Quem foi o autor ou os autores desse crime? Não havia policiamento nas áreas centrais da cidade? E, principalmente, por que a responsabilidade recaiu sobre o então chefe de polícia, Sampaio Ferraz, exatamente no início do mandato presidencial de seu primo, Campos Sales?

Pretendemos responder à algumas dessas questões ao longo do trabalho.

Muitos pesquisadores já se debruçaram para estudar a imprensa no Brasil nas primeiras décadas da República. A obra de Nelson Weneck Sodré é, sem dúvida, uma das mais citadas em trabalhos que envolvem o tema. Publicada em 1966, ou seja, há mais de 50 anos, a *história da imprensa no Brasil* permanece como uma grande referência[4]. Uma publicação mais recente, que busca revisitar algumas questões levantadas por Nelson Werneck, é fruto do trabalho de Marialva Barbosa, *História da imprensa no Brasil*, publicado em 2007. Os livros intitulados *história cultural da imprensa no Brasil* trazem outra perspectiva acerca do tema, além de traçar um panorama geral do campo[5].

A produção historiográfica sobre a imprensa é extensa. Existem trabalhos que utilizam a imprensa como objeto ou como fonte de pesquisa das mais diversas correntes historiográficas e com uma variedade imensa de abordagens possíveis, mapear esse universo é um trabalho extremamente complexo e delicado. É nesse sentido que a historiadora Tania Regina de Luca se destaca. Buscando fazer uma análise aprofundada sobre as diversas dimensões teóricas e metodológicas acerca do uso da imprensa como fonte e objeto de pesquisa, a autora mapeou as abordagens e possibilidades de uso da imprensa periódicas nas diversas escolas e correntes historiográficas[6]. Dentre as escolas, correntes e perspectivas discutidas pela autora há a tão polêmica virada linguística, que colocou a narrativa sob foco de análise.

---

[4] SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
[5] BARBOSA, Marinalva. História Cultural da Imprensa (1800-1900). Rio de Janeiro: MAUDAX, 2007, v. 1. e BARBOSA, Marinalva. História Cultural da Imprensa (1900-2000). Rio de Janeiro: MAUDAX, 2007, v. 1.
[6]LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos (Fontes impressas). In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. ; LUCA, Tania Regina de (org). Práticas de pesquisa histórica. São Paulo: Contexto, 2020.

As perspectivas abertas pela virada linguística foram consideradas no desenvolvimento da nossa pesquisa, sobretudo no que diz respeito ao formato narrativo dos jornais ao se referirem á polícia e ao chefe de polícia. Longe de nos deixarmos influenciar pela possibilidade de negar os fatos e nos atermos somente ao universo narrativo, aqui buscamos considerar elementos oriundos das possibilidades de abordagem da história cultural sem perder de vista a história social.

No presente trabalho, não buscaremos reduzir a imprensa ao papel de simples muleta para confirmação de hipóteses. A imprensa é parte fundamental e estruturante da nossa pesquisa. Também não nos propomos a fazer uma história da imprensa em si, nosso objeto é outro. Nosso objeto é a polícia carioca nos primeiros anos do governo de Campos Sales e sua representação na imprensa. Nesse sentido buscaremos analisar os recursos discursivos representados na imprensa periódica como meio de análise, principalmente no segundo capítulo onde trataremos propriamente do roubo de sensação que relatamos nos primeiros parágrafos dessa introdução.

Quando pensamos na produção historiográfica interessada em analisar a atuação da polícia e o crime através da imprensa, identificamos pesquisas de qualidade demonstram que é possível escrever uma história social sem ficar restrito ao universo institucional, burocrático e estrutural dos jornais. Como exemplo disso podemos citar a tese de doutoramento em história social intitulada *"O paraíso dos ladrões": crimes e criminosos nas reportagens policiais na imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920)*, defendida por Ana Vasconcelos Ottoni[7]. Nesse trabalho, Ana Ottoni buscou discutir a representação do crime e dos criminosos nas reportagens policiais, e, para isso analisou as visões acerca do crime e a própria tendência jornalística de explorar comercialmente os crimes nas páginas do jornal. Muitos estudos recentes têm seguido a mesma perspectiva.

Para o presente trabalho, tomamos a imprensa para discutir aspectos da capital federal nos anos de 1898 e 1899. Através dos jornais foi possível acessar um universo complexo e pulsante, onde fica evidente os conflitos de interesse, a luta política e a questão da opinião pública durante os dois primeiros anos do governo Campos Sales. Para os propósitos desta pesquisa, a imprensa compõe o objeto a ser investigado, já que a análise

[7]OTTONI, Ana Vasconcelos. O paraíso dos ladrões: crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa. (Rio de Janeiro, 1900-1920). Tese de Doutorado, UFF, Rio de Janeiro, 2012.

diz respeito aos assuntos policiais abordados nos jornais *O Paiz, A Imprensa*, e *Gazeta de Notícias*.

O principal periódico aqui analisado é a *Gazeta de Notícias*, criado em 1874, pelo jornalista Ferreira de Araújo. Sobre o partidarismo da *Gazeta de Notícias*, cabe sinalizar que, desde sua fundação, o periódico assumiu posicionamento em prol da causa republicana. De acordo com Nelson Werneck Sodré (1966), o surgimento da *Gazeta de Notícias* foi o acontecimento jornalístico do ano de 1874. Uma das questões destacadas pelo autor diz respeito ao preço do jornal, cerca de 40 réis o exemplar em 1897[8], isso possibilitou uma maior distribuição e maior circulação entre as pessoas de diferentes classes sociais. Além do preço acessível, Sodré, citando Lucio de Mendonça, considera que a reforma nos meios jornalísticos teve grande influência de Ferreira de Araújo, fundador da *Gazeta de Notícias*, que passou a dar espaço à literatura e às grandes questões, desprezando as misérias e mesquinharias da política.

No caso da Primeira República, a força simbólica por trás das páginas da imprensa podia ser capaz de desencadear verdadeiros conflitos, principalmente quando pensamos em uma folha de grande circulação como é o caso da Gazeta de Notícias. Sob o escudo de atenderem aos propósitos da opinião pública, alguns jornais, dada a sua filiação partidária, puderam se revestir com uma armadura que fundamentava sua posição de crítica às formas de policiamento e se blindavam contra possíveis represálias das autoridades. Sob o forte signo do "perigo das ruas", com a retórica de que expressavam a preocupação popular, analisar os jornais nos permite acessar e discutir questões importantes, principalmente no campo da disputa de narrativa sobre a vida urbana na capital da recente república, tão impregnada de uma lógica socio racial excludente e cidadania restritiva.

Grandes pesquisadores se dedicaram a estudar a história da polícia e a história do crime no Brasil. Dentre eles, o historiador Marcos Luiz Bretas. Com a publicação de *Guerra nas Ruas*, em 1997, ele se tornou uma referência para o campo.[9] Nele, Marcos Bretas busca estudar as relações entre a polícia e o povo que vivia na capital da República, adentrando e esmiuçando a organização e o funcionamento das forças policiais, indicando conflitos entre as forças públicas e demonstrando quão complexo era essa questão. Outro

[8] A título de comparação, o salário de um servente no mesmo ano era de 75 mil réis. Para mais valores de referência, ver: DAMAZIO, Sylvia. Retrato social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.
[9] BRETAS, Marcos Luiz. A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

ponto que chama atenção é a discussão sobre a polícia como uma máquina estatal de apadrinhamento político e trampolim para a carreira de advogados e bacharéis em direito. Em casos mais específicos, a polícia servia para alçar esses indivíduos ao cargo de ministro do STF, conforme demonstrou Bretas, ao mapear os 14 chefes de polícia do Distrito Federal que atuaram entre os anos de 1889 e 1910 e constatar que dos 14, 9 foram promovidos ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal[10].

Recuando temporalmente, há estudos sobre o policiamento na cidade do Rio de Janeiro durante o período imperial. Outra pesquisa de destaque foi desenvolvida por Thomas Holloway (1997)[11] e publicada em *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Holloway faz uma extensa análise que perpassa quase todo o século XIX e discute os projetos para policiamento e o deslocamento de prioridades durante as mudanças políticas que ocorreram. Embates sobre a monopolização da força pelo Estado, a substituição do capitão do mato pelo policial, as disputas entre a guarda nacional, exército regular e guarda municipal, enfim, o trabalho é riquíssimo e nos serve como base para compreender a organização histórica do policiamento das ruas da cidade do Rio de Janeiro.

Os dois trabalhos citados, de Bretas e Holloway, abordam o tema da polícia de perspectivas diferentes, mas complementares. Bretas trabalhou com o período republicano enquanto Holloway discutiu o período de 1808 a 1889. Além dessa diferença temporal, há outra de abordagem. Bretas tinha a preocupação de perceber a relação do povo com a polícia, entendida como um braço do Estado. Já Holloway se preocupou com a relação do Estado com a polícia, ou seja, os planos e projetos do Estado para o controle da ordem pública.

Portanto, o presente trabalho nasce com o objetivo de discutir como foram constituídas na narrativa jornalística o debate sobre o policiamento no Distrito Federal entre os anos de 1898 e 1899. O recorte contempla o período em que Sampaio Ferraz ocupou a cadeira de chefe de polícia. Como pretendo assinalar mais adiante, ele, para além do parentesco com o presidente, foi um personagem muito importante na formatação do aparato policial na capital da República.

---

[10] Idem

[11] HOLLOWAY, Thomas. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

A demarcação cronológica desta pesquisa foi guiada pelo objeto de análise. Inicialmente projetamos pesquisar sobre a sociabilidade de gatunos e ladrões no espaço urbano do Distrito Federal. Quando passamos a analisar o material levantado, o ano de 1899 nos chamou atenção. Foi durante esse ano que a *Gazeta de Notícias* passou a publicar uma coluna, de caráter intermitente, intitulada "que polícia!", onde tecia críticas ácidas ao chefe de polícia e ao seu pessoal, ali descritos como: "[...]pessoal de punguista, de escronchantes, de gravateiros, e passador de michas [...]"[12]. Nessa coluna, por algumas vezes, a *Gazeta de Notícias* denunciava que "gatunos conhecidos" estavam trabalhando para a polícia. Ao buscar bibliografia sobre a polícia carioca nos anos de 1898 e 1899 não conseguimos encontrar discussões suficientes para embasar uma pesquisa sobre crime e gatunagem, faltava um material mais específico sobretudo sobre o segundo período em que Sampaio Ferraz assumiu o cargo de chefe de polícia. Foi aí que optamos por mudar o foco da dissertação, não mais trataríamos dos gatunos e ladrões, mas sim da polícia sob as lentes da imprensa nos anos de 1898 e 1899[13].

No presente trabalho, buscaremos analisar as reportagens sobre o policiamento da capital federal noticiadas pela imprensa em duas perspectivas. 1) compreender os planos e projetos que Sampaio Ferraz buscou implementar para regular e policiar a vida na cidade do Rio de Janeiro; 2) analisar a recepção dessas ideias pela *Gazeta de Notícias*, que se vestia com a retórica da opinião pública, se colocando como uma representante da população.

Conforme salientei até aqui, a nossa principal fonte de pesquisa é um dos mais importantes jornais do Rio de Janeiro, a *Gazeta de Notícias*. Ao nos debruçarmos sobre o material levantado percebemos, para além das preocupações da ordem do dia e notícias variadas que compunham o cotidiano de qualquer grande metrópole, uma tensão que escalonava à medida que projetos políticos e ideias práticas iam se revelando no campo da administração pública. Essa tensão latente era entre a *Gazeta de Notícia* e o chefe de polícia Sampaio Ferraz. No primeiro momento a relação entre ambos parecia respeitável e amigável, inclusive, quando anunciado, o chefe de polícia recebeu profundos elogios por parte da imprensa local. O problema é que essa "lua de mel" entre as instituições

[12] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias* ed. 98 de 8 de abril de 1899.
[13] A vontade de escrever sobre gatunos persiste, mas a quantidade escassa de material sobre o período de interesse e sobre a questão do policiamento impossibilitou essa jornada e me fez acreditar que escrever sobre o período poderia ser mais útil, não só para minha pesquisa futura, mas para a construção do conhecimento histórico sobre o tema e período já citados.

durou pouco e entendemos o roubo da casa Luiz de Rezende como peça fundamental para compreendermos a curta estadia de Sampaio Ferraz no cargo de chefe de polícia.

No primeiro capítulo buscamos traçar um panorama contextual político, discutindo aspectos do projeto de policiamento do Distrito Federal no ano de 1898. Havia muita expectativa por parte da imprensa e de diversos setores da sociedade para com a posse do novo presidente da República, o paulista Campos Sales e de seu primo, Sampaio Ferraz. Segundo Marcos Napolitano, o governo Campos Sales teve um papel chave na institucionalização do regime republicano no Brasil, já que foi durante esse período que passou a entrar em vigor a chamada "política dos Estados" ou "política dos governadores".[14] O primeiro capítulo trata do prelúdio e início desse governo, quando analisaremos os projetos pensados por Sampaio Ferraz para o policiamento do Distrito Federal e a repercussão deles na imprensa.

Se no primeiro capítulo tratamos da expectativa, no segundo capítulo buscamos adentrar o mundo policial em si e os desafios da gestão representada nas páginas da imprensa. Utilizaremos como mote o roubo ocorrido na casa Luiz de Rezende. Esse "roubo de sensação" impressionou boa parte da cidade e a polícia de Sampaio Ferraz ficou no centro das atrações. A expectativa e o discurso do chefe de polícia tiveram que ser comprovados na prática. A polícia do Distrito Federal estaria preparada para lidar com um crime desse quilate? É nesse momento que as críticas à ação do chefe de polícia começam a surgir com mais frequência na *Gazeta de Notícias*.

No terceiro capítulo optamos por abordar a parte final da passagem de Sampaio Ferraz pelo cargo de chefe de polícia do Distrito Federal. Optamos por trabalhar com o material mais crítico publicado pela *Gazeta de Notícias*, sobretudo a série de reportagens publicadas sobre o título "Que polícia!". É nessa coluna que a *Gazeta de Notícias* estruturou um canal de denúncias e críticas ao policiamento e aos policiais, criticando inclusive a índole do policial que patrulhava as ruas e os delegados nomeados pelo chefe de polícia. O diálogo e o embate com o chefe de polícia são francos. Diversas questões são levantadas e o jornal chega a cobrar do presidente da República e do ministro da justiça uma posição sobre a questão do policiamento no Distrito Federal. A tensão chegou ao ponto de a imprensa ser proibida de frequentar a sala dos investigadores nas delegacias

[14] NAPOLITANO, Marcos. História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2020.

circunscricionais. Através dessas publicações analisamos os últimos momentos da carreira policial de Sampaio Ferraz.

Capítulo 1 - Imprensa e Sampaio Ferraz: rascunhos de um projeto policial

Neste capítulo buscaremos analisar, a partir de reportagens publicadas ao longo do ano de 1898, as expectativas da ação de Sampaio Ferraz como chefe de polícia, bem como os ideais que norteavam sua visão acerca da polícia no final do século XIX. A análise também contemplará os projetos que se desenhavam na arena política em 1898, principalmente aqueles que tangem o policiamento na capital da República.

Como já bem analisou a historiografia, a questão do policiamento foi fundamental para a estruturação da vida urbana idealizada pelas elites políticas[15]. Thomas Holloway (1997), em seu trabalho sobre a polícia no Rio de Janeiro, já sinalizou para questões acerca do aparelhamento da polícia para fins políticos e para manutenção de interesses das elites. Apesar de fazer uma retrospectiva panorâmica sobre o tema que remonta ao período colonial, o trabalho de Holloway (1997) tem como foco de análise o período do Brasil Imperial. Holloway (1997) analisa exaustivamente a função da polícia e a modificação do aparato de policiamento na então corte imperial, levantando questões importantes acerca das políticas liberais e do processo de monopolização da força pelo Estado. Já sobre a polícia no Brasil republicano, o historiador Marcos Luiz Bretas da Fonseca é quem se destaca. Seu trabalho intitulado *Guerra nas ruas* (1997) foi premiado com o prêmio do Arquivo Nacional de Pesquisa. Nele o autor traz uma análise sobre a relação do povo com a polícia do Distrito Federal, costurando análises políticas e interesses particulares que se relacionavam com o mundo do policiamento, como é o caso dos chefes de polícia que utilizavam seu cargo como trampolim para o supremo tribunal de justiça

No período em que nos propomos a estudar, através da análise da documentação, percebemos que à medida em que políticos sinalizavam para a discussão sobre projetos policiais, os debates se propagavam pelos meios de comunicação de massa. Nestes debates realizados na imprensa, por vezes tensos, as questões raciais e a questão do

[15] Para saber mais sobre as tendencias e abordagens sobre o tema ver: BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. TOPOI, v. 14, p. 162-173, 2013.

ambiente sociocultural eram recorrentes. Assinalar as discussões relativas às hierarquias raciais que circulavam na imprensa e nos gabinetes das autoridades nesse período inicial da República no Brasil, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro é um dos objetivos deste capítulo.

Os planos e projetos policiais refletiam ideias que circulavam nos meios políticos e intelectuais, fossem eles magistrados, médicos, jornalistas ou proprietários de terras e fábricas, que gestaram a República no Brasil. Wlamyra Albuquerque (2009)[16] já chamou atenção para práticas dissimuladas de racismo e racialização da sociedade e, aqui, veremos como essa estratégia política surgia nos debates policiais naquele momento inaugural do governo Campos Sales.

Para analisar esses projetos e planos, trabalharemos com os textos publicados pela *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* ao longo do ano de 1898. Por critérios metodológicos, escolhemos iniciar a discussão partindo do contexto da posse de Campos Sales e da nomeação de Sampaio Ferraz para o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal.

Sampaio Ferraz, que ocupou por duas ocasiões o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal, será o protagonista para entendermos o universo policial e social do Rio de Janeiro de 1898. Falaremos mais sobre ele nas próximas seções. Para isso é necessário fazer um adendo a fim de contextualizar historicamente o período em questão.

1.1 A posse presidencial de 1898

Na segunda-feira, dia 14 de novembro de 1898, véspera da posse de Campos Sales, publicou-se na *Gazeta de Notícias* uma grande retrospectiva sobre o governo do presidente que deixava o cargo, Prudente de Morais. A publicação, que é repleta de elogios, mas também de discussões sobre os problemas enfrentados durante o mandato do primeiro presidente civil do Brasil, servirá como pano de fundo para as questões que abordaremos ao longo deste trabalho.[17]

Na reportagem, dentre as benfeitorias e méritos atribuídos ao governo, o grande destaque dizia respeito a dois episódios vistos como estruturantes do regime republicano:

---

[16] ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
[17] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícia*, ed 319 de 14 de novembro de 1898.

a campanha de pacificação do Rio Grande do Sul (1893-1896) e os combates do exército contra Canudos (1896-1897). De acordo com a retrospectiva, a primeira administração civil republicana foi conturbada por estes episódios [18].

Ainda de acordo com a reportagem, a oposição se fazia presente dentro do próprio Partido Republicano Federal, que acusava o então presidente, Prudente de Morais, de contrariar as determinações do partido e rejeitar o legado deixado pelo governo de Marechal Floriano Peixoto.[19] Todo esse embate político se acirrou quando Prudente de Morais precisou se afastar temporariamente do cargo por questão de saúde, dando lugar ao então vice-presidente, Manuel Victorino[20]. Pessoas de confiança de Prudente deixaram a cúpula do governo por discordarem das posições assumidas pelo presidente em exercício Manuel Victorino, quando este assumiu temporariamente o comando do Executivo. Dentre os sujeitos que deixaram o governo está Rodrigues Alves, que então ocupava a cadeira de ministro da Fazenda e que, anos mais tarde, seria eleito presidente da República. [21]

Durante o período em que ficou à frente do governo federal, entre novembro de 1896 e março de 1897, Manuel Victorino buscou cortar gastos públicos através de um projeto que encabeçou junto com o deputado eleito pelo estado do Mato Grosso, Joaquim Murtinho, que viria a ser ministro da indústria e viação. O plano buscava arrendar as estradas de ferro para diminuir as contas públicas. Ainda de acordo com a reportagem, o projeto foi elogiado no exterior e despertou entusiasmo no espírito público. Prudente de Morais voltou ao cargo e o projeto não foi levado adiante.[22]

---

[18] Para compreender esse contexto de transição ver: MUZZI, Amanda da Silva. Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil, 1893-1897. Dissertação de mestrado (Departamento de História), PUC-Rio, 2006. Para compreender os pormenores da Revolta Federalista ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Revolução Federalista. São Paulo: Brasiliense, 1985. Para questões relacionadas à Canudos ver: PINHEIRO, Alexander Magnus Silva. Uma experiência do front: a Guerra de Canudos e a Faculdade de Medicina da Bahia. Dissertação (mestrado em história). PPGH – Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2009.

[19] As informações trabalhadas fazem parte da publicação da Gazeta de Notícias ed. 319 de 1898. Para saber mais sobre a transição do governo Floriano para o governo civil ver: MUZZI, Amanda da Silva. Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil, 1893-1897. Dissertação de mestrado (Departamento de História), PUC-Rio, 2006.

[20] Manoel Victorino foi um político baiano de grande influência. Foi Presidente do Senado no período 1894-1898, quando ocupou a Vice-presidência da República. Para mais detalhes de sua atuação política, ver: CF. SORMENTO, Silvia Noronha. VITORINO, Manuel. In. ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

[21] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed 319 de 14 de novembro de 1898.

[22] Idem

Quando retornou do afastamento, Prudente enfrentou grandes desavenças dentro do próprio governo, sendo pressionado por ministros nomeados pelo vice-presidente. Toda essa pressão chegou ao ápice em 5 de novembro de 1897, quando o presidente sofreu um atentado que acabou vitimando o Marechal Carlos Machado Bittencourt, nome que a *Gazeta de Notícias* fez questão de enfatizar como eternizado na história por seu ato heróico em defesa do presidente, que representaria o patriotismo máximo da ala militar[23].

O papel da imprensa no primeiro momento republicano há muito foi alvo da atenção dos historiadores. Nelson Sodré (1966) cita em *História da Imprensa no Brasil*, a visão de Max Leclerc, um correspondente de jornal parisiense, que estava no Brasil para cobrir os pormenores dos primeiros anos da República. De acordo com Sodré, Max Leclerc traçou um quadro panorâmico da imprensa brasileira daquele momento, "com algumas observações exatas e agudas"[24].

> [...] A *Gazeta de Notícias* é muito diferente; sua impassibilidade não consiste em registrar passivamente os acontecimentos; tem como redator-chefe o dr. Ferreira de Araujo e nisso está a sua força. O dr. Araújo é um excelente jornalista; julga homens e coisas com condescendente ironia; escreve com precisão, elegância e sobriedade raras; coloco-o nessa elite de brasileiros muito cultos, muito superiores a seus concidadãos. Tem ele temperamento, caráter, estpírito elevado, inteligência aberta. Julgou de pé o Império, declarou-se então republicano por motivos de ordem nacional; proclamada a República, estabelecida a ditadura, conservou sua independência de julgamento. Nas questões que debate, sua opinião é em geral decisiva. Talvez seja o único, em seu jornal e no seu país, a ter uma idéia justa da verdadeira missão do jornalista, mas, sozinho, não conseguirá levar a cabo a tarefa.[25]

Segundo Clara Asperti[26], a *Gazeta de Notícias* continuou sendo comandada pelo seu fundador, Ferreira de Araújo, até 1900, quando ele faleceu. Sabemos que, apesar de ter se transformado em uma sociedade anônima desde meados de 1890, o jornal não diminuiu seu posicionamento como órgão republicano de apoio à situação, tão pouco assumiu um posicionamento acrítico; longe disso. Aparentemente, a autonomia e o poder de crítica foram mantidos, conforme veremos no decorrer desse trabalho.

---

[23] A respeito do impacto político desse atentado sobre a carreira de Manoel Victorino e de outros florianistas jacobinos, ver: MUZZI, Amanda da Silva. Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil, 1893-1897. Dissertação de mestrado (Departamento de História), PUC-Rio, 2006.

[24] SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad. 1999. - p 224, 252.

[25] idem

[26] ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. Contemporânea. Rio de Janeiro. Edição 07 - Vol .4 - Nº2 - Jul/Dez 2006. p45-55.

A detalhada retrospectiva publicada pela *Gazeta de Notícias* no dia 14 de novembro de 1898, mapeou um universo complexo de desavenças políticas, conflitos econômicos e de interesses, também pode ser entendida como uma grande síntese do governo. A publicação retrata diversos fatos e discussões que os editores da *Gazeta de Notícias* queriam eternizar na história[27]. A imagem que gostariam de passar, de forma sintética, é encontrada no próprio texto:

> "[...] o Brasil teve sucessivamente a espada do marechal Deodoro para fundar a Republica, a do marechal Floriano para defendel-a [sic], e depois a serena coragem, e energia tenza [sic] e calma, o escrupuloso respeito á lei do Dr. Prudente de Moraes, que fez nascer o credito na estabilidade das instituições e inaugurou a era de tranquilidade de que certamente saberá utilizar-se o seu digno sucessor para levar a cabo a obra da reorganização financeira, que estão lançadas, com a colaboração de S. Ex., as primeiras bases pelo governo que amanhã termina seu mandato."[28]

Em 16 de novembro de 1898, a *Gazeta de Notícia* publicou em detalhes os principais pontos da cerimônia de posse do novo presidente e do vice-presidente da República, Campos Sales e Rosa e Silva, respectivamente, que havia ocorrido no dia anterior à publicação. De acordo com o relato do periódico, Campos Sales participou de diversas solenidades, discursou e prometeu dar continuidade ao governo de Prudente de Morais.[29] Já no primeiro dia foram nomeados alguns ministros que formariam a cúpula do novo governo, dentre eles, Epitácio Pessoa, escolhido para assumir o ministério de Estado da Justiça e Negócios Interiores.[30] Dentre todos os ministros e autoridades que foram nomeadas pelo presidente, estava Sampaio Ferraz, que assumiu o importante cargo de chefe de polícia da capital da República.

---

[27] HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

[28] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias, ed 319 de 14 de novembro de 1898.

[29] Cláudia Viscardi analisou em vários trabalhos as mudanças e as continuidades entre tais governos. Para os fins de nossa dissertação, destacamos o texto As representações e as práticas políticas republicanas de Campos Sales (2016), redigido de forma conjunta com Vitor F. Figueiredo, em que os autores analisam os discursos proferidos pelo presidente e suas práticas políticas. Ref.: VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. As representações e práticas políticas republicanas de Campos Sales. In: VISCARDI, Claudia M. R.; ALENCAR, José Almino de. A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

[30] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias, ed 320 de 16 de novembro de 1898.

Com base no texto do periódico, percebemos que o início da gestão de Campos Sales representava uma esperança para a República. Entretanto, após o governo provisório e o governo do marechal Floriano, Prudente de Morais, primeiro presidente civil, teve um mandato recheado de conflitos. Precisou lidar com questões importantes e representativas para a consolidação republicana. Foi durante seu mandato que a questão de Canudos veio à tona e o massacre do povoado baiano ocorreu. Foi também durante seu governo que a chamada revolução federalista foi controlada e suprimida. Outro fato marcante foi a disputa entre o presidente Prudente de Morais e o vice-presidente Manuel Vitorino. Toda essa atmosfera nebulosa e conflituosa desencadeou uma série de eventos, como o atentado ao presidente Prudente de Morais.

Acreditamos que, com os eventos indicados na retrospectiva do periódico, a preocupação com a segurança voltou à ordem do dia. Todos esses conflitos republicanos demandavam uma atenção especial. Os ânimos políticos estavam exaltados. O massacre de Canudos, a Revolta Federalista e o atentado contra o presidente de República eram sintomas de que a arena política não vivia tempos harmônicos. Para controlar os ânimos da população da capital federal, Sampaio Ferraz voltou ao cargo de chefe de polícia. Republicano histórico, Sampaio já havia assumido o cargo em 1889, durante o Governo Provisório, justamente sobre a justificativa de manter a ordem na capital.

1.2 O cidadão Sampaio Ferraz

Apesar de protagonista de uma biografia interessantíssima, ainda há poucos trabalhos que tratam especificamente da trajetória de Sampaio Ferraz no agitado cenário político da década de 1890. Dois trabalhos abordam com mais ênfase aspectos diferentes de sua vida. O primeiro é o artigo "*A queda do Império da navalha e da rasteira: a República e os capoeiras*", de autoria de Marcos Luiz Bretas da Fonseca, publicado em 1991.[31] No trabalho, o autor discute a perseguição aos capoeiras empregada por Sampaio Ferraz em 1890, quando assumiu o cargo de chefe de polícia, durante o governo provisório de Marechal Deodoro da Fonseca. O segundo trabalho é a dissertação de

[31] BRETAS, Marcos Luiz. A queda do império da navalha e da rastreira (a República e os capoeiras). Estudos Afro-Asiáticos, ed. 20:239-256. Junho de 1991.

Solange Godoy (2005) *O avô do tempo: diário de um meteorologista 1900-1940*[32], que tem como tema central a trajetória de Joaquim de Sampaio Ferraz, filho de João Batista de Sampaio Ferraz. Solange Godoy trabalha com uma documentação muito rica: os diários de Joaquim. Através dessa documentação a autora aborda questões relevantes, como a própria relação familiar, quando dedica uma seção do seu texto para discutir especificamente João Batista de Sampaio Ferraz como figura paterna.

A pouca produção sobre Sampaio Ferraz não o torna um personagem secundário na história nem na historiografia que pretendemos discutir aqui, muito pelo contrário. Sampaio representou os interesses de um grupo político e teve a oportunidade de discutir e tentar colocar em prática seus projetos para a polícia do Distrito Federal.

Sampaio Ferraz foi um dos históricos parceiros de Silva Jardim[33] e participou efetivamente do movimento jacobino, considerado uma vertente radical, propagandista e nacionalista do movimento republicano[34]. Talvez por isso a sua presença à frente da polícia trouxesse receios aos capoeiras, especialmente aos que se envolveram em grupos políticos, a exemplo da Guarda Negra . Segundo Flávio Gomes, a atuação da Guarda Negra contra o avanço do republicanismo, logo depois da abolição, encontrou forte repressão policial, dadas as vinculações partidárias de autoridades policiais e as relações de poder que se pretendia estabelecer com a população negra naquele cenário de mudanças na estrutura política do país. Por isso, a atuação dele na perseguição aos capoeiras não passou despercebida. De acordo com Marcos Luiz Bretas da Fonseca (1991), uma maior atenção à trajetória de Sampaio Ferraz pode ser extremamente promissora para entender a aplicabilidade do plano de governo jacobino no Brasil. Essa possibilidade se dá através da premissa de que Sampaio Ferraz assumiu um importante cargo no poder executivo durante o regime republicano, o que, de acordo com Bretas, o torna um dos poucos militantes jacobinos a ter essa oportunidade.[35]

---

[32] GODOY, Solange Sampaio. O avô do tempo: diário de um meteorologista. Dissertação (mestrado em história), PUC-Rio, 2005.

[33] Antônio da Silva Jardim (1860-1891) foi jornalista e ativista político, propagandista do movimento republicano.

[34] Para mais informações acerca do jacobinismo no Brasil, ver: CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Também ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas. O antilusitanismo na Primeira República. Niterói: EDUFF, 2017.

[35] BRETAS, Marcos Luiz. A queda do império da navalha e da rastreira (a República e os capoeiras). Estudos Afro-Asiáticos, ed. 20:239-256. Junho de 1991. Ver também: CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 4ed.São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Quando assumiu o cargo de chefe de polícia, Sampaio Ferraz não era um marinheiro de primeira viagem. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, graduou-se em 1878 e, logo em seguida, mudou-se para o Rio de Janeiro. A Faculdade de Direito de São Paulo era um importante espaço de formação da elite liberal que irá defender a agenda de reformas da época: abolição e república[36]. Mas também circulavam naquele ambiente de bacharéis as teorias do racismo científico que orientavam a maioria dos projetos de inspiração liberal gestados por esta elite bacharelesca[37]. A formação dele provinha deste ambiente político e jurídico e o levou a, ainda durante o regime imperial, assumir a função de promotor público adjunto e de promotor público entre os anos 1884 e 1899. No ano de 1888, enquanto o escravismo agonizava, em parceria com João das Chagas Lobato, fundou o jornal *O Correio do Povo*, onde publicava e defendia suas ideias republicanas inspiradas pela Revolução Francesa[38]. Como bem sabemos, o ano era propício à agitação republicana e mudou o rumo do país graças à Abolição.

[36] ALONSO, Angela. Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868- 88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

[37] SCHWARCZ, Lilia Mortiz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930, Companhia das Letras, 1993

[38] Cf. LOPES, Helio Raimundo. FERRAZ, João Batista de Sampaio. In. ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ANNO I — Rio de Janeiro — Sabbado 16 de Novembro de 1889 — N. 118

CORREIO DO POVO

ORGÃO REPUBLICANO

REDACTOR-CHEFE — SAMPAIO FERRAZ

ASSIGNATURA — REDACÇÃO, TRAVESSA DO OUVIDOR N. 14 — GERENCIA E TYPOGRAPHIA, RUA DO HOSPICIO N. 137 — ASSIGNATURA

VIVA A REPUBLICA BRAZILEIRA!

VIVA O EXERCITO -- VIVA A ARMADA!

VIVA O POVO BRAZILEIRO!

PROCLAMAÇÃO

Imagem 1: Publicação do Correio do Povo, jornal de Sampaio Ferraz, comemorando a Proclamação da República em 1889.

Sampaio Ferraz provinha de uma família importante e influente politicamente, mas sua reputação não foi feita somente à custa do lugar que ocupava na elite paulista. Nascido em Campinas e filho de fazendeiros e proprietários de escravizados da região de Itu, estudou direito na faculdade de São Paulo junto com grandes figurões da república. Para Bretas, o berço lhe abriu portas e possibilitou que Sampaio ocupasse importantes espaços dentro do aparato político, mas sua reputação como político habilidoso se construía desde o tempo em que trabalhava como promotor público, onde adquiriu experiência para tratar das questões que tangem a própria ação policial e o ordenamento jurídico dos inquéritos policiais no Rio de Janeiro .

A influência de sua família, seu firme posicionamento republicano e a experiência adquirida nos anos de promotoria transformaram Sampaio Ferraz em um dos grandes expoentes republicanos. E, assim, em 1889, assumiu pela primeira vez o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal, nomeado diretamente pelo marechal Deodoro da Fonseca,

primeiro presidente do regime republicano[39]. Em 1889, a missão assumida por Sampaio Ferraz foi manter a ordem e defender a República no Distrito Federal. Como veremos mais adiante, numa entrevista concedida ao jornal *O Paiz*[40], o chefe de polícia comenta que o medo de um levante monarquista durante o período de transição governamental justificaria a postura enérgica e truculenta por parte da polícia do Distrito Federal, que assumia o compromisso de defender os ideais republicanos e de operar um "saneamento moral"[41].

No primeiro momento, a chamada moralização que Sampaio Ferraz buscou implantar enquanto chefe de polícia visava reorganizar o espaço urbano, eliminando práticas que os positivistas e a elite dominante, aquela mesma formada nos preceitos da ciência da época, julgavam como retrógradas e ameaçadoras da ordem republicana. O grande legado deixado durante o primeiro período em que ocupou a cadeira de chefe de polícia foi a perseguição aos capoeiras. Talvez não por completo, mas a perseguição investida por Sampaio Ferraz e seus colaboradores acarretou no "desmantelamento das maltas", ou seja; na deportação não só de capoeiras, mas também de negros que parecessem ameaçadores ao regime. Sob as suas ordens, muitos capoeiras foram presos, degredados e enviados para cumprir pena em Fernando de Noronha[42]. Tal vigor na perseguição à população negra lhe rendeu a Sampaio Ferraz a alcunha de "Cavanhaque de Aço"[43]. Seu modo operacional se mostrou extremamente pesado, marcado por distinções raciais e postura ditatorial. Mesmo com o suposto sucesso atribuído à sua primeira passagem pelo cargo de chefe de polícia, Sampaio não estava satisfeito, lutava contra o *Habeas Corpus*[44], alegando que tal recurso concedia liberdade aos presos, dificultando assim a ação que o chefe de polícia se propunha a fazer.

Graças ao seu discurso moralizador e à forte repressão imposta contra a população negra, Sampaio Ferraz ganhou notoriedade e simpatias nos meios políticos brancos. Ele

---

[39] BRETAS, Marcos Luiz. A queda do império da navalha e da rastreira (a República e os capoeiras). Estudos Afro-Asiáticos, ed. 20:239-256. Junho de 1991.

[40] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz, ed. 5150 de 10 de novembro de 1898.

[41] Idem

[42] A presença dos capoeiras na cidade do Rio de Janeiro remonta o período Imperial. Durante o Império, os capoeiras faziam parte da organicidade da cidade e desempenhavam importante papel político e social. Para mais detalhes ver: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

[43] LOPES, Helio. Ibdem

[44] BRETAS, Marcos Luiz. A queda do império da navalha e da rastreira (a República e os capoeiras). Estudos Afro-Asiáticos, ed. 20:239-256. Junho de 1991.

deixou o cargo de chefe de polícia com honrarias de herói e foi eleito o deputado federal mais votado de então. Em 1891, eleito deputado federal, Sampaio Ferraz não temeu em desferir críticas à administração de Deodoro. Isso fica evidente na sessão da Câmara dos Deputados de 7 de julho de 1891, quando discursou na tribuna, tecendo fortes críticas ao presidente por conta da crise financeira e do que seria sua falta de consideração para com a Câmara dos Deputados[45]. Nesse discurso, a insatisfação de Sampaio Ferraz é com relação à política econômica, afirmando que o presidente ignorava as sugestões do Legislativo e nomeava baseado em afeições pessoais, e não em critérios técnicos. É aí que o discurso é interrompido pelo deputado Jacques Ourique com a seguinte ponderação: "V. Ex. [Sampaio Ferraz] póde dar testemunho disso, porque serviu com ele em um cargo de toda a confiança." [46]

Sem se sentir intimidado pelo deputado, que colocava em xeque seu discurso crítico à maneira que Deodoro levava o governo, Sampaio rebate:

> *O Sr. Sampaio Ferraz* - E honro-me muito, saiba o meu distincto colega, com esta confiança, porque sei de fonte muito segura que S. Ex. o Sr. Presidente da República não toma como produto de despeito, como producto de uma má intenção por parte do obscuro deputado (não apoiados), que neste momento dirige a palavra á Camara, a sua atitude neste parlamento; e, si por ventura me deixasse levar por ligeiras preocupações de natureza individual, eu, como V. Ex. sabe perfeitamente, só poderia lembrar-me do affecto e da lealdade do Sr. General Deodoro para comigo.
>
> *Vozes*- V. Ex. prestou relevantíssimos serviços. (Apoiados.)
>
> *O Sr. Sampaio Ferraz* – Exerci a chefia da policia desta capital por mais de um anno, sem que a tranquilidade publica fosse perturbada um só dia.
>
> Mas esses obscuros serviços prestei-os ao paiz e não individualmente a S. Ex.
>
> Enquanto S. Ex. correctamente dava força, de que precisavam, a todas as autoridades, dirigindo-se assim perfeitamente pelo caminho da consolidação da Republica; emquanto S. Ex. siginificava uma esperança, e manteve o desejo ardente de ser nosso magistrado supremo, bom e, sobretudo, republicano, todos estávamos com ele, todos o admirávamos, e fazíamos a sua apologia a toda a hora e em todos os momentos.
>
> Vozes- E todo o paiz.
>
> O Sr. Sampaio Ferraz – confesso que nunca perdi uma oportunidade, quer aqui, quer no estrangeiro, de patentear que devíamos ao general Deodoro um dos maiores serviços feitos á República Brazileira ; que devíamos á S. Ex. o golpe mortal dado nas instituições que se afundaram no passado!
>
> Muitas vezes fui testemunha desta cordialidade, desta generosidade a que se referiu, em um aparte com que me honrou, há pouco, o nosso distincto chefe Aristides Lobo.

[45] Anais Câmara 1891 Tomo I
[46] idem

> O ilustre Presidente da República era admirado e até idolatrado. Há uns tempos a essa parte, porém, S. Ex. transformou-se completa e profundamente, porque afastou de si os seus melhores amigos. [47]

O histórico de relação de Sampaio Ferraz dava razão ao deputado Jaques Ourique. Quando deputado, em 1891, apesar de reconhecer a posição que se encontrava, Sampaio Ferraz queria demonstrava que não estava passivo quanto às negligências e desmandos do chefe do Poder Executivo, como evidencia o excerto acima. Como deputado, Sampaio Ferraz fez jus a sua fama de republicano propagandista.

Em 1898, Sampaio assumiria de novo o cargo de chefe da polícia do Distrito Federal. Porém, o contexto era diferente daquele de 1889. Nomeado por seu primo, Campos Sales, dez anos após sua investida bem-sucedida contra os capoeiras, Sampaio Ferraz assumiu a missão, também moralizante, de acabar com o jogo do bicho e regular velhas práticas urbanas, como a prostituição[48]. O que demonstra que se a formação dele havia sido no ideário liberal também o era conservador, no que diz respeito aos costumes e à manutenção de uma ordem social fundada no escravismo que pretendia preservar fronteiras socio-raciais.

Ele participou da elaboração da Constituição de 1891 e terminou seu mandato em 1893. Antes de iniciar a discussão sobre os planos e projetos que Sampaio Ferraz buscou implantar e discutir em 1898, é importante mencionar que ele também foi eleito em 1900 para o cargo de deputado federal. Essa é uma questão importante pois, de acordo com Claudia Viscardi e Vitor Figueiredo, a eleição não foi tranquila (2016)[49]. Por conta da "política dos Estados", executada por Campos Sales durante o seu mandato, a eleição contou com instrumentos que visavam limitar a oposição e dificultar o acesso dos opositores à Câmara dos Deputados. Para tentar driblar as novas costuras burocráticas,

---

[47] Idem

[48] A questão da prostituição esteve na ordem do dia durante os primeiros anos republicanos. O combate à prostituição se intensificou com a aprovação do Código Penal de 1890 onde, pela primeira vez na história do Brasil, ocorreu a tipificação de punições para o delito de lenocínio. Essa tipificação abriu espaço para o combate dissimulado à prostituição. Também foi durante esse período que advogados se consagraram ao defender as mulheres que estavam sendo perseguidas por ações policiais com base no código penal, dentre esses advogados está Evaristo de Morais. Para saber mais ver: PEREIRA, Cristiana Schettini. "Que tenhas teu corpo": uma história da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Tese de doutorado (História social). UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Campinas, SP. 2002. Ver também: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Evaristo de Moraes, tribuno da República. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

[49] VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. As representações e práticas políticas republicanas de Campos Sales. In: VISCARDI, Claudia M. R.; ALENCAR, José Almino de. A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

deputados que não possuíam grande apoio popular buscaram apresentar a ata eleitoral com assinatura da minoria da junta verificadora, prática chamada de duplicata. Dentre os deputados situacionistas, Sampaio Ferraz foi um dos poucos que apelou para a duplicata (mesmo tendo conseguido a assinatura também da maioria dos membros da junta verificadora).

Entendemos essa como uma questão importante, haja vista que, em 1890, Sampaio Ferraz foi o deputado mais votado. Sua imagem estava em alta. Havia deixado o cargo de chefe de polícia com honrarias, às custas de muitas prisões e deportações, para se lançar deputado em nome da moralidade. Acreditamos que Sampaio Ferraz buscava repetir o feito quando aceitou o cargo de chefe de polícia em 1898, porém, ao contrário da primeira vez, sua imagem não foi positiva perante a opinião pública. Talvez, passada a tensão inicial da proclamação da república, a cruzada moralizante contra a população negra, que Sampaio assumiu exigisse outros mecanismos repressivos.

1.3 A "polícia futura" de Sampaio Ferraz nas páginas do jornal

Em 1898, assim que o nome de Sampaio Ferraz começou a correr como futuro chefe de polícia, os jornais se lançaram para compreender qual seria a postura adotada pela polícia da capital federal. Analisando as publicações, percebemos que havia uma linha tênue costurando a relação do chefe de polícia com a imprensa. Quando entrevistado, Sampaio buscou explanar sobre sua carreira e sobre sua ideia reformadora de polícia. Tais ideias foram recebidas com entusiasmo, embora retratadas com desconfiança por alguns setores da imprensa, que viam o projeto como ousado, além de abrir brecha para uma possível censura à imprensa. O projeto de Sampaio Ferraz dependia do apoio da imprensa, que em um primeiro momento retratou a posse do chefe de polícia com uma euforia que, conforme veremos ao longo deste trabalho, não durou muito.

Relembramos que, durante o governo provisório, muitos jornais foram empastelados. O regime provisório coibiu discursos dissonantes na imprensa. De acordo com Bretas (1991), quando assumiu o cargo de chefe de polícia, em 1889, Sampaio Ferraz chegou a prender Juca Reis, filho do conde de Matosinho, dono do *O Paiz*, um dos grandes jornais da capital. A prisão se baseou na acusação de que Juca Reis era um conhecido capoeira. Grande mobilização política foi orquestrada pela rede de influência de Juca Reis com a finalidade de libertá-lo; outros acusados não tiveram a mesma sorte e

receberam como destino a Ilha das Cobras. Quintino Bocaíuva, dirigente do *O Paiz*, que assumia então a pasta das relações exteriores, chegou a ameaçar demissão para interceder por seu amigo. Sampaio Ferraz se manteve irredutível, afinal o seu sucesso político dependia dessa fama de implacável com aqueles que eram vistos como um problema social[50].

Passado o período de instabilidade da instauração da República, nos anos finais do século XIX alguns jornais se diziam independentes, mas o medo do empastelamento permanecia. Sabendo que Sampaio Ferraz era uma figura fiel aos seus ideais e missões, os jornais retrataram com entusiasmo o seu retorno para o cargo de chefe de polícia em 1898, como veremos a seguir. Nas páginas da *Gazeta de Notícias*, foi grande a expectativa para a nomeação do chefe de polícia. No dia 18 de novembro de 1898, circulou a seguinte publicação:

> **POLÍCIA**
>
> Continuou hontem a ser muito cumprimentado pela sua nomeação para o elevado cargo de chefe de policia, o Dr. Sampaio Ferraz, que, além de visitas pessoais, recebeu muitos cartões e cartas de felicitação.
>
> Entre as pessoas presentes notamos: os deputados Drs. Geminiano Goes, Irineu Machado, Alfredo Ellis, coronel Paulino Carlos e Dr. Moreira da Silva, Dr. Rodolpho Henrique Baptista, presidente da Companhia de S. Christovão, Dr. Raja Gabaglia, juiz da 2ª pretoria, Dr. Moura Carijo, juiz dos feitos da fazenda, senador Thomas Delfino, coronel Belarmino de Mendonça, comandante da brigada policia.
>
> O Sr. Dr. Chefe de policia sahiu ás 3 horas da tarde para conferenciar com o Sr. Ministro da justiça.
>
> Sabemos que S. Ex já está providenciando para dar cabo de uma vez com o afamado jogo dos bichos, o que será mais um titulo de gloria para S. Ex. em beneficio da moralidade e decoro desta terra.
>
> Contra os caftens, praga nojenta que, exortada de entre nós, não tarde em voltar, já estão tomadas as medidas mais severas.
>
> Contra os jogadores de bicho sabemos que os que forem apanhados nessa exploração, terão imediatamente lavrado um flagrante, que será logo remetido ao juiz. [51]

[50] BRETAS, Marcos Luiz. A queda do império da navalha e da rastreira (a República e os capoeiras). Estudos Afro-Asiáticos, ed. 20:239-256. Junho de 1991.

[51] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícia, ed. 322 de 18 de novembro de 1898

A publicação, aparentemente de caráter protocolar e informativo, está recheada de elementos que não podem passar despercebidos. O primeiro elemento tem relação com as autoridades citadas e a rede de sociabilidade de Sampaio Ferraz. O segundo elemento diz respeito à postura do jornal ao se referir aos problemas que deveriam ser enfrentados pelo novo chefe de polícia. Dentre os deputados citados pela reportagem, percebemos que todos, de alguma forma, possuíam algum tipo de afinidade com Sampaio Ferraz, seja por conta da experiência policial, seja pelas relações desenvolvidas através da influência política da sua família na elite política de São Paulo.

O então deputado Geminiano Goes era um importante político sergipano, bacharel em direito, por um curto período foi presidente das províncias de Alagoas (1886) e Paraíba (1886-1887). Além da carreira política como presidente da província, deputado provincial e deputado geral, ele também havia trabalhado como juiz municipal e promotor público em Sergipe. Em 1877 exerceu o cargo de chefe da polícia da província de Sergipe[52]. Já o médico e senador Tomás Delfino havia pertencido ao mesmo grupo político de Sampaio Ferraz quando militavam ao lado de Silva Jardim nas fileiras do republicanismo, além de terem sido colegas quando deputados na Assembleia Constituinte. Nascido no Rio de Janeiro e com grande influência política, em 1880 Tomas Delfino fundou, na cidade de São Gonçalo da Sapucaia, a *Gazeta Sul Mineira*, órgão dedicado à propaganda republicana. Entre os anos no 1891 a 1893 foi senador eleito pelo estado de Santa Catarina. Também foi deputado federal por várias legislaturas e, em 1896, renunciou ao mandato para assumir novamente uma vaga no Senado, para o qual foi reeleito e permaneceu como senador de 1896 a 1906.

Tomás Delfino exercia uma influência política nacional e percebemos isso quando constatamos que, mesmo sendo carioca, foi eleito senador por Santa Catarina e fundou jornal republicano na então província de Minas Gerais, além de ter ocupado vaga na câmara e no senado por diversas legislaturas[53] Ele também, é importante mencionar, fez parte do grupo de parlamentares que defendiam ferozmente a transferência da capital federal, conforme constatou Christian Lynch (2016)[54] ao citar que

[52] Cf. MONTALVÃO, Sergio. GÓIS, Geminiano de. In. ABREU, Alzira Alves de et al (coords.).Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
[53] Cf. SILVA, Izabel Pimenta da. SANTOS, Tomás Delfino dos. In. ABREU, Alzira Alves de et al (coords.).Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
[54] LYNCH, Christian. O momento oligárquico: a construção institucional da República (1889-1891). In: VISCARDI, Claudia M. R.; ALENCAR, José Almino de. A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016

> Para Tomás Delfino, era preciso transferir a capital para evitar o 'perigo da desordem urbana', ao passo que Virgílio Damásio se referia ao carioca como 'a lia social', também referida às vezes como as 'fezes sociais'. A ignorância, a falta de espírito cívico, a ociosidade e a marginalidade das massas presentes no Rio constituíam 'uma arma, uma alavanca poderosíssima nas mãos de agitadores'. Também para Pedro Américo era 'absolutamente necessário suprir-se o quanto antes a maléfica influência desta terrível cidade, tão saturada de elementos nocivos à vida moral da nação'[...][55]

A constatação de Christian Lynch (2016) se baseou na análise dos anais do congresso constituinte, na sessão de 15 de dezembro de 1890, ou seja, para além da influência propriamente política e a relação de colega que Tomás Delfino mantinha com Sampaio Ferraz desde a época da campanha republicana, também havia o plano moralizante, que julgava serem os pobres e negros um mal a ser combatido, a uni-los. Boa parte desse incômodo com questões que diziam ser morais mas que revelavam um forte viés de segregação social e racial, de acordo com Lynch, era por conta do simbolismo que a cidade possuía por ter sediado a corte imperial, o que possibilitou uma aproximação maior das massas urbanas com a monarquia, dificultando assim a penetração dos ideais republicanos. A ação mais contundente da Guarda Negra no Rio de Janeiro foi um importante indício nesta direção.

Outro deputado citado pela reportagem da *Gazeta de Notícias* foi Alfredo Ellis. Este também foi deputado constituinte, além de ter ocupado várias vezes a cadeira de deputado federal por São Paulo. Foi senador eleito por São Paulo entre os anos de 1903 e 1925. Assim como Sampaio Ferraz, Alfredo Ellis era membro da elite política paulista. Sua influência estava basicamente atrelada ao ramo do café: a fazenda Santa Euxódia, fruto da sociedade da família Ellis com a família Cunha Bueno, de sua esposa e prima, estava localizada em São Carlos, e ficou por 18 anos no primeiro lugar na bolsa de valores, o que a transformou na maior produtora de café do Brasil[56].

O coronel Paulino Carlos, deputado constituinte, foi outro grande produtor de café de Pinhal e de Ibitinga, em São Paulo. Foi deputado federal pelo estado de São Paulo nos anos de 1891 a 1908 e se consolidou como um importante político da região de São Carlos

---

[55] Idem

[56] Cf. FONSECA, Francisco. ELLIS, Alfredo. In. ABREU, Alzira Alves de et al (coords.).Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010

onde, em 1878, fundou o Partido Republicano. Também foi um dos criadores do jornal *A Propaganda*, que era vinculado ao Partido Republicano Paulista. Na sua biografia também consta o posto de Coronel da Guarda Nacional; patente alcançada em 1893, durante a Revolta da Armada, quando buscou organizar forças para a chamada defesa da ordem legal[57]. Já Antônio Moreira da Silva, também paulista e deputado constituinte, era maçom e dedicou parte da sua vida à filantropia, trabalhando inclusive na instrução pública na Escola do Povo, onde lecionou gratuitamente para homens livres e escravos. Moreira da Silva era um intelectual, e chegou a fundar alguns jornais com pouca circulação. No município de Tatuí, assumiu o cargo de delegado de polícia e de intendente municipal[58].

Dentre os nomes citados na reportagem, destacamos Irineu Machado, um dos mais influentes políticos cariocas na Primeira República. Irineu Machado assumiu, por diversas vezes, o cargo de deputado federal, tanto pelo Distrito Federal quanto pelo estado de Minas Gerais. Também ocupou, por duas vezes, o cargo de senador pelo Distrito Federal. Bacharel, formado na Faculdade de Direito do Recife, obteve título de doutor em ciências jurídicas em 1894 e passou a lecionar na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Com uma postura florianista, num primeiro momento, durante o governo de Prudente de Morais, Irineu Machado esteve ao lado de Francisco Glicério, então líder do Partido Republicano Federal, em oposição ao presidente. Durante o governo Campos Sales, ele se aliou à ala moderada, integrando a comissão de constituição, legislação e justiça em 1899. Durante o governo de Rodrigues Alves, Irineu Machado apoiou as facções políticas que subsidiavam o prefeito Pereira Passos em suas reformas urbanísticas que criminalizavam a pobreza na cidade do Rio de Janeiro[59].

Analisando a reportagem fica evidente não só a influência política de Sampaio Ferraz ao receber tão renomadas visitas, como também a expectativa criada pelo periódico de que o chefe de polícia lançasse novamente uma investida contra costumes e práticas que feriam a "moralidade e o decoro dessa terra". A presença de Irineu Machado é muito representativa: o apoio do deputado carioca seria importante para que as reformas

---

[57] Cf. DIAS, Carlos Alberto Ungaretti. CARLOS, Paulino. In. ABREU, Alzira Alves de et al (coords.).Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
[58] Cf. FRANCISCO, Henrique Sugahara. SILVA, Antônio Moreira da. In. ABREU, Alzira Alves de et al (coords.).Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.
[59] Cf. PINTO, Surama Conde Sá. MACHADO, Irineu. In. ABREU, Alzira Alves de et al (coords.).Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

almejadas por Sampaio Ferraz fossem levadas a cabo, já que Machado participaria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, mesa que decidiria pontos importantes dos projetos pretendidos por Sampaio Ferraz. A investida desses republicanos tão conservadores no governo e na imprensa tinham um alvo em comum, a população pobre, especialmente aquela egressa do escravismo, que crescia na capital, dadas às crises econômicas e migrações, assim como a de imigrantes[60].

Outro ponto que merece destaque diz respeito ao formato da narrativa. Percebemos que o jornal se coloca em uma posição de regulador da vontade popular e da opinião pública, reforçando os ideais de moralidade de determinada parcela da população como se fossem um parâmetro universal, ignorando as pressões que vinham das outras partes da sociedade[61]. Essa postura de autoridade representativa assumida pelo jornal é fundamental para compreendermos o papel da imprensa, que passou a exercer uma função quase de justiceira.

A grande expectativa também era retratada nas páginas do *O Paiz*, que, em busca de informações sobre o perfil adotado pelo futuro chefe de polícia, buscou entrevistá-lo ainda antes da posse. A entrevista foi publicada na edição de 10 de novembro de 1898 sob o título de "A polícia futura"[62]. A reportagem é extensa e buscava descrever as partes-chave da conversa travada entre a equipe do jornal e Sampaio Ferraz. O jornal revelou nomes de futuros delegados e partes importantes do plano de moralização projetado pelo então futuro chefe de polícia. Dentre as principais preocupações, como já sinalizei, estavam a prostituição e o jogo do bicho. Neste sentido, lhe coube declarar que:

> "[...]não pretendíamos uma interview, que difícil seria realizar-a no momento, mas apenas uma conversa intima, com permissão de publical-a, sobre a futura administração policial.

[60] NEVES, M. De S.: Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). Brasil Republicano: a Proclamação da República à Revolução de 1930. 10a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
[61] A discussão sobre moralidade já foi bastante trabalhada na historiografia brasileira. Para aprofundar a leitura sobre ver: CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. Companhia das Letras: São Paulo, 2013; CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços, e epidemias na Corte imperial. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017; CHALHOUB, Sidney. Lar, Trabalho e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque. 2ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001; ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1989; SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil vol. 3: da belle époque à era do rádio. 1 Ed. Companhia das Letras: São Paulo, 1998.
[62] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz, ed. 5150 de 10 de novembro de 1898.

> Não se demorou o Dr. Sampaio Ferraz em responder.
>
> - Sobre movimento de pessoal, disse-nos, nada há assentado ainda. Apenas está escolhido o Dr. Pestana de Aguar para 1º delegado auxiliar. Depois será resolvido o resto. O senhor compreende que é dificílimo externar um programma. Depende da lei, depende dos recursos pecuniarioas da policia. Á prostituição, por exemplo, não a clandestina, contra a qual é importante o prestigio da autoridade, mas a publica, que posso eu fazer? Essas mulheres, que são umas infelizes, que são umas desgraçadas, têm um direito, mas é preciso regulamental-as, é preciso cohibir-lher os escândalos que eu, o senhor e todos nós temos observado a qualquer hora do dia e principalmente da noite. É fraco o recurso da policia a respeito, pois o seu único ponto de apoio é a ofensa á moralidade publica. Mais nenhum. Possivelmente, devo dizer-lhe, o Congresso Nacional, na actual sessão, votará uma lei, não habilitando-nos, em absoluto, a amputar esses membros atingidos pela gangrena social, mas abrindo uma porta larga para cohibir os abusos que se não observam em nenhuma capital do mundo. Segregar essas mulheres, reunil-as em um certo e determinado ponto e subtrahil-as ao espectaculo publico que oferecem, é um ideal para um chefe de policia da Republica. Comprehenda,... Não quero perseguil-as... Quero, parte inficcionada, extirpal-a do grande corpo que se chama sociedade.[63]

Com base no excerto acima, percebemos a preocupação com certas práticas marginalizadas e malvistas pelas elites. A polícia tomava para si a missão de ensinar os "bons modos" para os cidadãos republicanos, uma forma de instituir práticas de coerção pautadas em critérios sócio-raciais.[64] Os ideais moralizadores eram impostos verticalmente e a polícia tinha como ideal norteador a repressão. Sampaio Ferraz reclamava de ter somente a "ofensa contra moralidade pública", como arma contra a prostituição e buscava algo a mais, buscava amparo legal para agir contra as prostitutas, por ele retratadas como infelizes e desgraçadas[65].

É necessário pontuar que, de acordo com Magali Engel (1989), desde meados de 1870, a prostituição era assunto de discussão na Academia Imperial de Medicina e na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Tentando inseri-la nas questões que se referem à saúde pública, as teses médicas analisadas por Magali Engel (1989) relacionavam a prostituição com o aumento das doenças venéreas, principalmente à sífilis. De acordo com a autora, em 1879 houve uma petição enviada por médicos para a Câmara, na qual informava e cobrava posicionamento do Legislativo para regulamentação da prostituição. A Comissão de Saúde da Câmara analisou e concluiu que, apesar da gravidade dos fatos,

---

[63] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz, ed. 5150 de 10 de novembro de 1898.

[64] OLIVEIRA, Henrique Silva de. Gatunos agem à vontade: polícia, ciência e identificação criminal em Salvador (1911-1922). Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal da Bahia, 2020. Ver também: GOMES, F. S.. Negros e Políticas (1888-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005. 93p.

[65] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz, Ed. 5150 de 10 de novembro de 1898.

a questão era de responsabilidade exclusiva da polícia.[66] Mas a pauta da conversa era extensa:

> [...]
>
> -- E sobre o jogo, doutor?
>
> -- O jogo é minha maior preocupação. Como sabe todos os jogos foram absorvidos pelo jogo do bicho, cancro que corroe a vitalidade nacional. A roleta, o dado, o baccarel, o vispora, desappareceram ante o poder do bicho.
>
> É o bicho que domina. Empregarei esforços para suprimir todos eles, não subitamente, mas devagar, quando a lei vier ao meu auxilio, pois que pretendo administrar com a lei. Veja o senhor; dizem por ahi que sou arbitrário, que sou violento... Mas, como sou violento? Como chefe de policia do governo provisório fui enérgico, de uma energia que algumas vezes se confundia com a violência, é facto, mas não tínhamos lei no momento histórico e era preciso empreender uma espécie de saneamento moral. Se fui violento, está grandemente justificada a minha violência. Sou republicano, como sabe, e republicano que tem responsabilidade de propaganda. Iniciando uma campanha contra o jogo, não a começarei pelas casas das ruas de S. Jorge, Conceição, Regente e outras, porque são ellas as menos prejudiciais. Começarei pelos grandes, porque não compreendo como os deixam em paz e se perseguem os pequenos. Há mais ainda, uma coisa que preciso para o bom êxito da minha tarefa, o auxilio da imprensa. Entretando, observo que os jornaes, profligando, violentamente embora, o jogo do bicho na primeira pagina, nas outras publicam enigmas pitorescos com desenhos de animaes, nos quaes a imbecilidade soppõe descobrir um palpite, e nas seções pagas o resultado das loterias. O seu auxilio seria poderosíssimo, se fossem suprimidas taes publicações.
>
> [...] Sinto-me, porém, com a energia necessária para arcar com esses escolhos, para vencer esses obstáculos; sou depositário da confiança pessoal do Dr. Campos Salles e a ella hei de corresponder.[67]

Fica evidente que outro alvo de Sampaio Ferraz era o combate ao jogo do bicho. Na entrevista, ele fez questão de justificar as medidas enérgicas tomadas quando ocupou o cargo de chefe de polícia durante o regime provisório. Alegou que a falta de estabilidade política e institucional demandou um posicionamento mais firme por parte da polícia, principalmente quando comandada em defesa da República acima de qualquer interesse. Outro ponto que não pode passar despercebido diz respeito a uma investida contra a

[66] Aqui é interessante pontuar que a preocupação com a prostituição não foi algo regional ou local. Em 2014, Carolina Silva Cunha de Mendonça demonstrou, em sua dissertação de mestrado, que durante as primeiras décadas republicanas as teses médicas produzidas na Faculdade de Medicina da Bahia investiam contra a prostituição, se pautando em diversas questões, dentre elas a questão racial. Ref: MENDONÇA, Carolina Silva Cunha de. Marias sem glória: retratos da prostituição feminina na Salvador das primeiras décadas republicanas. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

[67] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz, Ed. 5150 de 10 de novembro de 1898.

própria imprensa. Como se nota acima, Sampaio Ferraz cobrou um posicionamento dos jornais alegando que, na primeira página pregava-se contra o jogo do bicho[68], enquanto nas últimas, publicavam enigmas que estimulavam a prática, como o trazido a seguir.

Imagem 2: Enigma publicado na segunda página da Gazeta de Notícias no dia 27 de novembro de 1898, edição N.331 [69]

[68] Aqui cabe sinalizar que, apesar de nascido no Rio de Janeiro, o jogo do bicho também se espalhou por diversos espaços brasileiros. Igor Antonio Santigo Soares, em sua dissertação de mestrado, analisou através de uma perspectiva que abarca a história social da cultura, as complexas questões que tangem os ditos "jogos de azar" em Salvador. Para ver mãos: SOARES, Igor Antonio Santiago. "A jogatina desenfreada": Trabalho, lazer e sociabilidade em Salvador (1890-1920). Dissertação de mestrado, PPGH-UFBA: Salvador, 2019.

[69] Imagem 01 - Enigma publicado na segunda página da Gazeta de Notícias no dia 27 de novembro de 1898, edição N.331.

Problema n. 28

CHARADA EM HELICE.

(*Papagaio.*)

E triumviro a primeira,
A segunda uma cidade,
Segue rei muito esforçado
E peixe; que novidade!...
Junte a oitava co'a que segue,
Que uma arvore hade formar,
E tambem duas letrinhas;
Em uma ilha hade encontrar.
Trocando a primeira letra,
Um jogo logo hade achar,
E tambem, n'uma cidade,
Instrumento p'ra findar.
Devem ver um animal
Na chave que não faz mal.

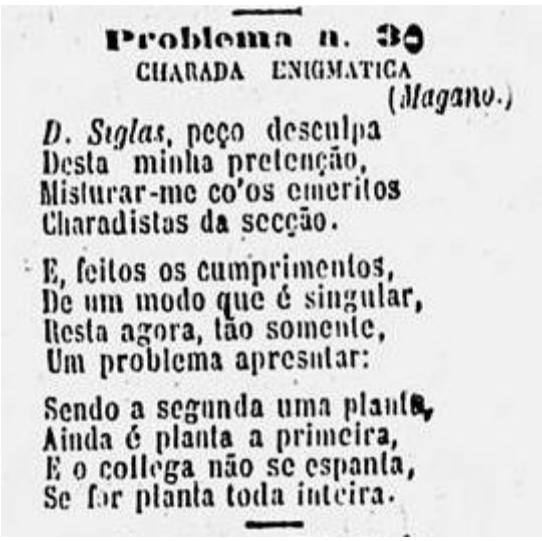
Problema n. 29

ENIGMA PITTORESCO

(*Vandorf.*)

Imagem 3: Enigma publicado na segunda página do O Paiz no dia 10 de novembro de 1898, edição N.5150.[70]

[70] Imagem 02 - O texto diz: "Problema n28 Charada em Helice: E triunvuro a primeira / A segunda uma cidade, / Segue rei muito esforçado, / E peixe. Que é novidade!... / Junte a oitava co'a que segue, / Que uma arvore hade formar, / E também duas letrinhas, / Em uma ilha hade encontrar. / Trocando a primeira letra, / Um jogo logo, hade achar, / E também, numa cidade, / Intrumento pr'a findar. / Devem ver um animal, / Na chave que não faz mal". Enigma publicado na segunda página do O Paiz.. O interessante é que o enigma foi publicado na mesma edição em que o chefe de polícia critica a prática. Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz, ed. 5150 de 10 de novembro de 1898.



Problema n. 39

CHARADA ENIGMATICA

(*Magano.*)

D. Siglas, peço desculpa
Desta minha pretenção,
Misturar-me co'os emeritos
Charadistas da secção.

E, feitos os cumprimentos,
De um modo que é singular,
Resta agora, tão somente,
Um problema apresntar:

Sendo a segunda uma planta,
Ainda é planta a primeira,
E o collega não se espanta,
Se for planta toda inteira.

Imagem 4: Enigma publicado na segunda página do O Paiz no dia 10 de novembro de 1898, edição N.5150

Apesar de publicar os "famigerados enigmas pitorescos" na mesma edição em que exibia o depoimento daquele que deveria comandar uma nova polícia, *O Paiz* tratou de "limpar sua imagem". Logo abaixo da coluna "Polícia do futuro" o jornal buscou justificar as publicações dos enigmas e criticou Sampaio Ferraz levemente:

> Da conversa que o nosso representante teve com o futuro chefe de policia se depreende que um dos seus pontos capitães de administração é a extinção do jogo do bicho e sobre tal assumpto o conceituado advogado chegou mesmo a ponto de censurar a imprensa, acusando-a de verberal-o na primeira pagina e de acoital-o nos enigmas pitorescos, nos quaes a boçalidade da população vai buscar o palpite para o jogo lotérico, e na <<seção livre>>, em cujas columnas se noticia o bicho sorteado na véspera pelo antigo, moderno, rio ou salteado.
>
> Permita-nos o ilustre republicano que contestemos, pois O Paiz, que desde 1890 publica enigmas pitorescos, precisa de varrer a sua testada. Não havia ainda jogo dos bichos.
>
> E para provar o que dizemos, vamos transcrever da nossa edição de 19 de junho de 1890 a seguinte noticia:
>
> << Comecçãmos hoje a publicar de novo esta secção, que tão valiosa colaboração e tão honrosa sympathia mereceu durante a sua primeira época.
>
> Inicia esta segunda phase o hábil e conhecido problemologo D. Charuto.
>
> Para melhor servir aos amadores, para mais facilmente variar o gênero de publicações enigmáticas, fizemos acquisição de symbolos e clichês especialmente executados e faremos preparar os que forem necessários a cada problema que seja considerado bom.>>
>
> Desta data em diante encontra-se em O Paiz problemas com chichés e figurinhas.
>
> Podemos ainda acrescentar que, tendo nós denuncias de que muita gente procurava nos enigmas pel'O Paiz publicados palpites para o jogo do bicho,

> declaramos por três vezes intermitentemente, que absolutamente o não dávamos o que nem sequer de tal cogitávamos e aconselhamos também ao publico a que se não deixasse arrastar pelo vicio, largando nas mãos dos exploradores as suas economias.
>
> O Dr. Sampaio Ferraz tem toda razão no seu considerando, mas, com a devida vênia do honrado cidadão, não cabe a O Paiz a carapuça.
>
> Qui potest capere, capital.
>
> Affirmamos ainda ao futuro chefe de policia que iniciamos a secção de Passatempo no dia 8 de julho de 1888, há 10 annos conseguintemente.
>
> Seria applicar-nos a fabula do lobo e do cordeiro.[71]

Após a justificativa, o jornal ainda alfineta Sampaio Ferraz alegando que "Os enigmas e a imbecilidade da população não terão valor, se a polícia cumprir com o seu dever". A partir dessa rusga entre Sampaio Ferraz e os redatores do *O Paiz*, fica evidente uma tensão que costurava a relação deste órgão da imprensa com o futuro chefe de polícia. Ele cobrava a imprensa e pedia sua ajuda no combate ao jogo do bicho, reconhecendo a importância e a força dos jornalistas. Do outro lado, ela também reconhecia a importância de Sampaio Ferraz e do seu projeto, estruturando assim uma relação que não foi tão serena e amigável, como veremos ao longo deste trabalho.

Tanto a *Gazeta de Notícias* quanto *O Paiz* se mostraram engajados e preocupados com o futuro do policiamento da cidade, respeitando e elogiando Sampaio Ferraz. Certamente a realização do trabalho dependia de uma ação conjunta em parceria com os demais poderes republicanos, afinal, Sampaio buscava driblar o recurso do *Habeas Corpus*, sob alegação que a aplicabilidade da garantia do direito acabava dificultando a ação da polícia[72][73]. Sampaio Ferraz, que, conforme descrito na entrevista citada anteriormente, buscava um apoio legal para executar o projeto de moralização das ruas da capital, não tardou na articulação de medidas que tornassem possível o combate ao jogo do bicho. No dia 24 de novembro de 1898, o deputado mineiro Dr. Alfredo Pinto apresentou um projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados que, dentre outras

---

[71] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz, ed.5150 de 10 de novembro de 1898.

[72] Cabe sinalizar que o habeas corpus é uma garantia constitucional assegurada já na primeira constituição republicana. De acordo com a constituição, "Art. 72. § 22. dar-se-á o habeas-corpus sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência, ou coação, por ilegalidade, ou abuso de poder". BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

[73] Em seu trabalho sobre a prostituição no Rio de Janeiro, Cristina Schettini Pereira também identificou no habeas-corpus um intenso campo de disputa entre a polícia e os cidadãos. PEREIRA, Cristina Schettini. "Que tenhas um corpo": uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Tese (doutorado em história), Universidade Estadual de Campinas, 2002.

medidas, endurecia a pena sobre os praticantes de jogos e proprietários de casas de tavolagem.

O projeto, apresentado abaixo, foi julgado em plenário no mesmo dia e deliberado para a comissão de constituição, legislação e justiça, que teve como relator o deputado Trindade em sessão presidida pelo deputado J. J. Seabra.

> O Congresso Nacional decreta:
>
> [...] Art. 2º. A contravenção do art. 367 do código penal é punida com prisão cellular por um a três mezes, além da pena estatuída no mesmo artigo.
>
> Paragrapho único. As pessoas que tomarem parte -- sem ser por algum dos modos especificados no § 2º do citado art. 367 – em qualquer operação em que houver promessa de premio ou beneficio dependente de sorte (cit.art. § 1º2ª parte) incorrerão na metade das penas de prisão e multa do presente artigo.
>
> Art. 3º. Todo aquelle que, exercitando uma profissão qualquer, tiver ou permitir no seu estabelecimento jogo de azar aberto ao publico ou fizer loterias ou rifas, será suspenso do exercício de sua profissão por um a seis mezes, sem prejuízo das penas de multa e prisão do art. 369 do código penal ou do artigo antecedente, conforme hypothese.
>
> Paragrapho único. Todo logar onde é permitido o acesso de qualquer pessoa, mediante pagamento de entrada ou sem elle, para o fim do jogo, é considerado logar frequentado pelo publico para o efeito da lei penal.
>
> [...]
>
> Art. 5º. Compete ao chefe e delegados de policia do Districto Federal processar ex-officio e julgar as contravenções do liv. III capitulos II e III, arts. 369 a 371 e 374, IV, V, VI, VII, XII e XIII art. 397 principio e § 1º do código penal.
>
> [...] Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrario – Sala das sessões, 24 de novembro de 1898 – Alfredo Pinto.>>
>
> (Projeto decreto legislativo 172A / 1898. apud O Paiz, Ed. 05165 de 25 de novembro de 1898 / Gazeta de Noticias ed. 340 de 06 de dezembro de 1898)

Se aprovado, tais medidas atribuiriam grandes poderes ao jacobino que já tinha fama de truculento. Cabe lembrar que a fama foi construída quando Sampaio Ferraz lutava contra a instituição do habeas corpus, sem essa garantia legal é provável que a polícia que agia sob seu comando assumiria uma postura ainda mais violenta. A *Gazeta de Notícias* apoiava parcialmente o projeto de lei. Em suas publicações diárias, sempre fazendo apelo ao "saneamento moral", tão sonhado pelas elites para a República na virada de século, o periódico fazia questão de ressaltar elogios à iniciativa, porém, elementos do

texto deixavam uma desconfiança na redação dos veículos de imprensa. O medo de sofrer censura e represálias, como já havia ocorrido com alguns jornais durante outros períodos da Primeira República, acendeu um sinal de alerta. O que mais preocupava *O Paiz* era o item III do artigo 1 do projeto, que dizia:

> Art. 1. Cabe acção penal, por denuncia do ministério público, nos crimes de:
>
> [...]
>
> III – Calumnia ou injúria quando praticada contra corporação que exerça autoridade pública ou contra agente ou depositário desta em razão do seu officio.
>
> [...][74]

Tanto é que, no dia 2 de dezembro de 1898, a *Gazeta de Notícias* publicou na coluna "Questões do dia" o texto *A liberdade de imprensa*. O texto é longo, mas considero importante colocá-lo na íntegra no corpo deste trabalho:

> QUESTÕES DO DIA
>
> A liberdade de imprensa
>
> Ora, graças a Deus, não se vai regulamentar a liberdade de imprensa! Realmente nós, jornalistas, ficaríamos servidos mais depressa e mais sumariamente do que os vagabundos, ratoneiros e jogadores, com quem vamos de sucia no projecto Alfredo Pinto, porque ao menos para estes pedem uma lei nova, e para nós, para que não pensemos que aquele § III do art. 1 d`esse projecto se entende comnosco, contentaram-se com um regulamento, feito em família sob a sob direção patriarcal do Sr. Chefe de polícia e a boa vontade de alguns Srs. Juízes que pensam que as suas atribuições são direito seu de que SS. EEx. Podem abrir mão.
>
> Dir-se-há – se é que já não disse – que nós podemos acusar a autoridade de ás vezes metter os pés pelas mãos, sem calumnial-a ou injurial-a; é certo; mas não é menos certo que isto de achar que tal ou tal imputação é injuriosa ou calumniosa é uma questão de paladar. Até aqui, o processo fazia-se, por queixa da victima, isto é, só quando esta se julgava ofendida; agora, fica o promotor encarregado de tomar as dores por todos os representantes da autoridade, e se o homem for susceptível, temos processo de cada vez que dissermos que a nossa polícia ainda não é tão boa como a de Londres, e não é capaz de levar um homem para a cadeia sem partir-lhe primeiro os ossos. Por outro lado, se o referido promotor for tão pouco susceptível como o nosso conselho municipal, antes do escândalo Venancio, deixará passar não só camarão mas até garoupa pelas malhas da lei, e a autoridade ficará a descoberto e desprestigiada.
>
> O perigo não está, pois, na lei, está na interpretação.
>
> A gente vai ao código penal e lá encontra que há injuria em affixar caricaturas em logar frequentado, distribuil-as por mais de 15 pessoas, e que já injuria em imputar vícios ou defeitos. E no entanto o que nos demonstra a prática? É que a uns isso parece um crime, e levam os autores da brincadeira a pata de cavalo; a outros afigura-se o mesmo acto, praticado pelos mesmos indivíduos, acto de

[74] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz, Ed. 05165 de 25 de novembro de 1898.

> benemerência, e vão prestar-lhes homenagem publica de estima e consideração.
>
> Póde mesmo dar-se o caso de ser a reforma feita agora, durante o governo do Sr. Dr. Campos Salles, e sendo chefe de polícia o Sr. Dr. Sampaio Ferraz, e não haver nestes quatro anos mais próximos nem um processo para mesinha movido contra jornalistas, mas, no momento da mudança, esses ilustres cavalheiros esquecem-se de que deixaram na gaveta essa lei, que será encontrada pelo novo presidente ou pelo novo chefe, filiados á escola dos homens de Estado que fazem os jornalistas engolir o que escrevem reduzido a pílulas...
>
> Foi com medo dum futuro remoto que se deu um certo alvoroço entre os jornalistas, quando se soube que, entre as coisas que é preciso reprimir, como a vagabundagem, o bicho, o chuva habitual e outros vícios que vêm referido no Novo Methodo, entrava também liberdade de imprensa.
>
> E d`ahi talvez tenha razão quem pensou em tal. Pois não é que ontem todos os jornais da manhã, menos o Debate, se mancomunaram para caluniar e injuriar alguns dos membros do poder executivo dizendo que se ia regulamentar a liberdade de imprensa? Já não se contenta em trabalhar cada um por sua conta, calumniam de sucia, injuriam constituídos em associação, e se não houvesse imprensa da tarde, estariam as victimas pelo menos 24 horas sob a falsa imputação, porque, como é sabido, nós não temos leis para taes casos, nem para outros de igual jaez, a que vai acudir o projecto Alfredo Pinto, e quem diz que cada um gasta o seu dinheiro como bem o entende, e que a policia não tem lá que metter o nariz.
>
> Felizmente, está tudo esclarecido, não se vai regulamentar o exercício da nossa profissão, o que se vai apenas é encarregar o órgão da justiça publica de vigiar os nossos actos e palavras.
>
> Conversaremos a esse respeito, porque embora o caso seja menos grave, nem por isso deve passar sem protesto.[75]

Como fica evidente, apesar de apoiarem parcialmente o projeto, os jornais estavam atentos às possíveis censuras. Ao longo dos primeiros anos da República, a relação entre a polícia e a imprensa foi se costurando através de meias palavras, sendo eles reticentes um com o outro. Ao criticar o projeto, mesmo sabendo do histórico que rendeu a alcunha de Cavanhaque de Aço a Sampaio Ferraz, a *Gazeta de Notícia* tratou o item III do artigo 1 do projeto como uma ameaça à liberdade de imprensa no geral, não durante a gestão de Sampaio Ferraz e Campos Sales, mas quando esses deixassem o poder. Temia-se a censura com opositores que poderiam assumir o poder. Havia um cuidado ao se referir aos ocupantes de cargos do Executivo da atual situação. Em primeiro momento, as referências a Sampaio Ferraz sempre foram recheadas de elogios e reconhecimentos. Essa

[75] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias, ed 336 de 2 de dezembro de 1898

relação foi se desgastando ao longo do tempo em que Sampaio ocupou o cargo de chefe de polícia, vejamos o porquê.

1.4. Planos e projetos de controle policial

Sampaio Ferraz foi o escolhido para executar e implementar projetos que visavam reestruturar a polícia no Distrito Federal. Assim que ele começou a se mobilizar para pôr em prática sua missão, a imprensa se lançou em busca de detalhes sobre as reformas almejadas. No dia 26 de novembro de 1898, *O Paiz* levantou e publicou questões importantes sobre o programa encabeçado pelo chefe de polícia, tal como vemos a seguir[76].

> **A policia actual**
>
> Assumindo a chefia de policia, o Dr. Sampaio Ferraz assumiu também gravíssima responsabilidade para com a população do Districto Federal.
>
> S. Ex. vem dos tempos da propaganda, S. Ex. vem da época em que ser republicano era ser demagogo, era atirar a barra além dos limites dos interesses pessoais.
>
> O Sr. Chefe de policia, portanto, tem um passado a defender, um principio politico a zelar, um ideal sociológico a afirmar na sua administração, porque tudo isso é republicanismo puro pelo qual o Dr. Sampaio Ferraz se bateu, jogando mesmo a sua cadeira de magistrado e a vida.
>
> Dadas estas circunstancias, o Sr. Chefe de policia representa para nós um penhos, quer dizer um mediador, entre a República do terror e do sangue, na phrase de um jornalista contemporâneo, e a Republica da inépcia, no nosso entender.
>
> A policia, sabe toda a gente, não cabe a missão de punir.
>
> Compete-lhe, exclusivamente, prevenir e para prevenir é necessário haver elementos de prevenção.
>
> Há, ou deve haver, ante qualquer autoridade, por mais pequena que seja a partícula de poder, de que é depositaria, algumas linhas escritas a que denominam lei.
>
> É para a lei que se olha ; é na lei que se concentram as esperanças de defesa; é na lei que se vai buscar o auxilio contra a prepotência.
>
> Que a lei no assumpto de vagabundagem, jogo, furtos, etc, etc, é deficiente sabemo-lo todos.

[76] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz, ed. 5166 de 26 de novembro de 1898.

> A autoridade policial tem, fatalmente, de se colocar entre as pontas do seguinte dilema: - ou se faz arbitrária, transgredindo a lei, e o lesado vai pedir à justiça o auxilio que a polícia menosprezou, e isso não é conveniente à República que imaginaram aqueles que afrontaram a monarquia bragantina: ou fica na posição expectante produzida pela inercia legal, a ver que, pelas malhas demasiado largas da rede de código, se escapa o criminoso a ir por ahi além exercer o pernicioso ofício, tarrafeando sabre a imbecilidade popular.
>
> Compreendeu isso o Dr. Sampaio Ferraz e em artigo que escrevemos no número de 9 do corrente, dissemos que o honrado republicano contava que, ainda na sessão actual, o Congresso lhe concedesse uma lei que habilitasse a dar combate ao vício, a enfrental-o nos recônditos mais ocultos que a vadiagem descobre, mas que a polícia até há pouco parece não ter descoberto, nem mesmo se aproveitado da circunstância da população saber onde se acoita o vicio e onde se acastela a malandragem.
>
> [...] [77]

Os redatores do jornal problematizam o dilema de Sampaio Ferraz, que, usando a retórica jacobina republicana, encontrava nas instituições barreiras, que só poderiam se romper por meio da arbitrariedade. No excerto, os meios encontrados pelo chefe de polícia foram comparados aos utilizados pela monarquia bragantina - sistema político que Sampaio Ferraz combatia com unhas e dentes.

O chefe de polícia, então, foi posto contra a parede: ou fazia o mesmo que fez os que ele criticava, ou assistia a impunidade através da lente da lei. Ao que parece, Sampaio Ferraz optou por uma terceira via: apresentar um programa de governo que modificaria as leis a favor de um projeto que, para além de policial, era profundamente político. Os planos do chefe de polícia transcendiam suas próprias funções, como bem frisou o excerto citado acima, que alertou para o papel da instituição afirmando que: "A policia, sabe toda a gente, não cabe a missão de punir. Compete-lhe, exclusivamente, prevenir e para prevenir é necessário haver elementos de prevenção.". Essa extrapolação de funções sinalizava para as expectativas acerca do autoritarismo na ordem republicana. Aqui compensa pontuar que a suposta brandura do Código Penal esteve em discussão ao longo da Primeira República, como frisou a reportagem. Para ilustrar essa situação cabe comentar que, em 1923, Orestes Barbosa publicou em seu livro *Bambambã!* uma suposta entrevista com Affonso Coelho, um dos criminosos mais famosos da Primeira República. Uma das perguntas direcionadas ao gatuno foi se ele ainda se aventuraria em alguma empreitada ilegal.

[77] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5166 de 26 de novembro de 1998.

> [...]
>
> -Então se aparecer um bom negócio, você pega…
>
> -Sendo bom, pego.
>
> -Mas você, Afonso, não teme ficar um dia irremediavelmente perdido nos artigos do Código Penal?
>
> Afonso Coelho sorriu e disse:
>
> -Qual, Exa. Os artigos do Código Penal são como essas bóias luminosas que existem nas baías: o bom navegador passa entre elas…[78]

Em 1898, Sampaio Ferraz assumiu a chefia de polícia com ambição e desejo de reformar de fato o aparato policial, mesmo que para isso fosse necessário articulação política a fim de aprovar projetos que modificassem o código penal. Além disso, o projeto de polícia envolvia outras questões[79]. Na sequência, vamos elencar pontualmente partes que consideramos importantes nas ideias apresentadas por Sampaio Ferraz ao *O Paiz*. A reportagem foi publicada sob o título *A policia atual*, em 27 de novembro de 1898.

Fazia parte do plano modificar o corpo de agentes, reduzindo as classes a agentes de primeira classe e agentes de segunda classe. A verba economizada seria transferida para os vencimentos das duas categorias. No campo da administração pública, o chefe de polícia projetava regulamentar a prostituição. Pensava em estabelecer um syphilicomio[80] para que as "mulheres públicas" pudessem fazer exames periodicamente e se tratar quando enfermas. As prostitutas também teriam seus filhos e agregados sequestrados juridicamente e recolhidos para asilos de caridade ou casas de educação. Sampaio Ferraz também defendia a fundação de um colégio industrial para instruir os menores vadios ou abandonados, nem que, para isso, fosse necessário alugar algum prédio para tal fim.

Além da prostituição, o chefe de polícia também pensava em regulamentar o trabalho doméstico através de um serviço de informações e garantias, que seria fornecido pela repartição de polícia para as duas partes envolvidas nos contratos de trabalho doméstico[81]. Também fazia parte do programa a criação de um departamento policial

---

[78] BARBOSA, Orestes. Bambambã! Rio de Janeiro: Benjamin Costallat & Miccolis Editores, 1923.
[79] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5167 de 27 de novembro de 1998.
[80] Local reservado e especializado para o tratamento da sífilis.
[81] O debate sobre a regulamentação do serviço doméstico esteve em voga durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. Essa discussão remonta um imaginário a respeito da escravidão e dos dramas do pós abolição, onde os senhores, que antes poderiam contar com a mão de obra escrava para o

somente para tratar de objetos perdidos. A repartição policial encarregada deveria ficar responsável por organizar, coletar e catalogar os objetos deixados em bondes, vagões, ruas e praças públicas. Os empregados da repartição seriam remunerados com uma porcentagem do valor cobrado do cidadão no momento em que fosse resgatar o objeto perdido. Havia também a possibilidade de criação de um museu da polícia, onde seriam expostos os objetos e instrumentos apreendidos em poder dos criminosos ou que tivessem sido empregados em atentados contra a segurança de vida ou de propriedade[82].

O chefe de polícia defendia a criação de uma pequena tipografia que deveria publicar diariamente avulsos e circulares para a própria instituição. A tipografia também seria utilizada para divulgar notícias sobre crimes, mandados de prisão e descrições sobre criminosos evadidos. Sampaio Ferraz, que já tinha experiência por ter sido o fundador do periódico *Correio do Povo*, pensava em imprimir semanalmente uma Gazeta de Polícia, que deveria conter informações sobre o serviço policial e uma parte expositiva e doutrinária sobre os deveres e funções policiais. Além dessas novas atribuições e instituições que faziam parte do projeto, Sampaio Ferraz defendia uma modificação no próprio sistema policial. Pensava que deveriam ser estabelecidas e delimitadas as atribuições do chefe de polícia e do comandante da brigada policial. Acreditava que o comandante da brigada deveria ficar responsável pela ordem, disciplina e economia da tropa, enquanto o chefe de polícia deveria cuidar da mobilização e direção dos policiais fora dos quarteis.

De acordo com Sampaio Ferraz, a polícia deveria ser dividida em dois ramos: um de investigação criminal e fiscalização, que deveria ser feito à paisana, por praças

---

trabalho doméstico, se viram obrigados a contratar trabalhadores e trabalhadoras livres. Havia uma dupla desconfiança, tanto da parte do contratado quanto da parte do contratante. Essa relação fica mais complexa quando pensamos essa atmosfera do final do século XIX, onde o higienismo estava em voga. Os membros da elite não se sentiam seguros em colocar alguém proveniente das "classes perigosas" dentro de sua casa. Para ver mais: GRAHAM, S. L. Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; Ver também: SILVA, Maciel H. C. Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910). Tese (doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

[82] Com base na análise do contexto, consideramos que essa ideia de criar um museu da polícia com objetos apreendidos reflete a preocupação com a criminologia, que na época ainda florescia aqui no Brasil. Lilia Motriz Schwarcz dedicou uma seção específica do seu trabalho para discutir o que chamou de "era dos museus" aqui no Brasil. Corroborando com nossa análise, Henrique Silva de Oliveira também constatou a influência da criminologia na criação do Museu Nina Rodrigues em 1915 em Salvador. Para ver mais: SCHWARCZ, Lilia Mortiz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930, Companhia das Letras, 1993.; OLIVEIRA, Henrique Silva de. Gatunos agem à vontade: polícia, ciência e identificação criminal em Salvador (1911-1922). Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal da Bahia. 2020

escolhidas e coordenadas pelo delegado auxiliar, que seria o responsável. O outro ramo seria o corpo de execução, que deveria ser composto por soldados uniformizados. O jornal também destaca que o chefe de polícia menciona a possibilidade de substituir o revólver e o sabre pelo distintivo do policial inglês[83].

Dentre todos os planos audaciosos que Sampaio Ferraz tinha para a organização da capital da República, a questão da substituição do sabre e do revólver pelo distintivo do policial inglês é a mais simbólica. Ao citar essa questão na entrevista concedida ao jornal, o chefe de polícia, sem se aprofundar em explicar o que isso queria dizer, deixou subentendido o que se esperava da polícia durante o seu governo.[84] Partindo dessa ideia, percebemos que Sampaio Ferraz pensava em transformar o sistema se inspirando no modelo de policiamento inglês. De acordo com a reportagem, o chefe de polícia imaginava uma polícia unificada e pacificadora.[85]

Ao pensar dessa maneira, Sampaio Ferraz ousava e colocava mais lenha nos conflitos já existentes entre as corporações. A brigada policial, que, em 1898, era comandada pelo coronel Belarmino de Mendonça, era uma corporação de caráter militar. Os postos de comando geralmente eram ocupados por quem já havia passado pelo exército. Segundo Bretas (1997), durante o primeiro momento republicano, o comandante da brigada policial precisaria ser coronel ou general do exército. A brigada policial deveria ser uma instituição autônoma e hierárquica, o coronel comandante de brigada não devia nenhuma obediência ao chefe de polícia. Os conflitos ficam ainda mais evidentes quando pensamos na questão dos costumes. A polícia não era bem vista, muito pelo contrário, nos conflitos entre as forças públicas, a população geralmente ficava ao lado do Exército, conforme constatou Marcos Bretas. A depreciação dos policiais civis, a falta de sintonia entre a polícia e a população e a ausência de um plano de carreira profissionalizante para os policiais eram obstáculos para as reformas propostas por Sampaio Ferraz, isso fica evidente nas publicações da *Gazeta de Notícias*.

---

[83] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz, ed. 5167 de 27 de novembro de 1998 e ed. 5168 de 28 de novembro de 1998.

[84] O sistema policial brasileiro de então (e até os dias atuais) é muito pautado no sistema de policiamento francês, onde as forças policiais são divididas em duas: a Sûreté e a Gendarmaria. Ou seja, a Sûreté é equivalente a Policia Civil e a Gendarmaria é equivalente a Policia Militar (Corpo Policial).

[85] Em 1898, a pedido do governo de São Paulo, Sampaio Ferraz chegou a desenvolver um trabalho sobre a polícia inglesa. No trabalho, Sampaio Ferraz atrela o perfil do povo inglês às perspectivas raciais, evocando inclusive a influência da "raça romana". In: FERRAZ, Sampaio. Do delito, Código Penal, e Organização Policial na Inglaterra. Separata da revista do arquivo municipal nº CXXVI. Departamento de cultura, divisão do Arquivo Histórico: São Paulo, 1949.

No dia 29 de novembro de 1898, a *Gazeta de Notícias* deu destaque à entrevista de Sampaio Ferraz concedida ao *O Paiz* e faz uma análise das propostas de reforma idealizadas pelo chefe de polícia[86]. A redação da *Gazeta de Notícias* é enfática ao criticar os projetos de Sampaio Ferraz, insinuando que as reformas almejadas por ele eram demasiadamente caras. Sobre a unificação das forças policiais e a substituição do revólver e sabre pelo distintivo a redação do jornal ainda fez uma previsão:

> [...] Uma das reformas, porém, teríamos necessidade de ver S. Ex. realizar: é a da substituição do revólver e sabre do nosso policia pelo distintivo do policia inglez. Ahi não se trata de despeza; trata-se, porém, de duas pequenas reformas preliminares e indispensáveis, primeiro, a reforma do nosso policia ; segunda, a reforma dos costumes da população.
>
> O que nós temos tido até agora é o policia que prende officiaes da marinha, que violenta senhoras, que espanca os presos, que se embriaga, que é provocador e turbulento. Quanto ao povo, ninguém lhe falle em deveres, porque é cousa de que elle não entente ; ao seu ver, só lhe assistem direitos, e a sua legenda, o seu escudo, o seu grito de guerra contra a policia, de quem é inimigo nato é o famoso *Não póde!*
>
> Ora, quando o povo souber que o policia não tem, nem revolver nem sabre não se limitará a gritar *não póde*, acrescentará que quem póde é elle, e quando se sentir em numero suficiente, chegará um calor ao policia, que terá de fugir com distintivo e tudo.[87]

De fato, a reforma almejada era a dos costumes, a que tivesse uma tônica moralizante e modernizante. Sampaio Ferraz caiu no gosto da imprensa quando obteve êxito na sua primeira investida contra os capoeiras, reconfigurando o espaço urbano e voltava para o cargo de chefe de polícia com o objetivo de continuar sua empreitada.

A redação da *Gazeta de Notícias* foi assertiva quando frisou que, junto com a reforma da polícia, deveria haver uma reforma nos costumes populares.[88] Aqui, se faz necessário chamar atenção para o modelo de policiamento inglês e para a idealização de de um modelo social europeu. De acordo com o próprio Sampaio Ferraz, em relatório publicado em 1898 quando viajava para a Inglaterra, o policiamento e a lei naquele país se baseavam em questões que se relacionam diretamente com os costumes, que Sampaio chamou de "consciência popular". De acordo com Sampaio, em 1898 a legislação penal da Inglaterra continuava esparsa na letra da lei, sem codificações, porém esses códigos

---

[86] Hemeroteca Digital Brasileira, Gazeta de Notícias, Questões do dia: as reformas policiaes. Ed. 333 de 29 de novembro de 1898.
[87] Idem.
[88] Para discussão conceitual sobre costumes populares: THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

estavam “encravados na consciencia popular”. Esses códigos referidos por Sampaio em seu relatório são perspectivas embebidas nas ideias da escola criminal positiva, de acordo com ele,

> [...] hoje na Inglaterra esses pontos de vista das novas escolas penais, se reconhecem, entretanto, que muito antes de traduzidos em livros ou em polêmicas jornalísticas eles revestiam a suprema orientação dos seus juízes ou tribunais. Ainda que não consagrados por algum tratado cujo intuito fosse exclusivamente a sua divulgação, o que a prática demonstra é a completa filiação do espírito nacional à essa maneira de ver os assuntos da criminalidade [...]. [89]

No pensamento de Sampaio Ferraz sobre a Inglaterra havia um forte fator racial. Na introdução de seu relatório ele reforça que o inglês seria: “Raça que avulta poderio perante todas as nações modernas, nacionalidade que se constituiu a golpes de uma vontade de ferro , submetida aos ideais da ordem, da justiça e do poder [...]”[90]

Pensando no Brasil do final do século XIX, percebemos que essa discussão sobre modernização e moralização é repleta de certo positivismo à brasileira e, principalmente, por uma carga de racismo e colonialismo. Os moldes europeus pareciam sempre ideais e a busca pelo modelo eurocêntrico é sempre uma constante em projetos desse tipo.

Outro ponto sobre a relação da organização da polícia brasileira e da polícia inglesa diz respeito à profissionalização. Desde meados do século XVIII, a polícia inglesa já tinha algum tipo de profissionalização, ou seja, já havia critério de recrutamento, “salário”, treinamento e até se exigia experiência de um ano. Bayley (2006) classificou essa vanguarda inglesa no século XVIII como *polícia profissional primitiva*[91]. Apesar dos precedentes, a efetiva profissionalização da polícia inglesa ocorreu em 1829, quando foi criada a Polícia Metropolitana de Londres, que era basicamente um regimento policial civil, mantido com recursos públicos e com efetivo suficiente para conter e dispersar multidões urbanas. De acordo com Bayley (2006), o treinamento era obrigatório e o recrutamento levava em consideração o sexo, a altura, o peso, a personalidade e a

[89] FERRAZ, Sampaio. Do delito, Código Penal, e Organização Policial na Inglaterra. Separata da revista do arquivo municipal nº CXXVI. Departamento de cultura, divisão do Arquivo Histórico: São Paulo, 1949.
[90] idem
[91] BAYLEY, David H. Padrões de policiamento. São Paulo: Edusp, 2006. pp.60.

habilidade em ler e escrever. A partir de então, aos poucos, ocorreu a substituição das milícias e das forças militares por uma polícia civil treinada[92].

No Brasil, com o advento da República e o "afã do esforço moderador"[93], a necessidade de profissionalização da carreira ficava cada vez mais evidente. Para as elites brasileiras, o Rio de Janeiro não poderia ficar de fora da tendência de profissionalização preconizada pelo velho mundo europeu. Muitos modelos policiais foram utilizados como parâmetro de comparação durante a Primeira República, e alguns chefes de polícia se dedicaram a estudar tais perspectivas, como é o caso de Sampaio Ferraz com a polícia inglesa e de Aurelino Leal, chefe de polícia durante o governo de Wenceslau Brás[94].

1.5 Praças brancos ou homens de "bom comportamento"

Uma questão importante com relação à organização policial diz respeito ao princípio federativo. É evidente que a República brasileira, por ser constituída através de uma federação, deveria reconhecer e preservar autonomia para a organização policial de cada estado. No entanto, quando pensamos no policiamento do Distrito Federal, fica nítido uma certa preferência dada à cidade do Rio de Janeiro pelo presidente da República, ministros e até mesmo parlamentares. No dia 28 de novembro de 1898, a *Gazeta de Notícias* publicou na primeira página um texto na coluna "causos & cousas", onde argumenta sobre as preocupações relativas aos policiais civis e sobre a preferência dada pelo governo federal à cidade do Rio de Janeiro[95].

> **CASOS & COUSAS**
>
> Todos os princípios de governo são férteis em projetos de reformas.
>
> Agora o objetivo dos reformadores, pelo menos o ponto principal para que se voltam todas as atenções, é a polícia da Capital Federal.

---

[92] idem

[93] Parafraseando Nicolau Seveckno. História da vida privada no Brasil vol.3

[94] Aurelino Leal foi um importante jornalista, político e criminalista baiano. Formado em direito pela Faculdade de Direito da Bahia, foi promotor público na comarca de Amargosa e, posteriormente, foi nomeado chefe de polícia do Distrito Federal, cargo em que permaneceu por quase quatro anos entre os governos de Wenceslau Brás e Rodrigues Alves. Permaneceu no cargo de chefe de polícia até 1919. Aurelino Leal buscava reformar a polícia, conforme ele mesmo afirmou categoricamente em seu livro Polícia e Poder de Polícia, publicado em 1918 pela imprensa nacional.

[95] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias, Ed. 332 de 28 de novembro de 1898.

Há não só projetos formulados e já em via de serem discutidos, como jornais anunciam as belíssimas intenções do ativo Sr. Chefe de policia, que se prepara para revolver os serviços policiais de fond en comble.

São vários os pretextos para este prurido reformador, em geral mais que justificado pela deficiência de semelhante serviço. Mas o pretexto culminante, a causa d'este movimento foi sem dúvida a jogatina do bicho. Não há quem sinceramente não aplauda a extinção d'essa lepra que tem assolado a população fluminense.

Simplesmente há nas providencias a tomar para matar o bicho uma pontinha de desigualdade, de iniquidade. Enquanto o Distrito Federal merece os cuidados do governo, que tão justamente se preocupa em cuidá-lo da lepra do jogo, os outros distritos da República continuam expostos a ela. A proporção que o bicho aqui for perseguido, ele emigrará para os outros Estados da Republica, onde aliás já floresce, tanto ou mais que no Rio de Janeiro. Será o Distrito Federal filho e serão enteados os outros distritos? Ou não haverá lá gente de braço forte e vontade de ferro como o Dr. Sampaio Ferraz?

Mas não é somente a restrição o ponto fraco da reforma.

Desde que se trata de aumentar ou alterar atribuições policiais, a primeira reforma a fazer era a da própria polícia civil.

Os serviços que estão incumbidos e esta Instituição indispensável nunca serão satisfatórios enquanto forem confiados a um pessoal de comissão, destinado a funcionar por um certo espaço de tempo, a um pessoal que em geral desconhece absolutamente o serviço de que se vai incumbir.

Se ás vezes os governos acertam na escolhas do chefes de polícia, como agora o reconhecemos, nem por isso o serviço melhora, porque nem sempre é tão feliz a escolha dos auxiliares, isto é, dos que têm a parte mais pesada e mais difícil do serviço.

Não faço referencias pessoais, nem há no que vou dizer a intenção de deprimir os que servem e os que têm servido cargos policiais.

Mas a verdade, que não se deve ocultar, é que esses cargos são em geral ocupados por cidadãos cujas aptidões são desconhecidas e para os quais todas as outras carreiras estão fechadas.

Quem está desempregado e tem padrinho arranja um lugar de autoridade policial, sirva ou não sirva para ele. O médico sem clínica, o advogado sem causas, o engenheiro sem trabalho, o politiqueiro de esquinas e de botequim, o arranjador de votos, as influencias de paroquia são em geral os candidatos preferidos para a nossa organização policial.

Não entendem nada do serviço, muitos entregam-se a ele com grande dedicação, perdem noites em diligencias; mas como não saber o a b c do oficio, para não fazerem fiasco, entregam uns inquéritos que o poder judiciário acha em geral deficientes, incompletos ou sem fundamento.

No fim de quatro anos, ou mesmo antes, toda essa gente ou grande parte d'ela é substituída por outra nas mesmas condições, e que vai repetir o que ela fez.

Ora, se se trata com tanto empenho de alargar as atribuições de um pessoal d'esta ordem, se se trata de reformar leis para dar atribuições mais graves e mais sérias á polícia, por que não dar a esta também uma organização mais grave e mais séria?

Dirão, e com alguma razão, que não se pode fazer tudo a um tempo. Pode ser ; mas o que não é natural nem razoável é começar qualquer cousa pelo fim, andando de trás para diante.

> Antes de dar atribuições excepcionais, convém saber a quem são elas confiadas. Do contrário é o mesmo que as não dar.
>
> Tig-Tac[96]

Com base no texto, percebemos uma preocupação com os indivíduos que ocupam os cargos da polícia. Há uma forte crítica à falta de preparo e ao modelo de recrutamento baseado em indicações partidárias e em favores pessoais. A questão central é a necessidade de uma reforma no sentido de profissionalizar a polícia, estabelecer critérios e fundamentos para uma carreira policial. O redator do jornal, mais uma vez, se colocou em posição de defensor dos interesses públicos, alfinetando as autoridades administrativas do país e questionando a aparente preferência dada aos interesses relativos ao Distrito Federal e a ausência de discussões sobre os outros estados brasileiros. Seria o Distrito Federal o filho e os outros estados enteados? Será que não havia em outros distritos gente como Sampaio Ferraz?

A atenção do jornal com os outros estados era válida e legítima, mas é interessante perceber que a modernização do corpo policial também estava em andamento em outras partes do país. No Rio Grande do Sul, a otimização da polícia civil já ocorria desde meados de 1896, quando foi regulamentada a polícia administrativa, como mostrou Claudia Mauch[97]. O estado então já possuía duas forças policiais civis: a polícia administrativa e a polícia judiciária. A polícia administrativa tinha caráter essencialmente preventivo e municipal, enquanto a judiciária atuava em todo o território estadual. O processo de modernização da polícia no Rio Grande do Sul foi encabeçado por dois grandes nomes da política gaúcha: Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Duas figuras que defendiam vorazmente o positivismo. Júlio de Castilhos era governador do estado quando, em 1895, nomeou o desembargador Borges de Medeiros para o cargo de chefe de polícia e o incumbiu da tarefa de elaborar um projeto de lei de organização policial do estado. Tempos depois, Borges de Medeiros foi eleito governador do estado e ocupou o cargo por cinco mandatos[98].

---

[96] Hemeroteca Digital Brasileira, Gazeta de Notícias, ed. 332 de 28 de novembro de 1898.
[97] MAUCH, Claudia. Dizendo-se autoridade: policia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de filosofia e ciências humanas, PPGH: Porto Alegre, 2011
[98] Idem

A reforma policial em São Paulo foi encabeçada por Campos Sales em 1896, quando ele assumiu o cargo de governador. Segundo Marcelo T. Q. Martins (2014), o projeto de reforma policial de Campos Sales para a São Paulo buscava criar uma ordem que fosse percebida pelos imigrantes, investidores e pelo resto do país[99]. O político afirmava que "uma boa polícia é a condição de um bom governo".[100] O então governador nomeou para o cargo de chefe de polícia Xavier de Toledo, que já havia exercido a função nas províncias do Espírito Santo e Santa Catarina. Em paralelo à reforma policial do estado, ocorreu também uma reforma na cidade de São Paulo. Uma Guarda Cívica foi formada, inspirada no policiamento londrino, com fardamento azul, chapéu cônico, cassetete branco e colarinhos altos. Em seu trabalho sobre o policiamento em São Paulo, Marcelo T. Q Martins (2014) constatou: "De Londres a Buenos Aires, o policial tinha a mesma aparência, transmitindo aos viajantes a impressão de estarem num ambiente civilizado"[101].

Essa "impressão de estarem num ambiente civilizado" pode significar muita coisa. Quando pensamos no Brasil do final do século XIX e início do século XX, logo percebemos que o ideal de civilidade estava permeado por signos eurocêntricos e racistas, que eram inflamados constantemente pelo positivismo e racismo científico que estava presente nos ideais da elite[102]. Nos congressos científicos, debates parlamentares e acadêmicos do período, fica evidente que a civilização modelo era a europeia. O discurso era de que seria necessário civilizar e higienizar o Brasil[103]. No Rio de Janeiro, a reforma idealizada por Sampaio Ferraz pode representar uma das facetas desse ideal que dizia ser

---

[99] MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. A Civilização do delegado: Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930. São Paulo: Alameda, 2014.

[100] Pronunciamento de Campos Salles feito em 15 de janeiro de 1896. In: Eugencio Êgas. Galeria dos Presidentes de São Paulo – Período Republicano 1889 – 1920. Vol. 2. São Paulo: Seção de Obras d'O Estado de S. Paulo, 1927, p.92. APUD: MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. A Civilização do delegado: Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 2889-1930. São Paulo: Alameda, 2014.

[101] MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. Op.cit, 2014, p50.

[102] Para entender o ideal de civilização: CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços, e epidemias na Corte imperial. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017; CHALHOUB, Sidney. Lar, Trabalho e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque. 2ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001; ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989; SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil vol. 3: da belle époque à era do rádio. 1 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 ; SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-190. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

[103] CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços, e epidemias na Corte imperial. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.; AZEVEDO, Célia M. M. Onda Negra, Medo Branco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

de civilização e modernidade, mas que refletia as formas de exclusão experimentadas pela República brasileira.

O viés racista dessa empreitada fica evidente no dia três de novembro de 1898, quando *A Imprensa*, que tinha Ruy Barbosa como redator-chefe, publicou na segunda página, em meio à coluna "notícias diversas", a seguinte informação[104]:

> Sabemos que o sr. dr. Chefe de policia e o sr. coronel Bellarmino de Mendonça estão de acordo em que o policiamento da parte central da cidade, principalmente o da rua do Ouvidor, seja feito pelas praças brancas da Brigada Policial que melhor comportamento, educação e instrucção tenham.
>
> S.s. exs. Providenciaram também para que essas praças façam o policiamento fardadas o mais correctamente possível, de modo a diminuir a má impressão até hoje causada por algumas praças pouco escrupulosas em matéria de uniforme.
>
> Esta providencia durará emquanto não for creada a nova guarda de 2.000 homens, 1.000 fardados e 1.000 á paisana, como é do desejo do sr. chefe de polícia.
>
> (A Imprensa, Ed.60. 03 de dezembro de 1898).

No dia seguinte a *Gazeta de Notícias* (através do *O Engrossa*) complementaria a informação,[105].

> Diz a Imprensa de hontem que o Sr. Dr. chefe de policia e o Sr. comandante da brigada policial pretendem fazer policiar a rua do Ouvidor e a parte central da cidade por praças brancas e bem vestidas.
>
> O Engrossa, logo que levou este ferro, soltou toda a sua reportagem como se fosse a do Jornal do Brasil, e por sua vez fura a Imprensa complementando a informação:
>
> Os policiaes brancos, bem vestidos e bem criados, policiarão a rua do Ouvidor, as ruas do encilhamento, em que há muita gente graúda, e os bairros aristocráticos do Cattete, Botafogo e Laranjeiras.
>
> Os bairros do Rio Comprido, Engenho Velho e S. Chrisovão são policiados pelas praças mulatas, a quem será permitido usar fardamento meio cá meio lá.
>
> O serviço da Cidade Nova, Sacco do Alferes e Morro do Nhéco será feito por pretos em fraldas de camisa.

---

[104] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal A Imprensa, ed.60 de 03 de dezembro de 1898.

[105] O Engrossa começou a ser publicado no dia 01 de Dezembro de 1898 e manteve-se com publicações diárias na primeira página da Gazeta de Notícias durante um bom tempo. O Engrossa era um jornal de opinião, de problematizações confusas baseadas em notícias espetaculosas e fantasiosas com um tom jocoso e satirizado. Na primeira edição a redação afirma: "só temos um programma: engrossar. E havemos de engrossar, haja o que houver e suceda o que succeder. Tempos por nós a Constituição da República: <<A todo e qualquer cidadão é lícitos, etc, etc, etc,>>" Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias, Ed. 335 de 1 de dezembro de 1898.

> Sabemos mais que quando houver falta de brancos para policiamento dos bairros catitas, o comandante da brigada será auctorisado a mandar caiar os pretos e encadernal-os de novo.
>
> Apanha, Imprensa, para o teu tabaco, e viva a igualdade![106]

A crítica ácida do jornal apontava para a perspectiva racializada que orientava a organização do policiamento e o projeto de nação que se tornou hegemônico na nascente República. E é interessante notar que o plano de branqueamento da tropa não estava evidente nas discussões policiais nem no projeto apresentado pelo deputado Alfredo Pinto. O processo de racialização estava intrínseco na lógica de dissimular o racismo através dos mecanismos de poder do Estado[107]. Desde 1870, as discussões sobre raça e ciência floresciam nos espaços políticos e intelectuais da elite brasileira[108]. O tema racial era central, ora sendo discutido no âmbito da higiene pública, ora no da medicina legal. Todo esse aparato de discussão construiu no pensamento das elites uma espécie de consenso de que a questão racial merecia atenção e era preciso lidar com ela como problema social e civilizatório[109].

Esse "consenso" parecia arraigado nas concepções políticas do Estado brasileiro, de modo que não seria necessário nenhum tipo de justificativa ao priorizar a distribuição de praças brancas para as regiões centrais da cidade. A ação se auto justificava através do discurso do progresso e da civilização. Com isso quero reafirmar que as práticas racistas eram dissimuladas, não existia uma portaria ou algum documento explicitando ou regulamentando o critério racial para o policiamento no centro da cidade, a regulamentação se dava no campo do costume e do ideal de progresso[110].

Com as fontes elencadas nesse capítulo, é possível conhecer e discutir elementos presentes nas ideias e projetos que norteavam o policiamento do distrito federal durante

---

[106] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias, Ed. 338 de 04 de dezembro de 1898.

[107] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

[108] CARULA, Karoline. Darwinismo, raça e gênero. Projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos, 1870-1889. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016. ; AZEVEDO, Celia Maria Marinho. Onda nega, medo branco. ; SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-190. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. ; CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

[109] Consenso no sentido de se tornar uma discussão latente de reconhecida importância. Karoline Carula discutiu em seu trabalho as diversas teorias a respeito de raça e suas divergências e semelhanças, ou seja, nem no mundo cientificista existia uma teoria hegemônica.

[110] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

o início do mandato presidencial de Campos Sales, com destaque para os projetos de Sampaio Ferraz, cujo retorno à função de chefe de polícia, em um primeiro momento, foi recebido com euforia e entusiasmo por parte da imprensa carioca. Sampaio Ferraz buscou combater o jogo do bicho respaldado por um projeto de decreto legislativo que tramitou na câmara dos deputados. O projeto era reformista e visava atribuir armas jurídicas para que a polícia do Distrito Federal pudesse combater com eficiência o jogo.

A relação de Sampaio Ferraz com a imprensa foi inicialmente positiva, mas, como já assinalei, se desgastou com o passar do tempo. O primeiro desentendimento entre o chefe de polícia e os jornais da capital se deu por conta do projeto que tramitava na câmara, o qual deixava margem para uma possível censura à imprensa. Percebendo esse perigo, logo os periódicos trataram de repudiar tal item. Como veremos ao longo dos próximos capítulos, esse foi o primeiro de muitos desentendimentos ocorridos entre a imprensa e o chefe de polícia Sampaio Ferraz.

Sobre questões referentes à reforma policial no Brasil, é importante ressaltar que as reformas policiais já estavam em andamento em vários estados brasileiros nos últimos anos do Império, conforme citamos anteriormente. O próprio Campos Sales, quando assumiu o governo de São Paulo, reconhecia que a "boa polícia era sinônimo de um bom governo", tanto é que essa convicção o levou a direcionar esforços para modernizar o corpo policial do Estado. Essa mesma interpretação também o levou a indicar seu primo, Sampaio Ferraz, para o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal, já que ele representava uma confluência de interesses de vários grupos políticos. Sendo membro da elite política e econômica do estado de São Paulo, ficou famoso pelo seu posicionamento firme em questões republicanas. Mesmo trabalhando para Deodoro, quando assumiu a cadeira de deputado federal não deixou de criticar a administração do marechal.

Reforçamos o entendimento do *O Paiz* quando afirmaram que todos os inícios de governo são férteis em propostas de reforma. A reforma da polícia do distrito federal representava uma visão política imersa na atmosfera do final do século XIX. Quando nos referimos a essa atmosfera, estamos considerando tanto as disputas partidárias quanto as visões cientificistas que estavam em alta no período. Percebemos que o discurso de moralidade assumido pelos projetos policiais abarcava as relações sociais e raciais, como ficou evidente no suposto consenso entre Sampaio Ferraz e Belarmino de Mendonça em dar preferência aos policiais brancos no patrulhamento das áreas centrais da cidade. Ainda que não possamos evidenciar se o projeto de branqueamento da polícia de fato foi posto

em ação, é fundamental pontuar que foi possível identificar essa questão na imprensa, num jornal dirigido por Rui Barbosa, liderança abolicionista.

Nos próximos capítulos discutiremos, através dos jornais, como se desenrolou o exercício de Sampaio Ferraz na cadeira de chefe de polícia entre os anos de 1898 e 1899.

Capítulo 2 - O Roubo da Casa Luiz de Rezende: investigações possíveis

Neste capítulo analisaremos a repercussão e a representação de um roubo que mobilizou a opinião pública do Distrito Federal. O roubo em questão ocorreu em uma das ruas centrais do Rio de Janeiro e a vítima foi a famosa joalheria, a casa Luiz de Rezende. Através desse episódio buscaremos analisar a imagem da polícia e seu *modus operandi* retratado nas páginas da GN. As reportagens sobre o caso forneceram elementos que possibilitaram uma análise tanto do universo literário quanto o universo policial, onde a imprensa, ao retratar um roubo de sensação, apelava para elementos típicos do universo literário, buscando seduzir seus leitores e direcionar o interesse para o caso misterioso. Por outro lado, também retratava as tensões presentes entre seus redatores e o chefe de polícia.

Considero importante salientar que, no período em questão, havia muito entusiasmo literário com relação às práticas policiais. De acordo com Ana Porto, por volta dos anos de 1860, um novo tipo de literatura começa a ganhar espaço nos jornais franceses[111]. O chamado romance judicial (ou romance policial) passa a cair no gosto do público. Da mesma forma, Dominique Kalifa também constatou em seu clássico livro *A tinta e o sangue*[112]. Ao longo do capítulo buscaremos analisar o "roubo de sensação" – um tipo de ação criminosa visto como engenhosa e inteligente - ocorrido em 1898 sem perder de vista essa atmosfera, tanto literária quanto científica, difundida pelos meios jornalísticos.

Outro elemento que perpassa nossas fontes é a questão da experiência no tempo das pessoas que viviam a última década oitocentista[113]. As publicações jornalísticas analisadas foram produzidas por setores da sociedade que liam acontecimentos do seu presente com um olhar que mirava o futuro. O final do Império do Brasil e o amadurecimento do período republicano coincidiram com a atmosfera eufórica do final do século XIX e início do século XX. As narrativas sensacionais nos jornais e o registro

[111] PORTO, Ana Gomes. Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil. Tese (doutorado) — Universidade de Campinas, Campinas, 2009.
[112] KALIFA, Dominique. A tinta e o sangue: narrativas sobre crime na Belle Epoque. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
[113] HARTOG, François. Regimes e historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.

do caso em outras fontes (como no livro de Vicente Reis que abordaremos na próxima seção) constituem parte importante da memória registrada, não somente sobre o roubo da casa Luiz de Rezende, mas sobretudo da experiência no tempo representada nessa documentação. O final do século XIX representava uma etapa de pré-futuro, uma espécie de degrau final para a catarse futurística que se imaginava do século XX. A sociedade brasileira, recém egressa do escravismo e da monarquia, estava se preparando para um futuro, que é sempre idealizado.

Com relação a estrutura policial, é importante sinalizar que Sampaio Ferraz, então chefe de polícia, havia sido nomeado sob admiração e expectativa da opinião pública, conforme analisamos no primeiro capítulo. Entendemos que o roubo que discutiremos ao longo desse capítulo foi fundamental para a imagem do chefe de polícia, que teve seu mérito julgado e pelas páginas da Gazeta de Notícias.

Também considero importante pontuar que, conforme indicamos no primeiro capítulo, no período em questão, a polícia do Distrito Federal assumiu a importante missão de manter a ordem na capital da República. A cidade do Rio de Janeiro era o espaço em que se reuniam deputados e senadores de todos os estados da federação, além da cidade ser palco de constantes visitas de autoridades internacionais. De acordo com Christian Lynch (2016), havia uma espécie de aversão por parte dos deputados com relação ao fato da capital da República estar localizada na cidade do Rio de Janeiro[114]. O autor argumenta que a metrópole era símbolo da centralização monárquica e das massas urbanas, "onde os republicanos sempre tiveram muita dificuldade em penetrar."[115]. Sendo assim, para consagrar e sustentar a imagem do projeto republicano, a polícia do Distrito Federal assumiu o papel de guardiã do decoro e da moralidade pública, ser um exemplo nacional, com o objetivo quase didático de educar a população para o novo mundo que se mostrava, conforme discutimos ao longo do primeiro capítulo.

Cabe repetir, o chefe de polícia, Sampaio Ferraz, que havia sido nomeado diretamente pelo presidente da República, representava um plano de governo e uma ideia de polícia para o Distrito Federal. O caso em questão colocou suas habilidades à prova.

---

[114] LYNCH, Christian E. C. O momento oligárquico: a construção institucional da República (1889-1891). IN: VISCARDI, Claudia M. R.; Alencar, José A. de. A República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
[115] Idem.

2.1 Os "ladrões no Rio", segundo um delegado

Em 1903, Vicente Reis, que já havia ocupado a função de delegado de polícia na cidade do Rio de Janeiro, publicou pela editora Lammert *Os ladrões no Rio*. Nele, o ex-delegado buscou organizar e compilar, em uma espécie de apostila, diversas informações sobre os ladrões e gatunos que atuaram no Rio de Janeiro entre os anos de 1898 e 1903. O livro, portanto, se tornou uma fonte riquíssima para os estudos que buscam direcionar o foco para temas relacionados à polícia e ao crime. Nele, é possível encontrar fotografias, dicionário de gírias, manual de como os ladrões e gatunos agiam, histórias de conto do vigário e uma imensa lista de indivíduos que Vicente Reis achou importante imortalizar.

Vejamos as primeiras palavras que Vicente Reis dirige aos leitores de seu livro

> **AO LEITOR**
>
> Delegado de polícia, há cerca de três anos, organizei o presente livro demonstrativo de observações e estudos feitos.
>
> Neste relatório currente calamo as citações são verdadeiras, devendo acrescentar que os indivíduos apontados nas diversas galerias, todos frequentadores do xadrez, têm o nome registrado nos archivos policiaes.
>
> Escrevi Os Ladrões no Rio para ficar patente não só o esforço como a bôa vontade por mim despendida no serviço da repartição de segurança publica onde sempre hei tido, por escopo, trabalha com zelo e captado, por isso mesmo, no estricto cumprimento dos deveres, a antipathia de quantos se vão julgando prejudicados em interesses inconfessáveis: os vagabundos, os desordeiros, os jogadores, os ladrões e os protetores dessa casta de gente.
>
> Rio de Janeiro, 20-7-03.
>
> Vicente Reis

No trecho citado, o autor introduz aspectos da obra, assumindo a responsabilidade para com a veridicidade das citações e evocando para o texto a forma de um relato de experiência. Através do relato pessoal, Vicente Reis garante que a obra é fruto de estudos e observações que lhe renderam a antipatia dos indivíduos registrados. Os dados citados no texto de Vicente Reis dizem respeito ao universo urbano carioca de 1898 a 1903. Um universo dos "de baixo", numa sociedade que vivenciava uma profunda transformação social e política[116]. Era o universo da gatunagem e da ladroagem, o universo dos vigaristas

[116] Sobre a "história vista de baixo" ver: HOBSBAWN, Eric. "A história de baixo para cima". In HOBSBAWN, Eric. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Ver também: THOMPSON,

e ladrões de galinha, o universo da polícia e do criminoso (que de certo modo se confundem e se misturam deixando de lado a dicotomia). [117].

Cada nome citado por Vicente Reis diz respeito a uma pessoa, indivíduo ou agente de sua própria história, que, de certa forma, se mistura com a documentação institucional num momento crucial da ordem republicana. É possível encontrar esses agentes e discutir esse universo através de processos crime e/ou pedidos de *habeas corpus*, mas não somente a partir dessa documentação. A imprensa, intencionalmente ou não, também nos fornece um riquíssimo material por meio do qual é possível analisar os conflitos presentes na cidade do Rio de Janeiro e na sociedade brasileira durante a Primeira República.

Através das páginas da imprensa, é possível acessar um universo complexo e analisar questões que se relacionam diretamente com a vida prática dos indivíduos. Eduardo Silva, ao trabalhar com uma coluna do Jornal do Brasil, analisou o periódico através do prisma conceitual da história das mentalidades coletivas[118]. Entendemos o trabalho de Eduardo Silva como uma importante referência metodológica para o presente trabalho, e uma possibilidade para pensarmos as possibilidades do uso da imprensa como fonte, já que o historiador demonstrou que é possível analisar diversos pontos da história social através de elementos presentes numa coluna jornalística. No presente trabalho, ao utilizar a imprensa como nossa fonte principal, também atravessaremos essa seara.

Ao longo desse capítulo analisaremos um roubo ocorrido no centro da cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente em uma famosa joalheria localizada na rua do Ouvidor. O caso foi retratado com ampla cobertura da imprensa da capital e, anos mais tarde, foi registrado no livro escrito por Vicente Reis como um roubo digno de menção. Mas, antes de entrarmos propriamente na descrição do caso no universo jornalístico, é necessário nos voltarmos para elementos do texto publicado por Vicente Reis.

E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Um exemplo sobre essa perspectiva de abordagem na historiografia brasileira pode ser encontrado na obra A força da escravidão, REF: CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

[117] Diversos autores, influenciados pela nova esquerda inglesa, buscaram ressaltar a perspectiva da história vista de baixo. De um modo geral, no Brasil, grande parte das produções que buscaram acessar esse universo se voltaram para as relações de trabalho, seja no universo rural ou urbano, seja nas fábricas ou em fazendas. Aqui, de certa forma, também trabalharemos uma perspectiva de trabalho (o trabalho policial e o trabalho dos ladrões e gatunos).

[118] SILVA, Eduardo. As queixas do povo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Na introdução de seu livro, Vicente Reis discute a respeito do trabalho policial e sobre as questões que o preocupam[119]. As discussões levantadas pelo autor estão imersas na atmosfera do início do século XX[120] e podem ser esmiuçadas para que possamos compreender um pouco mais do universo representado no texto de Vicente Reis. Vejamos trechos da introdução do texto de ex delegado:

> [..]
>
> A opulência, companheira inseparável dos milionários e das pompas que as riquezas lhes dão, raramente se descobre na Capital Federal.
>
> A gente abastada, circumscrevendo-se aos pitorescos bairros de Botafogo, Laranjeiras e Tijuca, não dá largas ás posses. Limita-se ao bem estar; foge, portanto, ás espetaculosas exhibições tão comuns ás estirpes dos países em que os nobres, no intuito de menoscabar a pobresa, que para eles representa a canalha – procuram realçar, pôr em evidencia a pujança do poder aulico, assanhados por desmedido orgulho!
>
> Em geral a gente apatacada, entre nós, economisa para gosar no exterior, onde se desforra dos tristes dias de um passado cheio de amarguras provenientes de um labor incessante, compensando-os com a delícia que despertam os novos climas, os ares estranhos, costumes e usos diversos.
>
> Dahia a razão, clara e evidente, da ausência de crimes hediondos, do quilate de tantos atentados monstruosos de que nos fornecem noticia os despachos telegráficos do exterior, desafiando a atividade, a astucia, o zelo, e a longa pratica das prefeituras policiais estrangeiras.

Do excerto acima gostaríamos de destacar algumas questões relevantes para nosso trabalho. A primeira delas é a questão a respeito da criminalidade. Vicente Reis busca contextualizar e até mesmo diagnosticar possíveis causas da criminalidade. De acordo com o autor, a criminalidade violenta tinha relação direta com o contraste da riqueza com a pobreza. O autor acreditava que esses crimes eram raros no Rio de Janeiro, porque as elites ficavam restritas aos seus bairros e preservavam sua fortuna para gozar no exterior.

O autor continua:

> Raramente somos surpreendidos pela narrativa de crimes alarmantes, aqui postos em execução, e, se os tem havido, espaçadamente embora um do outros,

[119] Muitos pesquisadores já se utilizaram como fonte o material produzido por Vicente Reis. Dentre eles podemos citar Diego Galeano (2012), Ana Ottoni (2012) e Israel Ozanam (2018).

[120] Ao me referir a "atmosfera do início do século XX" estou tomando como as ideias já clássicas na historiografia brasileira que representaram o período em questão como um momento em que planos e projetos estavam nas mentes das elites dominantes. E não só isso, a população como um todo já sentia essas mudanças que globais que chegaram ao Brasil. Desde a população das capitais, que se viam imersas num cotidiano metropolitano de grande fluxo de pessoas e culturas, até o universo da população de alguns interiores, que se viram em contato com uma nova realidade que interferia diretamente em seus costumes, como é o caso de Canudos e a questão dos sertanejos da região do Contestado. Sem falar no positivismo e outras perspectivas que pregavam o progresso.

> pode-se afirmar, hão sido essas criminalidade executadas por mão de estrangeiros, na mós parte evadidos das galés, fugindo á expiação de cometimentos audaciosos, ou por indivíduos que aportam ás nossas plagas, impelidos para enxurrada immigratoria.
>
> De há trinta anos a esta parte, o cadastro policial tem registrado, dignos de menção, o assassinato de uma marafona na rua Senhor dos Passos, mulher que trazia nos dedos mais de vinte anneis de ouro com belos brilhantes, - o de um velho solitário residente na Terra Nova, - o caso Frank Brown – e o celebre buraco do Rezende.
>
> A não ser este ultimo, cujo mysterio até hoje não se desvendou, dos demais foram os autores descobertos, devido á argucia dos bons agentes aos quaes se confiaram as diligencias.

Outra questão levantada diz respeito aos autores dos crimes célebres ocorridos na cidade do Rio de Janeiro. Para Vicente Reis, a explicação para esses roubos é que os indivíduos que os executam eram estrangeiros, ou seja, teriam certa sofisticação no planejamento de suas ações por conta de sua experiência com a vida urbana nas grandes metrópoles europeias. Neste sentido, ironicamente, se havia uma expectativa por uma polícia à moda inglesa, como abordei no capítulo anterior, os crimes sensacionais também sinalizariam o cosmopolitismo carioca.

O autor ainda justifica:

> Accresce que no Rio de Janeiro ninguém sofre as torturas da fome, o que se não dá na Italia, em Londres, em Paris.
>
> Nesta abençoada terra onde, graças a Deus, o que diz respeito a genero de consumo, no tocante á alimentação, está ao alcance de todas as bolças, deixa de comer quem não quer, porquan to o infeliz nunca bate em vão á porta do semelhante.
>
> -O brasileiro é, em geral, generoso.
>
> Demais, entre nós, o trabalho não escasseia. Toda a gente encontra ocupação e o serviço tem sempre paga compensadora. Não sucede o mesmo no estrangeiro, onde o indivíduos quer empregar-se em alguma cousa e não encontra em que exercer atividade.
>
> Ninguem ignora que a falta de meios contribue para o aumento da criminologia, que, segundo observação dos escritores modernos mais notáveis, há crescido em todo o mundo civilizado em proporção considerável e alarmante.
>
> [...][121]

[121] REIS, Vicente. Os ladrões do Rio. Rio de Janeiro: Lammert, 1903.

A terceira questão diz respeito à visão romântica acerca da capital da República Brasileira. Vicente Reis acreditava que no Brasil não havia pobreza, quer dizer, para o autor "o brasileiro é, em geral, generoso", no Brasil não faltava trabalho. O autor reafirma que a falta de emprego e de condição de se manter contribui para o aumento da criminalidade.

Quando pensamos sobre o período, é necessário analisar não somente as fontes, mas também estabelecer diálogos com a historiografia que aborda mais a fundo diferentes aspectos da sociedade do período em questão. Por isso consideramos importante o trabalho do historiador Sidney Chalhoub que, em *Trabalho, lar e botequim*, ao analisar os conflitos violentos entre os trabalhadores do período, constatou que grande parte dos conflitos não podiam ser entendidos sem atentarmos para as divergências que cruzavam os diversos pertencimentos dos trabalhadores, fossem eles nacionais, regionais, de gênero ou geracional. Isso significa que se faz necessário atentar para os conflitos que, na cidade do Rio de Janeiro, também constituíam e definiam a classe trabalhadora. As disputas por lugar no mercado de trabalho, a luta por moradia digna, os conflitos amorosos e as desavenças entre imigrantes e entre imigrantes e brasileiros foram pretextos que apimentavam a sociabilidade dos populares e, muitas vezes, desencadeavam reações violentas. Ou seja, as disputas não se esboçavam apenas entre o Estado e a população mais pobre.

A visão de Vicente Reis, a partir do trecho citado em *Os ladrões do Rio*, era de que os "crimes célebres" praticados na cidade do Rio de Janeiro tinham como autores os imigrantes. O delegado citou três deles envolvendo estrangeiros, para sustentar sua tese. No presente capítulo estudaremos um deles.

2.2 Crimes "dignos de menção"

Dentre os três casos que Vicente Reis considerou como "dignos de menção", por representar um tipo de acontecimento que transcendia os costumes cotidianos e banais no Rio de Janeiro, estudaremos aqui o caso Luiz de Rezende. Um crime misterioso e sem solução, conforme afirmou o próprio delegado. A principal fonte que utilizaremos é a série de reportagens publicada na *Gazeta de Notícias* sob o título *Roubo de sensação - O*

buraco do Rezende. Ao todo foram publicadas 12 reportagens que renderam intenso trabalho da redação e dos repórteres.

O roubo em questão aconteceu na madrugada do dia 5 de dezembro de 1898, e no dia seguinte foi relatado com detalhes nas páginas da *Gazeta de Notícias,* como notamos a seguir..

> **Roubo se sensação**
>
> [...]
>
> Em pleno período rocambolesco![122] Uma situação assim, nem o imaginoso romancista francês criaria melhor. Subterraneos, ladrões noturnos, roubos avultuados, tudo isso é um acepipe de primeira para o paladar estragado de uma grande capital, onde lhe servem constantemente pequenos incidentes diários de caráter correcional.
>
> Agora foi obra limpa, ou então não sabemos o que vem a ser um capitulo de folhetim com a suita a demain.
>
> A população carioca teve o seu dia de regalo; assumpto houve para palestras, e os commentarios foram bordado ao gosto de cada um, e sabem todos a que ponto pode chegar a variedade no genero![123]
>
> [...]

O periódico anunciava o roubo como um acontecimento de sensação, um crime célebre e grandioso[124]. Nas páginas da *Gazeta de Notícias* o caso era descrito com grande entusiasmo. A reportagem se lançava em busca de informações e parecia investigar junto com a polícia, configurando assim uma espécie de "inquérito jornalístico"[125], cobrando posicionamento dos agentes, sugerindo pistas e pressionando o chefe de polícia, Sampaio Ferraz. A narrativa sobre o roubo é uma fonte privilegiada para analisar a operação da polícia e as tensões entre o jornal e a polícia.

---

[122] Possível referência à Rocambole, personagem famoso nos folhetins de autoria de Ponson du Terrail.
[123] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed 340 de 6 de dezembro de 1898.
[124] A historiadora Marilia Rodrigues escreveu sua dissertação de mestrado sobre o crime da rua Januzzi e em seu texto discute as publicações sensacionais presentes em periódicos na primeira república. OLIVEIRA, Marília Rodrigues. A tragédia da rua Januzzi: narrativas sensacionais, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República. Dissertação (mestrado em história). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014.
[125] Conceito desenvolvido por Ana Vasconcellos Ottoni em sua tese de doutorado e também utilizado por Henrique Silva em sua dissertação de mestrado. OTTONI, Ana Vasconcelos. "O paraíso dos ladrões": crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920). Tese (doutorado em história). Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2012.

Na mesma edição da *Gazeta de Notícias*, também na primeira página, corria em destaque uma discussão sobre o projeto de Alfredo Pinto, que visava modificar algumas questões referentes a repressão e ao combate ao jogo do bicho e demais contravenções[126]. A redação da GN dialogou francamente com os editores do *Jornal do Comércio* e, inclusive, republicou na íntegra o texto do dia anterior, onde defendia o projeto de Alfredo Pinto. Já os redatores da *Gazeta de Notícias*, apesar de concordar com partes chaves do projeto, criticava alguns pontos. A principal crítica era com relação a ideia de a polícia assumir um protagonismo jurídico nos casos de contravenção.

Outras notícias diversas faziam parte da publicação do dia. A coluna "Boletim do exterior" divulgava as ideias que corriam na Espanha sobre um possível abandono das possessões coloniais e uma tensão geopolítica entre a Espanha e os Estados Unidos por conta do território das Filipinas. Porém, aparentemente, nada chamava mais atenção do que o caso do roubo.

O "roubo de sensação" ganhou as páginas dos jornais da capital da República e a polícia estava no centro das atenções. A expectativa era grande para que uma cidade como o Rio de Janeiro tivesse policiais hábeis o suficiente para resolver um caso grandioso, um roubo inteligente. A ideia de progresso, muito difundida através da literatura do período, ampliava essa visão acerca do combate inteligente contra o crime. Desejava-se um trabalho de investigação mais apurado para solucionar o mistério e dar uma resposta satisfatória para a sociedade. A habilidade investigativa da polícia aparecia como uma questão civilizatória.

Palco do roubo, a famosa Casa Luiz de Rezende havia sido fundada em 1858 e possuía relevância na sociedade carioca. É possível localizar diversas citações ao estabelecimento ao longo das edições da *Gazeta de Notícias*. O estabelecimento estava localizado na rua do Ouvidor n. 88, esquina com a rua dos Ourives. Segundo a descrição do jornal, a loja possuía quatro portas, duas para a rua do Ouvidor e duas para a rua dos Ourives. Além da loja principal, também havia duas vitrines localizadas na rua do Ouvidor n. 92, bem ao lado da loja principal. O acesso a esse ambiente se dava pela loja principal e ali estavam expostas as joias mais caras, como os brilhantes, os rubis e as esmeraldas. Todos os clientes que desejassem ver os objetos eram acompanhados até o cômodo por funcionários da loja. Foi justamente nesse espaço, na reportagem retratado

[126] O projeto foi discutido ao longo do primeiro capítulo desse trabalho.

como “compartimento vizinho”, que um buraco foi aberto e pelo qual os criminosos entraram.

Na primeira publicação sobre o roubo, a *Gazeta de Notícias* descreve o caso minuciosamente. Os repórteres elencaram as principais características do local, inclusive o cotidiano dos trabalhadores da casa[127]. De acordo com a narrativa publicada no jornal, a primeira pessoa a chegar ao local do roubo foi Guilherme dos Santos, um funcionário da loja, que dormia no andar de cima. Como era de costume, Guilherme se levantou aproximadamente às 6 da manhã e desceu até o piso da loja. Inicialmente não notou nada de extraordinário. O susto se deu quando chegou ao anexo da loja, no “compartimento vizinho”, onde encontrou caixas caídas, papéis espalhados, vitrines abertas, além da estatueta da deusa Diana caída ao lado do buraco aberto no ladrilho.

A reportagem frisa que, na casa, havia uma funcionária francesa, Mme. Pauline, que ficava responsável unicamente pela manutenção e organização da vitrine roubada. Sua função era limpar e arranjar os objetos para que os transeuntes pudessem observá-los. Mme. Pauline também residia no piso superior da loja e, ao ser inquirida, informou às autoridades que, nos últimos dias, ouviu ruídos no subterrâneo, mas não deu importância, achou que se tratava de ratos. O jornal completa: “Eram de fato ratos, mas bípedes.”[128].

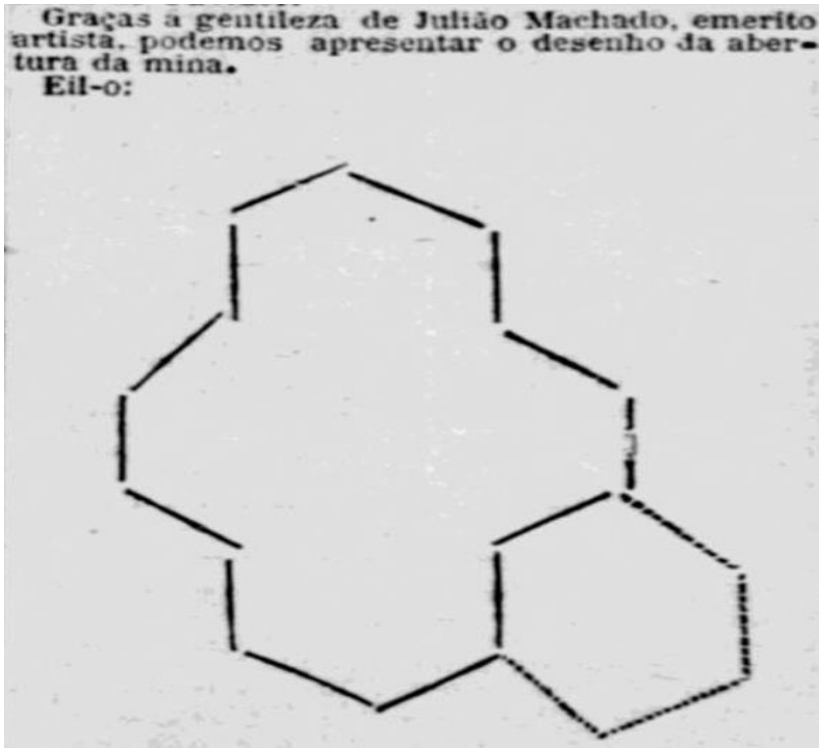
O buraco por onde entraram os ladrões tinha cerca de 40 centímetros de comprimento sobre trinta de largura e 80 de profundidade. Suspeitava-se que o buraco fazia conexão com a galeria de águas pluviais, administrada pela Companhia *City Improvements*. Diversos boatos circulavam e a polícia não sabia afirmar se os ladrões saíram por algum bueiro da rua do Ouvidor, ou seguiram pelos canos até a baía, onde pegaram alguma embarcação para zarpar em fuga. Dentro do buraco encontraram duas calças pretas, um toco de vela, um saco de aniagem além de uma edição *do Jornal do Brasil* com a data do dia 3 de dezembro de 1898.

---

[127] As narrativas sobre crimes podem nos fornecer informações importantes sobre outros aspectos da vida em determinado período, como sinalizou e demonstrou Marcos Bretas em seu texto As empadas do confeiteiro imaginário. Aqui conseguimos perceber que, na casa em questão, trabalhavam e moravam tanto brasileiros quanto estrangeiros no mesmo local em que trabalhavam. REF: BRETAS, Marcos Luiz. As Empadas do Confeiteiro Imaginário. A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. Acervo (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 15, n.01, p. 7-22, 2002.

[128] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias, ed. 340 de 6 de dezembro de 1898.

O periódico *A Imprensa*, que, lembro ao leitor, tinha Ruy Barbosa como redator-chefe, publicou o desenho do buraco na edição do dia 6 de dezembro de 1898. "[...] Graças a gentileza de Julião Machado, emérito artista, podemos apresentar o desenho da abertura da mina. Eil-o:"[129]


Graças a gentileza de Julião Machado, emerito artista, podemos apresentar o desenho da abertura da mina.
Eil-o:

(Imagem 5- buraco por Julião Machado, in: A Imprensa. Roubo Audacioso. Ed. 63 de 06 de dezembro de 1898)[130]

As peças roubadas somavam a quantia aproximada de 200:000$000[131]. Trata-se de uma quantia fabulosa, se pensarmos a remuneração dos populares na capital da República. Segundo Sylvia F. Damazio em *O retrato social do Rio de Janeiro na virada do século* (1996), em 1893, um soldado da cavalaria de polícia recebia a diária de 2$000, sendo tal valor atualizado após 1905[132]. A autora discute o salário de outros profissionais, como os

[129] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal A Imprensa. Ed. 63 de 06 de dezembro de 1898
[130] A representação do buraco foi ironizada pela Gazeta de Notícias através do O Engrossa: "A Imprensa anunciou hontem haver se esgotado a sua edição do dia antecedente. O que admira é que ella não esgote todas as suas edições e mais admira o não ter esgotado a edição de hontem; que traz um lindo desenho do buraco por onde penetraram os ladrões na casa Luiz de Rezende. O desenho é devido ao prodigioso lápis de Julião Machado." In: Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. Ed. 341. De 7 de dezembro de 1898.
[131] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. Ed. 340 de 6 de dezembro de 1898.
[132] DAMAZIO, Sylvia. Retrato social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.. p49

serventes municipais que, em 1897, recebiam mensalmente 75$000. Já um professor de ciências recebia mensalmente 450$000, e um médico, 600$000. Um ferreiro, em 1895, recebia cerca de 5$000 por dia. Já um trabalhador não especializado tinha diária média de 2$000. Compreendendo esse cenário, fica evidente a ênfase feita pela Gazeta de Notícias no fim da primeira reportagem;

> [...]
>
> Ahi fica o caso narrado de acordo com as notas da reportagem. Fomos fieis na narração tanto quanto possível, e depois dela feita só podemos exclamar, naturalmente como o leitor o fará: é muito! É extraordinário! E estupendo!
>
> Entrou o gatuno pelo ralo da rua do Ouvidor? Mas a que horas? Como foi que ninguém viu?
>
> Entrou o gatuno pelo lado do boeiro? Mas como suportar ele tão grande trajeto, sujeito a ficar asfixiado, em uma noite quente, abrasadora, como a de anteontem?
>
> Tudo isso sem contar o trabalho de escavação, tão bem feito, tão bem calculado que foi levar o gatuno, ou os gatunos, até debaixo do solo a roubar.....
>
> Toda esta série de interrogações que ahi deixamos, traduz bem o espanto de quantos viram e leram o que ahi foi praticado em pleno Rio de Janeiro, na sua rua mais frequentada.[133]

A ênfase dada pelo jornal ao mistério do roubo e à quantia roubada tempera a narrativa com elementos instigantes, que se relacionam diretamente com o campo da sensação, como bem explicou a historiadora Marilia Rodrigues de Oliveira em seu trabalho[134]. O objetivo dessas narrativas, para além de informar e emitir o posicionamento político do jornal sobre determinado acontecimento, era seduzir e prender o público leitor na narrativa. A narrativa de sensação era construída para despertar sentimentos como surpresa, agonia, medo ou expectativa nos leitores. Com isso, os periódicos "surfavam na onda" que começava a aparecer nos periódicos internacionais, como os da França, conforme demonstrou Dominique Kalifa em *A tinta e o sangue* (2019), onde discute narrativas sobre o crime na belle époque.

---

[133] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias, Roubo de sensação, 06/12/1898 ed. 340

[134] OLIVEIRA, Marília Rodrigues. A tragédia da rua Januzzi: narrativas sensacionais, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República. Dissertação (mestrado em história). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014.

Apesar de influenciada pela mesma "onda" das narrativas sensacionais e policiais, a realidade social e política do Rio de Janeiro durante a virada do século XIX para o XX era bem diferente da realidade de Londres ou Paris. Aqui, no Brasil, a recém-instalada República ainda se consolidava. O roubo aconteceu no segundo mês após a posse oficial de Campos Sales e de seu primo, Sampaio Ferraz, que ocupava a chefia de polícia. Com isso quero dizer que os projetos reformistas, que visavam a estabilização do regime, estavam em curso e Sampaio Ferraz estava com muita ambição e diversos planos para a polícia da capital federal. Esses planos reformistas tinham como inspiração os países europeus, conforme discutimos no primeiro capítulo.

2.3 "Guardas pretos" para vigiar os esgotos: a hierarquia racial do crime

As questões raciais também estavam em debate e faziam parte do projeto. A *Gazeta de Notícias* tratou de inseri-las no contexto do roubo. O excerto a seguir foi publicado na segunda página da *Gazeta de Notícias*, edição 341 do dia 7 de dezembro de 1898.

> **AO ACASO**
>
> Ainda hontem foi assumto de conversa o roubo audaz e artístico de que foi victima a casa Luiz de Rezende & C. Creio que já agora não mais se porá em duvida esta terra, onde pelo menos a arte de roubar está tão adiantada como em França ou na Inglaterra.
>
> Ao nosso muito amado chefe de policia está agora indicada uma reforma indispensável : mandar rondar as galerias de esgoto. Terá assim ensejo esplendido para fazer uso dos guardas pretos.
>
> E isso será tanto mais fácil quanto já ontem o Dr. Floresta de Miranda mandou limpar as canos de esgoto na rua do Ouvidor e ruas adjacentes, limpeza que há muito tempo não era feita. Não é de supor que assim precedesse afim de facilitar o trabalhinho assejado dos gatunos, aos quaes o roubo da casa Luiz de Rezende poz agua na boca.
>
> [...][135]

Esse é o único momento que a questão da negritude é citada e abordada no contexto do roubo. O excerto referencia o projeto pensado por Sampaio Ferraz e o coronel Belarmino de Mendonça, que buscava separar os policiais em praças brancos e pretos, conforme discutido no primeiro capítulo. Aos praças brancos caberia o patrulhamento nas

[135] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias, ed. 341 de 07 de dezembro de 1898.

áreas centrais da cidade e aos pretos restaria patrulhar as regiões mais distantes. Ao atribuir, mesmo que de maneira irônica, o patrulhamento dos esgotos aos praças pretos, fica evidente a tensão racial e o lugar de subalternidade do negro no imaginário da elite dirigente.

É importante ressaltar que, no contexto em questão - a virada do século XIX para XX -, havia um grande debate sobre questões criminais e suas relações com supostas determinações biológicas. Diversas teorias racialistas já estavam presentes nos debates intelectuais da fina flor da elite carioca desde meados do século XIX, conforme discutido por Karoline Carula em seu livro *Darwinismo, raça e gênero* (2016). Nele, a autora analisa as conferências públicas de vulgarização científica, percebendo as diversas teorias racistas dissipadas no pensamento dos palestrantes das conferências, ministradas em diversos pontos da cidade do Rio de Janeiro. Algumas conferências contaram com a participação do próprio imperador Pedro II.

Lilia Schwarcz também discutiu as teorias raciais em seu texto, *O espetáculo das raças* (1993). Nele, a autora aborda os principais locais de difusão das teorias raciais e sua influência nos diversos setores da sociedade, como nas faculdades de medicina (portanto, na formação de médicos), nas faculdades de direito (formação de delegados, advogados, políticos etc.) e nos museus (professores, pesquisadores e público em geral). No campo da medicina, um dos principais polos de difusão e produção de material e pesquisa sobre teorias raciais foi a Faculdade de Medicina da Bahia, onde o maranhense Nina Rodrigues desenvolvia suas pesquisas. A influência no campo da medicina legal também foi retratada por Mariza Corrêa no texto *As ilusões da liberdade* (2013).

Através da bibliografia, constatamos que as teorias raciais não eram homogêneas, havia diferenças epistemológicas dentro delas, como por exemplo as divergências entre o darwinismo e o lamarckismo, entre o poligenismo e o monogenismo. Fato é que, independentemente das divergências e interpretações, desde meados do século XIX a questão racial estava na ordem do dia na sociedade brasileira. As teorias, de maneira geral, buscaram estratificar a humanidade em raças (ou em raça, dependendo da epistemologia). Havia perspectivas que organizavam a humanidade em fases de desenvolvimento e havia quem defendesse que haveria mais de uma raça humana, como o próprio médico Nina Rodrigues, em *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894).

Por dentro dos mais diversos setores da sociedade corriam essas ideias fundadas no racismo científico. Em *Onda negra, medo branco* (1987), a historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo, ao discutir a problemática da imigração e a questão racial, também fez um balanço das discussões raciais através dos discursos parlamentares na província de São Paulo. Azevedo constatou que havia quem defendesse a imigração e havia quem a rejeitasse. Discursos recheados de racismo das mais variadas correntes buscavam pensar uma solução para o Brasil. Havia deputados que consideravam o negro como um indivíduo que possuía vícios atávicos inerentes à sua raça, como a preguiça e a tendência ao alcoolismo. Na mesma perspectiva, também havia discursos nos quais os deputados identificavam os asiáticos como uma raça distinta daquela que seria branca. Nesta lógica, esmo entre os europeus haveria estratificações dadas pela origem, condição de classe e gênero. Deste modo, a questão da mestiçagem se tornaria relevante no vocabulário político.

Com isso percebemos que as problemáticas raciais estratificavam diferentes comunidades. Os negros poderiam ser taxados como vagabundos, os italianos como mendigos, os japoneses como suicidas e os poloneses como prostitutas em potencial. Percebemos que, no contexto do roubo em questão, as perspectivas racistas não ficaram de lado. Isso fica evidente quando, após a notificação do crime, a polícia iniciou a investigação. Logo de início a polícia tratou de realizar diligências e prisões. Conforme as publicações da GN, percebemos que o alvo das investigações foram os estrangeiros. Mas por qual motivo? A resposta não podemos cravar, mas suspeitamos que havia uma certa hierarquização racial do crime. Conforme nos consta no manual *Os ladrões do Rio*, os crimes cometidos por negros tinham um quê de brutalidade e banalidade, como a seção publicada por Vicente Reis "como os ladrões atacam pela garganta", ou um aspecto imediatista e modesto, como a seção sobre os ladrões de galinha.

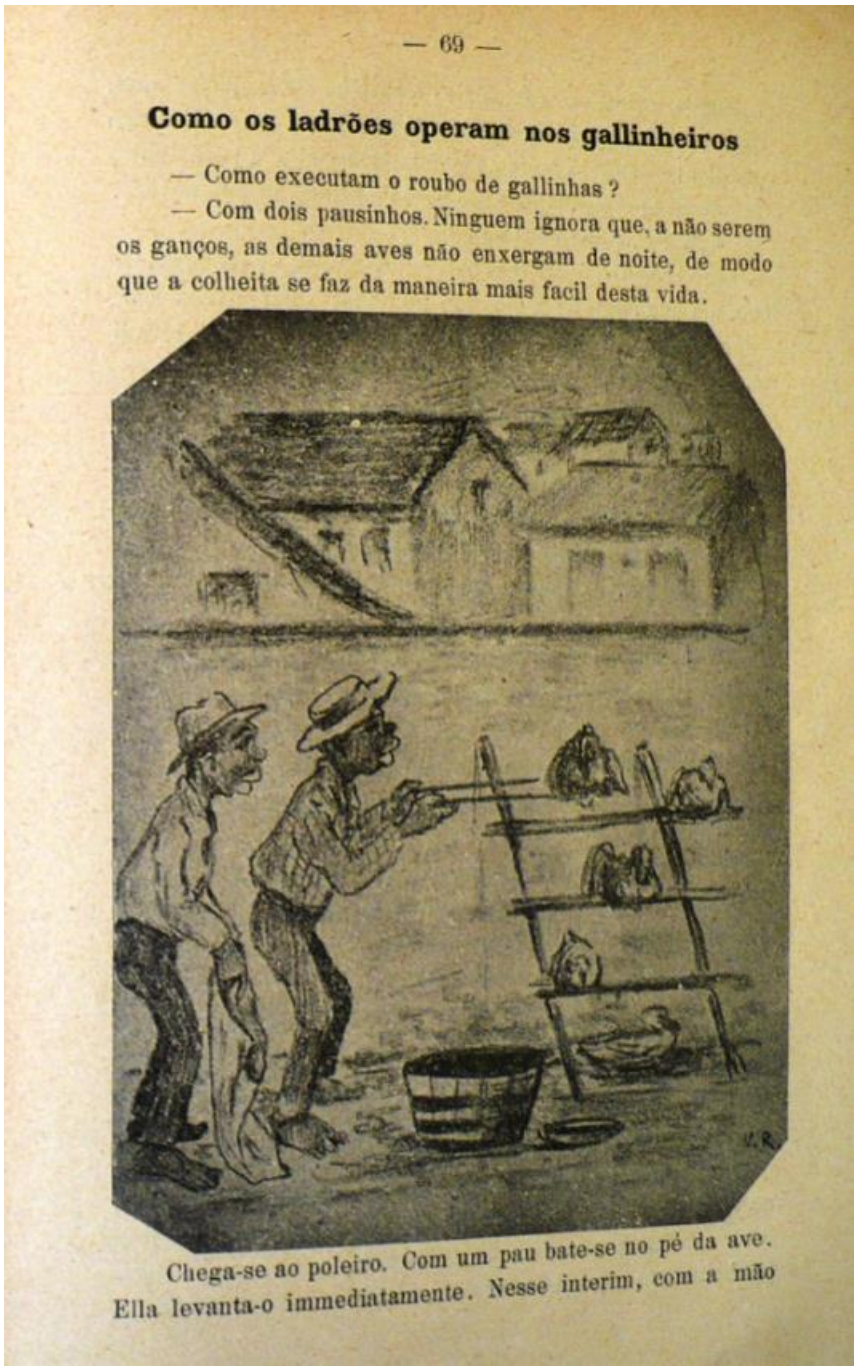
— 29 —

Como os ladrões atacam pela garganta

— Como procedem os ladrões que atacam o transeunte, agarrando-o pela garganta ?

— Deitam-se no batente de qualquer porta, fingindo que dormem, ou simulando embriaguez. O individuo vae passando; elles que o observam, apenas têm notado que a pessoa deu

Imagem 6: Como os ladrões atacam pela garganta (Pagina 29 do livro Os Ladrões do Rio)



— 69 —

Como os ladrões operam nos gallinheiros

— Como executam o roubo de gallinhas ?

— Com dois pausinhos. Ninguem ignora que, a não serem os ganços, as demais aves não enxergam de noite, de modo que a colheita se faz da maneira mais facil desta vida.

Chega-se ao poleiro. Com um pau bate-se no pé da ave. Ella levanta-o immediatamente. Nesse interim, com a mão

Imagem 7: Como os ladrões operam nos galinheiros (Página 69 do livro Os Ladrões do Rio)

As representações gráficas publicadas no texto de Vicente Reis estão repletas de elementos que nos levam a perceber essa hierarquização e reafirmação de estereótipos raciais. Nos exemplos citados, os agentes da ação criminosa são pessoas estereotipadas com lábios grossos, descalças, cabelo encrespado, ou seja, com fenótipos referentes à população negra. Essas pistas nos levam a crer que, ao negro caberia o lugar de "ladrão de galinha" ou de um assaltante violento. Essa hierarquização racial do final do século

XIX e início do XX, pensava o negro como um subalterno, seja no trabalho comum, onde lhes cabiam patrulhar os esgotos, seja no crime, onde eram tidos como naturalmente violentos ou meros ladrões de galinha.

Os roubos inteligentes, como o caso da casa Luiz de Resende, faziam parte de um outro universo, o universo dos ladrões especializados em vencer obstáculos, talvez letrados. Em *Os ladrões do Rio*, Vicente Reis também dedicou uma seção com uma lista de indivíduos que agiam dessa maneira. Além dos nomes, o ex-delegado elencou 20 fotografias dos condenados por crimes dessa estirpe. Dentre as fotografias, só identificamos uma em que o indivíduo retratado aparenta ser negro, ou seja, 95% dos retratos elencados no item representam brancos, numa cidade na qual a população negra era majoritária.

Voltando ao caso do roubo em questão, o chefe de polícia Sampaio Ferraz esteve pessoalmente na casa roubada para analisar as vitrines que foram lacradas para a investigação. Segundo a *Gazeta de Notícias*, foi o próprio Sampaio Ferraz quem lavrou o termo de lacração das vitrines. Há relatos de intensa movimentação de populares curiosos, que se aglomeravam em frente ao estabelecimento, para conhecer o espaço que foi palco para o crime sensacional descrito no jornal. Para evitar que a loja fosse invadida por populares, praças de polícia foram postos para guardar as portas do estabelecimento. Aqui percebemos o poder mobilizador do discurso de sensação.

Com o objetivo de solucionar o caso, uma das medidas tomadas pela polícia de Sampaio Ferraz foi prender os gatunos conhecidos. Sem citar a quantidade de prisões, a *Gazeta de Notícias* garante que o número é grande: "[...] O número de gatunos conhecidos que tem sido presos é avultado; interrogados eles, nenhuma declaração tem sido por eles feita, que esclareça e dê o almejado fio á autoridade."[136]. O jornal também elenca o nome de estrangeiros presos na operação. Os italianos Germano Vignga e Pietro Justino foram preso, na estrada de ferro Central do Brasil, por um agente de segurança pública, quando conversavam secretamente sobre o roubo. Ainda de acordo com o jornal, havia um outro italiano com eles, de nome Felippe Cozi, que fugiu no momento da abordagem, mas foi preso em uma fábrica de massas localizada na rua Senador Eusébio n. 94[137]. Também foi preso um francês, de nome José Mauricio, empregado na companhia de Carris Urbanos.

[136] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. Ed. 341 de 07 de dezembro de 1898.
[137] idem

De acordo com a reportagem, o motivo da prisão de José se baseia em indícios de que o francês "é relacionado com ladrões célebres, sabendo até onde residem alguns destes."[138].

Aqui é interessante fazer uma ponte com o livro de Vicente Reis. Em *Os ladrões do Rio*, ao publicar fotos de gatunos e ladrões conhecidos, o delegado registrou pouquíssimos negros. A maioria das fotografias representa homens brancos, alguns brasileiros e muitos estrangeiros. Em seu texto há também representações de vários tipos de crime por meio de desenhos. Os "ladrões que atacam pela garganta" e os "ladrões de galinha" são representados por homens negros. Já os casos de furto, estelionato, conto do vigário, e os ladrões que se aproveitam do descuido, são retratados por figuras brancas. Percebemos então uma espécie de hierarquização racial do crime. Os crimes simples e violentos cabiam aos negros, os crimes complexos e inteligentes, aos brancos. Essas narrativas nos levam a crer que, no caso da Casa Luiz de Rezende, por se tratar de um crime célebre, as diligências foram logo direcionadas aos brancos, principalmente aos italianos.

2.4 "Os ladrões que vencem obstáculos"

O jornal *A Imprensa* mencionou que Justino Carlo, gatuno conhecido pela alcunha de Carletto e que já havia praticado um roubo idêntico no estado do Pará, estava preso na casa de detenção em virtude do crime mencionado e deveria ser interrogado pelo dr. Pestana Aguiar[139]. No entanto, na edição do dia 7 de dezembro de 1898 a *Gazeta de Notícias* publica a pedido da polícia o seguinte:

> Da policia recebemos esta comunicação:
>
> "Não tem fundamento o que os jornais tem publicado a respeito das diligencias policiais relativas ao roubo Rezende.
>
> Carletto, inquerido, tem-se negado absolutamente a fazer qualquer declaração."[140]

Percebemos um campo de disputa acerca da narrativa e da resolução do misterioso roubo. De um lado, a imprensa lança seus repórteres investigativos, e do outro lado, a polícia tenta resolver o caso. É importante salientar que os jornais também disputam o

[138] idem
[139] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal A Imprensa Ed 62 de 05 de dezembro de 1898.
[140] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. Ed 341 de 07/12/1898

protagonismo da narrativa, como observamos no desenho do buraco publicado pelo periódico *A Imprensa* e a chacota feita pela redação da *Gazeta de Notícias*. Ao tratar sobre o assunto, ambos os jornais assumem um papel investigativo, cobrando posição da polícia e levantando hipóteses e suspeitas. Essa cobrança acabou desgastando a já tensa relação entre a imprensa e o chefe de polícia, como podemos observar no texto publicado dia 10 de dezembro de 1898 na *Gazeta de Notícias*.

> Nessas diligencias que o Sr. Dr. Sampaio Ferraz, chefe de policia desta capital, tem iniciado sobre o audacioso roubo da casa Rezende, sem pretendermos nos arvorar em críticos, seja dito antes de tudo, temos notado muita falta de unidade de acção. Que nos desculpe S. Ex. esta modesta opinião apresentada com as reservas de quem não quer de modo algum pôr embaraços ao procedimento da autoridade.
>
> Quando falamos em falta de unidade de acção, queremos nos referir á multiplicidade de diligencias feitas todas muito visi- (ilegível) trçado em tempo.
>
> É bem possível que o Sr. Dr. chefe de policia tenha suas razões para agir, desta maneira, mas os resultados negativos que até hoje tem chegado nos levam a duvidar de um êxito próximo, embora sejam diametralmente opostas aos nossos desejos.
>
> A casa de Detenção está regorgitando de indivíduos suspeitos, acham-se em actividade todos os delegados circumscripcionaes, praças de policia estão fazendo de secretas pela deficiência destes, as buscas em domicílios repetem-se sem resultado pratico, tudo isso denuncia simplesmente um excesso louvável de actividade, sem uma certa orientação preestabelecida.
>
> Será este o meio mais eficaz? Não é possível responder prontamente pela afirmativa, máximo sabendo quanto uma diligencia prejudica ou annula o efeito de outra, feitas por autoridades que não se combinaram previamente, que previamente não traçaram a linha de conducta.
>
> Limitamo-nos a estes simples reparos não com o intuito de marcar nova rota ao ilustre chefe, mas apenas para significar-lhe uma opinião que não é somente a nossa, embora seja geral o desejo de que S. ex. reúna mais este aos seus antigos e merecidos florões de homem de ação e de tino.
>
> [...][141]

No excerto acima percebemos que o jornal critica, mesmo que de maneira respeitosa, o chefe de polícia, colocando em evidência os grandes feitos do passado de Sampaio Ferraz e desejando que sua biografia fosse enriquecida com mais esse feito: o da solução do misterioso caso Rezende. Apesar da aparente sutileza, a redação da *Gazeta de Notícias* tensiona a relação, cobrando uma ação mais organizada e coordenada da polícia, colocando em dúvida a estratégia policial em curso.

[141] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. Ed 344 de 10 de dezembro de 1898.

Outro ponto que chama atenção é a constatação de que "a casa de detenção está regurgitando de indivíduos suspeitos". Essa prática foi adotada pela polícia de Sampaio Ferraz e fazia parte do *modus operandi* das polícias de outros estados da federação, como também constatou Henrique Silva em sua dissertação ao investigar o instituto de identificação e a gatunagem em Salvador[142]. Essa maneira de investigar consistia em prender os gatunos conhecidos, ou seja, indivíduos que não necessariamente tinham a ver com o caso em questão e acabavam sendo detidos para averiguação, muitas vezes, por tempo indeterminado[143].

Ao que tudo indica, essa prática reconfigurava sociabilidades urbanas, provocando uma espécie de caça às bruxas nas ruas, forçando os indivíduos que já haviam praticado algum crime ou contravenção a fugir ou se esconder, para evitar cair nas redes da polícia. É comum encontrar, em meio às reportagens da *Gazeta de Notícias*, comentários sobre a prisão de "pessoas suspeitas" que estavam se deslocando para longe da capital federal, ou mesmo o desaparecimento de indivíduos, como é o caso do negociante J. Gernandez.

> -Desapareceu desta capital J. Gernandez, negociante de jóias à praça da Republica n. 17, sendo o seu desaparecimento posterior ao roubo em questão.
>
> Dizem que ele embarcou com destino a Santos, estando a policia em seu encalço, sabendo-se também que raspou o bigode e trocou o nome[144].

Essas notícias reforçam nossa hipótese de reconfiguração das relações entre os ' de baixo", em função da agitação que a imprensa provocava: acreditamos que o referido negociante, provavelmente por já imaginar o *modus operandi* da polícia, buscou se evadir e se descaracterizar, raspando o bigode e trocando o nome, para escapar de uma possível prisão. É importante ressaltar que não tivemos acesso a inquéritos policiais e nem processos crime das pessoas envolvidas e presas por conta do crime em questão. Estamos focando a análise nas reportagens dos periódicos e acessando as informações que o público leitor contemporâneo ao fato, de certa forma, também pode acessar. Não sabemos se J. Gernandes tinha algum tipo de registro na polícia por algum crime, no entanto, com as informações fornecidas pelo jornal, percebemos que o indivíduo se tornou suspeito por trabalhar com joias. Acreditamos que não possuía passagem por roubo, receptação ou

---

[142] SILVA, Henrique. Os gatunos agem a vontade. Dissertação de mestrado. PPGH, Universidade Federal da Bahia. 2021.

[144] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 344 de 10 de dezembro de 1898.

comércio de produtos de procedência duvidosa, já que era comum que, quando o indivíduo suspeito possuía algum histórico criminal, a reportagem elencasse a acusação no corpo do texto.

Apesar dessa mudança temporária nas relações travadas no espaço urbano por conta da operação das polícias, aparentemente as relações costumeiras não eram rompidas por completo. A comunicação entre os indivíduos que estavam detidos e a sociedade externa ocorria através das visitas, como constatamos no seguinte excerto.

> Hontem na casa de Detenção era grande o numero de mulheres que iam visitar gatunos.
>
> Defronte, com todo o cynismo, estava sentado em um botequim que há na rua Conde dEu o conhecido gatuno Nita, que procurava utilizar-se das mulheres para mandar recadinhos aos colegas que se acham encafuados. Foi descoberta a maroteira, sendo Nila preso pelo agente Sampaio e conduzido a 9 circumscripção.[145]

Para além da constatação de que a comunicação entre gatunos estava mantida por intermédio de mulheres que visitavam a casa de detenção, é importante destacar a presença de familiares. Essas mulheres se deslocavam até a casa de detenção para visitar seus esposos, namorados, filhos e parentes queridos. É de suma importância direcionar o olhar para aspectos das relações familiares, haja vista que as relações sociais no período em questão não estavam pautadas simplesmente nas relações românticas. Muitas vezes a relação entre casais significava a manutenção da vida e a sobrevivência numa sociedade que vivia um período de inflação e instabilidade econômica. Isso também se aplica no caso de parentes e amigos, como discutido por Sidney Chalhoub em *Trabalho lar e botequim (1986)*. Portanto, o ato de prender alguém por ser suspeito, para além da violência própria do ato, muitas vezes também significava um atentado contra a vida, não só do indivíduo preso, como de seus parentes e amigos.

A banalização da prisão operacionalizada pela polícia de Sampaio Ferraz não resultou em objetivos práticos e os jornais reconheciam quão violento estava sendo esse processo, como constatou a *Gazeta de Notícias* em 12 de dezembro de 1898.

> [...]
>
> Infelizmente ainda não nos é possível adiantar coisa alguma além do que já os nossos leitores sabem. A casa de Detenção está literalmente cheia de

[145] idem

> indivíduos suspeitos ou de informantes que a policia julga preciosos para o bom andamento das pesquisas.
>
> Se não reconhecêssemos quão grave é a responsabilidade do Sr. Dr. Sampaio Ferraz nesta emergência, seriamos obrigados a chamar a compaixão de S. Ex. para o sem numero de mulheres, parentes e amigos que protestam pela inocência dos seus, colhidos nas malhas policiaes. Não nos cumpre expor aqui as scenass de angustia e de lagrimas que diariamente se desenrolam na casa de Detenção.
>
> [...][146]

Apesar de reconhecer o sofrimento que a operação causava nas pessoas da rede de sociabilidade dos indivíduos presos, a *Gazeta de Notícias* justifica a ação do chefe de polícia. O jornal parecia muito preocupado com a resolução do caso, a ponto de não poupar críticas à ação policial. À medida que os dias corriam, a posição da *Gazeta de Notícias* se tornava mais ácida com relação à atuação da polícia, e as críticas começaram a se tornar uma constante nas reportagens que cobriam o roubo.

> Já não há a menor duvida de que o importante roubo de joias na acreditada casa Luiz de Rezende & C, está dando lugar a composição de um interessante capitulo rocambolesco.
>
> Apesar dos esforços e louváveis diligencias da policia até hoje não foi descoberta a verdadeira pista dos criminosos. Apenas se desconfia que entre os cento e tantos indivíduos que se acham detidos, quatro tomam parte na façanha da rua do Ouvidor. Mas quem são eles? Houve os indícios para serem distinguidos? E serão só os quatro? Ninguém pode responder a taes perguntas, mesmo porque o roubo se foi praticado com esmero na sua execução, parece haver sido combinado de tal modo, que todas as pesquisas são inúteis para a descoberta de seus autores e cumplices.
>
> […][147]

Dentro da cobertura do caso, a reportagem listou uma grande quantidade de diligências policiais e denúncias que aparentemente não possuíam correlação com uma investigação direta. Era comum a *Gazeta de Notícias* receber e publicar cartas de populares que alegavam ter presenciado uma situação ou conversa suspeita. A publicação dessas cartas tensionava a relação do jornal, vestido com a armadura de defensor da opinião pública, com as polícias, em particular com Sampaio Ferraz. A cada nova pista e hipótese levantada pelo jornal, mais o caso se complexificava.

---

[146] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. Ed. 346 de 12 de dezembro de 1898.
[147] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. Ed. 347 de 13 de dezembro de 1898.

Conforme os dias passavam, a atmosfera de desesperança parecia dominar as reportagens sobre o caso. Ainda na edição do dia 13 de dezembro de 1898, a *Gazeta de Notícias* buscou refrescar a memória do público leitor através de um balanço crítico do fato ocorrido. Segundo o jornal, já nas primeiras diligências, o caso foi investigado com certo desânimo e a polícia deixou de se ater a elementos importantes presentes na cena do crime.

> Não fazemos censura alguma com a policia ; Mas não nos admirará que ela nada consiga em vista do mysterio que cerca este crime. Outra qualquer policia, melhor organizada do que a nossa e dispondo de pessoal mais hábil e mais experimentado talvez não chegasse a outro resultado.
>
> Houve, entretanto, segundo nos conta, um certo desanimo nas primeira diligencias. Por exemplo, a inspecção feita ao cano por onde se praticou o arrombamento apenas foi feita por empregados das obras publicas, um dos quaes trouxe os objetos que já foram examinados.
>
> Nenhum, porém, deu ao menos informação acerca da remoção da terra e apenas um perito declarou que o arrombamento fora feito de baixo para cima, com um pé de cabra.
>
> Essa peça de ferramenta até hoje não apareceu, como não apareceu nenhuma outra, sendo aliás pouco verossímil que os artista fizessem as escavações á unha, ou que se dessem ao trabalho de levar consigo a ferramenta quando se retiraram com as joias. Era preciso que fossem imbecis, porém isso é exatamente o que já está provado e que de imbecis nada eles tinham.
>
> Tambem, parece, fora de duvida de que o roubo foi praticado de domingo para segunda-feira, pois neste dia de manhã a marca do pé do gatuno, ainda estava fresca, a ponto de se poder desenhas a lápis. Depois é que secou.
>
> Em volta do buraco, não havia vislumbre de terra, nem de que o ladrilho tivesse sido lavado.
>
> Um vizinho da casa lembra-se de, duas noites antes, haver visto luz no encanamento, e o Sr. Dr. Floresta afirma que não tinha mandado proceder a limpeza alguma a essa hora.
>
> Neste turbilhão de informações, consideravelmente argumentada pelo gênio inventivo da reportagem, parece realmente difícil que a policia de boa conta do recado.
>
> Entretanto, enquanto demoram as diligências, a casa roubada conserva-se numa situação anormalíssima.
>
> Para estar livre de novo ataque, o pessoal tem de fazer plantão ao buraco durante toda a noite.
>
> [...][148]

[148] idem

Neste ponto podemos verificar como a reportagem se preocupa em listar questões importantes para o desenvolvimento de uma investigação mais técnica. A atenção dada aos detalhes, como a ausência de terra nos ladrilhos, a estimativa da data do roubo por conta da pegada fresca, e inquietação acerca dos instrumentos utilizados para escavar o buraco, são questões muito presentes na literatura do período, e, de certa forma, todos os pontos elencados dizem respeito à prática de investigação policial. A habilidade do chefe de polícia e as metodologias investigativas adotadas eram constantemente postas à prova.

Perante as críticas, a polícia buscava dar uma resposta para a opinião pública, direcionando sua atenção para as questões levantadas pelo jornal. Na continuação da narrativa sobre o caso, publicada na edição da *Gazeta de Notícias* do dia 15 de dezembro de 1898, o jornal se vangloriava por ter relembrado os policiais das pistas deixadas para trás.

> Continuamos em trevas a respeito da origem da autoria do audacioso roubo da casa Luiz de Rezende & C.
>
> É escusado acrescentar que continuam as prisões, que os agentes tem desenvolvido um actividade prodigiosa, em pura merda que os interrogatórios se sucedem mas tudo fica em palavras, palavras e palavras!
>
> Com certeza o papeleiro já deve estar a estas horas elevado a uma altura prodigiosa pela acumulação de autos e mais autos de perguntas, de certidões, de mandados, de tudo quando cheira a enxovia e a inquérito.
>
> Todos os casos neste mundo começam pelo começo; a mesma marcha devia ter tido a investigação sobre o crime que tanto prende actualmente a atenção publica; pois assim não foi e tanto é isso verdade que só hontem examinou-se o celebre burado e isso desculpem-nos a vaidade, porque nós o lembramos e o Dr. Floresta de Miranda se ofereceu espontaneamente para dirigir os trabalhos.
>
> [...]
>
> Tudo foi fotografado pelo Sr. Fonseca Seixas, por um empregado da casa Insey Pacheco e pelo secretario das obras publicas, Sr. Fonsceca Braga. Tambem foi fotografado de dentro para fora e de fora para dentro pelo fotografo da polícia.
>
> No fosso encontraram-se pedaços de papel molhado, fragmentos de tijolos, sendo tudo cuidadosamente guardado. Achou-se também uma lima, já servida.
>
> Desse segundo exame lavrou-se um termo e começaram então os homens da turma o trabalho de tapamento.
>
> O Sr. Dr. Sampaio Ferraz assistiu a todo o trabalho.[149]

[149] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. Ed 349 de 15 de dezembro de 1898.

Um grande esforço então foi lançado sobre o local do crime. Enfim constataram que o buraco possuía ligação efetiva com outros túneis e galerias subterrâneas[150]. Apesar da aparente apatia das investigações, no dia 18 de dezembro de 1898, de acordo com a *Gazeta de Notícias*,

> Há quem veja um pouco de luz pelos horizontes abrumados da policia, no celebre caso Luiz de Rezende. Não sabemos se se trata de algum raio de sol precursor da luz fecundante e devassadora... mas, pelos modos, já não é tão severo o rictus de concentração que, há tantos e tão longos dias, tem-se conservado no rosto do ilustre chefe. Fraqueza, fraqueza, nada podemos adiantas que autorize uma esperança ou dê curso a uma probabilidade ; constatamos factos de que somos testemunhas e expomos opiniões que se formulam em meias palavras. É possível que haja qualquer chose em Pair. Eis tudo quanto palpitamos.
>
> [...][151]

De fato, depois de um intervalo de dez dias após a publicação do trecho citado, a *Gazeta de Notícias* traz informações importantes sobre os supostos autores do roubo. Tratado como os "quatro marechais dos roubos audaciosos", Gambetta, Carletto, Hernandez e Megano estariam entre os suspeitos que continuavam sob custódia da polícia.

> O silencio há já alguns dias feito a proposito do roubo da casa Luiz de Rezende parece ter levado a alguns espíritos a convicção de que a policia desanimara, ao cabo de infructiferas e numerosas diligências.
>
> E, entretanto, essas diligências ainda não tinham sido efetuadas com tão segura orientação e com tamanho proveito como agora.
>
> Seria possível afirmar que os principaes cumplices, o executores do habilissimo trabalho, de que resultou o prejuízo enorme sofrido pela casa Rezende, já estão postos a bom recato, á espera de que novas e, porventura, mais veementes provas addirmem uma culpabilidade de que não há mais duvida nas altas regiões policiaes.
>
> Temos dado conta ao publico das diversas prisões ordenadas pelo Sr. Dr. Chefe de policia.

[150] De acordo com a reportagem, tudo foi fotografado. No mínimo quatro fotógrafos estiveram presentes para documentar e cobrir a diligência. Infelizmente ainda não conseguimos localizar essas fotografias.
[151] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. Ed 352 de 18 de dezembro de 1898

> No grande numero de presos, contam-se, como é sabido, os quatro marechais dos roubos audaciosos- Carletto, Hernandez, Gambetta e Megano.
>
> Pois muito bem. Não é impossível que nesse numero de detidos se encontrem precisamente os quatro cumplices do roubo que ora põe á prova todo o alto tino e toda a experiencia da policia.
>
> É necessário deixar registrado aqui que a autoridade policial não tem tido descanso. E o resultado das investigações até agora feitas denuncia a parte activa que no roubo da casa Rezende tomou um conhecido engenheiro, já por mais de uma vez processado e que ao mesmo tempo que á policia desta capital chegava do Prata a participação de que tal cavalheiro não passava dum conhecido gatuno, redigia aqui um tratado sobre a modificação das redes do esgoto.
>
> Esse engenheiro é especialista no que se refere ás aguas pluviais, e o seu gênio inventivo, diversas vezes afirmado, está dando muitíssimo que pensar ao Sr. Dr. Chefe de policia, cuja atividade neste caso é digna dos maiores encômios.
>
> Citamos quatro nome de conhecidos gatunos, em começo desta noticia, todos eles detidos por motivo do roubo a que nos estamos referindo.
>
> Não é muito adiantar que em poder de um deles foi encontrada uma lanterna furta-fogo, especialmente preparada para o trabalho em galerias subterrâneas, notadamente de esgotos.

Aparentemente a investigação policial tinha surtido algum efeito prático. O engenheiro, segundo a reportagem, havia sido visto parado na Rua dos Ourives esquina com a rua do Rosário três dias antes do crime, como se estivesse procurando alguém. Como não encontrou quem esperava, o engenheiro voltou para a casa do Rezende e observou demoradamente as vitrines da loja, em certos momentos observando de dentro e em outros do lado de fora. A principal suspeita é que o engenheiro trabalhou em parceria com Gambetta.

De acordo com a reportagem, Gambetta, havia passado longo período nos Estados Unidos da América, onde também ganhou as páginas dos jornais. Estava residindo no Rio de Janeiro em uma casa muito próxima à linha telegráfica, o que possibilitou que puxasse um dos fios do para capturar informações sobre as diligências policiais. Logo no início das investigações, ele havia sido detido e recolhido ao xadrez, mas a *Gazeta de Notícias* diz que "alta noite, ou porque os seus guardas dormissem ou por qualquer outro motivo, Gambetta conseguiu fugir". Foi capturado novamente quando buscava sair da capital federal através do Expresso de Minas, na Central do Brasil.

Em uma ação conjunta que envolveu as forças policiais locais e as autoridades da capital, a esposa de Gambetta foi surpreendida em uma casa em Niterói, localizada na

chamada Rua dos Fundos, em Santa Rosa. Junto dela foram apreendidos grande quantidade de cartas e documentos, além de fotografias tiradas em “New-York”, onde a mulher estava retratada em companhia de outra, que já havia passagem pela polícia. Uma fotografia chamou atenção das autoridades: era o retrato de um homem que a mulher de Gambetta dizia ser um parente finado, mas, para a surpresa dos diligentes, “essa fotografia era simplesmente a de Carletto, um dos autores do roubo idêntico ao da casa de Rezende, que já poucos mezes sofreu uma ourivesaria do Pará.”. Ao que tudo indica, Gambetta ficou conhecido por ser um dos autores do célebre roubo. Em seu texto, Vicente Reis, ao trabalhar com os “os ladrões que vencem obstáculos”, elenca a fotografia de Alexandre Bruto que, de acordo com o ex-delegado, havia trabalhado ao lado de Gambetta na empreitada criminosa.

Imagem 8: Fotografia Alexandre Bruto (Retrato publicado na página 62 do livro Os Ladrões do Rio)

Segundo Vicente Reis (1903),

> Bruto, na opinião dos entendidos foi, ao lado do falecido Gambetta, um dos principais autores do celebre roubo da casa Luiz de Rezende, caso a que o vulgo denominou Buraco e tanto deu o que falar. Noticias vagas affirmam ter elle daqui embarcado, como marinheiro a bordo de um navio mercante, sendo mais tarde preso em Londres quando oferecia á venda joias de valor, entre as quaes se conta o celebre colar avaliado em cem contos de réis.
>
> Esse roubo, que poz em ação toda a policia do Distrito Federal, foi praticado pela galeria de aguas pluviaes. Os ladrões perfuraram o terreno de maneira que ficou aberto um caminho que ia ter debaixo do assoalho da loja do estabelecimento e effectuaram a subtração das joias em domingo, dia em que o estabelecimento se encontrava sempre hermeticamente fechado.[152]

Aparentemente a prisão de Gabetta e de sua esposa foram o suficiente para acalmar os ânimos da opinião pública sobre o caso do roubo a casa Luiz de Rezende. Porém, para além da prisão dos supostos envolvidos no roubo, o mistério ainda não estava resolvido. Era necessário descobrir o paradeiro das joias roubadas e a dinâmica logística dos criminosos.

O caso voltou às páginas da *Gazeta de Notícias* somente no mês de março do ano seguinte. Ainda sob o título *Roubo de Sensação*, a reportagem trazia novos elementos sobre a investigação do caso. A chegada do investigador Cabral ao Rio de Janeiro causou grande espanto, tanto na imprensa quanto nos policiais, conforme relatou a reportagem.

> **Roubo de sensação**
>
> Não é novo o facto, cuja epigrafe conservamos ainda.
>
> A sensação subsiste e subsistirá intensa toda vez que a imprensa procure desvendar os mistérios que a policia ignora ou resguarda avaramente das visitas do publico.
>
> Uma diligencia por mais insignificante que seja, a prisão de um reles gatuno de nome arrevesado, as saídas e entregadas de secretas no austero gabinete do Argos policial, são coisas mínimas, mas que, estretanto, sobresaltam a reportagem, aguçam-lhe a curiosidade, instigam-lhe os instintos bisbilhoteiros.
>
> Tal foi o que se deu ontem na repartição central da policia, antes do meio dia, instantes depois de haver chegado o incansável chefe de policia ao seu gabinete.
>
> Um moço, 38 anos no máximo, estatura regular, extremamente simpático, tez morena, barba e Andó e trajado tollette de verão, apeou-se, ou mais

[152] REIS, Vicente. Os ladrões do Rio. Rio de Janeiro: Lammert, 1903.

propriamente, atirou-se de um bond precipitadamente, galgando a quatro e quatro os degraus da escada que conduz ao gabinete do Sr. Sampaio Ferraz.

- Olá o Cabral! Disseram contínuos e secretas que hoje atulham as ante-salas da policia.

O moço que tal exclamação provocara, fora em tempos idos inspetor seccional da 7 circumscripção urbana, e, como tudo neste mundo deve obedecer ás evoluções do meio, ele passou a ser investigador policia, nova denominação dada aos agentes de policia pelo atual chefe.

Cabral, escorrendo em suor, fez sua entrada no gabinete particular do chefe, antes mesmo que o continuo o anunciasse. A missão honrosa que vinha de executar, bem podia garantir-lhe essa pequenina liberdade.

Entrementes, cá fora, na roda dos contínuos e investigadores, comentava-se em todos os tons o aparecimento súbito do ex-inspetor Cabral, que todos já supunham morto, talvez.

Alguem, que tem a honra de privar com S. Ex.., impressionando-se agradavelmente com o jovial semblante do ex-inspetor, deixou escapar essa frase indiscreta: - <<O Cabral, meus amigos, está aqui e está chefe dos investigadores. Aposto em como ele saiu-se bem nos negócios que o levaram a Buenos Ayres.>>

Entretanto, quem estivesse no gabinete do Dr. chefe de policia, ficaria extremamente intrigado com a recepção que teve o recém chegado.

O moço, mal avistou a primeira autoridade policia, saudou-a prazenteiramente e, quando formulava os primeiros cumprimentos, foi interrompido com esta frase violenta, acompanhada de gesto expressivo:

-<< Retire-se. Não preciso ouvi-lo ; o senhor não me merece mais confiança..>>

-Mas, doutor...

-Já lhe disse. Dispenso-me de ouvi-lo.

Diante de tal recepção, Cabral retirou-se cabisbaixo, passando por entre as filas dos colegas sem querer filal-os.

Precisaria mais alguma cousa para que a curiosidade do nosso repórter atingisse ao cumulo?

Desde então Cabral não deu um passo, não disse uma palavra, não fez um gesto, que não fosse observado pelo nosso representante, que o seguia como a sombra ao corpo.

[...][153]

Os repórteres então se lançaram no encalço do investigador Antonio Lopes Cabral para apurar o motivo da tão repulsiva recepção. Segundo a reportagem, Cabral havia

[153] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. Ed. 62 de 3 de março de 1899.

chegado há poucas horas de Buenos Aires, onde tinha estado em missão de descobrir os autores do roubo. Após muitos dias de investigação, conseguiu chegar até dois indivíduos que, supostamente, estariam envolvidos no roubo. Aparentemente, a divisão das joias não havia sido feita de maneira considerada justa e os envolvidos que se sentiram prejudicados começaram a cogitar acordos para delatar ou reaver as joias roubadas.

Cabral então se passou por um dos sócios da Casa Luiz e Rezende e buscou negociar com os indivíduos. O investigador queria saber detalhes da execução e autoria do roubo e, em troca da informação, prometeu recompensar os informantes com 600 libras, 300 para cada um. De acordo com a reportagem, o negócio foi firmado e ratificado em um documento no consulado brasileiro. Cabral então recebeu as informações detalhadas sobre a empreitada. Junto com as informações, Cabral também recebeu uma ameaça: "- O senhor, que tudo sabe, vai escrever incontinente para o seu sócio, exigindo a quantia ajustada; mas, tome bem nota, se nos trair, matamo-lo."[154]. Cabral, no consulado, em companhia dos dois indivíduos, redigiu a carta e entregou para que eles a levassem ao correio.

O investigador aproveitou a oportunidade para fugir da situação em que se encontrava. Tratou de embarcar no vapor Mercúrio, onde recebeu apoio do comandante Abreu, de quem recebeu agasalho e proteção contra os bandidos.

> [...]
>
> Deste modo aqui chegou ele as 9 horas da manhã de ontem, indo sem perda de tempo apresentar-se ao Dr. chefe de policia, de quem jamais esperava receber tão estranho acolhimenteo, ele que trazia a salvação para os créditos da policia, tão comprometidos pelo roubo sensacional da casa Rezende.
>
> Cabral, que sempre se mostrou reservado, deixando a muito custo escapar o pouco que os leitores leram, prometeu dentro de poucos dias tudo reveler aos reporters.
>
> Ainda bem. Não tardará muito que a luz se faça límpida sobre tão mysterioso caso.
>
> Esperemos, pelo menos até que cabral seja posto em liberdade, porque o Sr. Dr. chefe de policia emburrou com ele a emandou-o meter ontem a noite no xadrez!"[155]

[154] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed 62 de 3 de março 1899.
[155] Idem

A existência de investigações internacionais não é uma novidade na historiografia que trata do período. No livro *Criminosos viajantes* (2016), Diego Galeano, numa perspectiva de história transnacional, mapeou e discutiu o ambiente por ele denominado de espaço "atlântico sul-americano" do crime. De acordo com o autor, a rota que ligava Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevideo havia se tornado uma rota propícia e conhecida por criminosos internacionais que buscavam operar em diversos países. Além da operação dos criminosos viajantes, também havia a cooperação entre as polícias. Sendo assim, provavelmente, os indivíduos ligados ao roubo fizeram uso dessa rede internacional.

A série de reportagens publicadas sob o título *"Roubo de Sensação"* termina no dia 4 de março de 1899. A ainda nebulosa história a respeito do roubo e os novos elementos a respeito do caso, sobretudo a surpreendente e reveladora aparição do investigador Cabral, não indicavam uma solução precisa e evidente para o caso. Durante todo o processo investigativo retratado pela GN, percebemos uma escalada na tensão entre o jornal e o chefe de polícia. Além da ácida postura do jornal, também percebemos um progressivo desânimo por parte da reportagem. Após diversas semanas de cobertura, agora com um novo e curioso elemento, a redação desistia da empreitada de cobrir o caso.

> Está na sua segunda fase, mas ainda não se sabe se caminha para o desenlace o fato que hoje abala, como no próprio dia do seu aparecimento tanto abalou a opinião publica pelas notas sensacionais de que se revestiram as descrições da imprensa.
>
> Em torno de um modesto moço, ex-negociante, ex-autoridade policial, a fantasia dos reporters tem bordado os mais extraordinários cometimentos, elevando-o á altura dos Lecocqs, de quem ele apenas tem conhecimento pelos comanches de fancaria.
>
> O caso é velho e sobre ele não tem mais razão para ser as lantejoulas da reportagem.
>
> E porque assim pensamos foi que ontem, pondo de parte os recursos inesgotáveis da fantasia, demos conta da chegada do investigador Cabral, reportando-nos pura e simplesmente ao que ele nos relatou, sem mais adição de um pensamento para armar ao efeito, que não nos preocupa neste momento.
>
> [...][156]

[156] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 63 de 4 de março de 1899.

Aparentemente, a confusão entre o chefe de polícia e o investigador Cabral tinha se dado por conta da carta que fora endereçada para a Casa Luiz de Rezende. O chefe de polícia, que achava inverossímil a história contada por Cabral, tratou de prendê-lo e torná-lo incomunicável até que o caso fosse apurado. Sampaio Ferraz e os proprietários da casa Luiz de Rezende provavelmente acharam que o investigador estava tentando extorqui-los de alguma forma, já que na carta, Cabral solicitava o envio da quantia de 600 libras. O chefe de polícia aguardava a carta do agente consular brasileiro na República Argentina para apurar mais detalhes sobre o caso, já que Cabral afirmava que o acordo foi firmado dentro do próprio consulado.

A reportagem também tratou de mencionar o periódico *A Tarde*, que conforme a GN,

> A Tarde, que se julga a senhora dos acontecimentos, dá-nos sobre os ladrões as seguintes informações, que transcreveremos, data vênia.
> Salvatore Ildefonso, italiano, comandante do vapor beliarena, que se acha em concertos no estaleiro denominado Bocca, em Buenos Ayres. Este individuo faz despesas excessivas e confiou por diversas vezes ao seu 1 maquinista, Stropina, joias da casa Rezende para vender.
> Uma destas joias foi parar à phamacia de Enrico Reys, na calle Juncal, em Montevideo.
> -
> Sestro, o Piemonte, que se acha em companhia de Salvatore, como tripulante do Beliarena.
> -
> Gobbo, o Genovez, que reside no Rio de Janeiro. É amasiado com uma mulher, proprietária de um bote, que durante 37 dias conservou-se de vigia ao trabalho dos ladrões no cáes Pharoux.
> -
> Maggioli, de nacionalidade italiana. Há tempos trabalhou nas minas de Nova York. Foi o engenheiro da excvação. Acha-se em Londres, actualmente. Maggiolo foi o primeiro que se ausentou do Rio de Janeiro.
> -
> Os italianos que denunciaram o roubo a Cabral, momentos depois foram presos, á requisição do consul brasileiro.
> Sabemos também que dois joalheiros que fizeram compras das referidas joias foram presos pelo comissário de policia, tendo eles confessado a compra e revelado os nomes dos vendedores.
> Cabral continua preso e incomunicável no xadrez da repartição central da policia[157].

O excerto acima é a citação da última parte da série de reportagens que cobriam o roubo nas páginas da GN. Ao que tudo indica, a *Gazeta de Notícias* deixou de cobrir o caso e referenciou o periódico *A Tarde*, que, aparentemente, estava fazendo uma cobertura mais aprofundada. Infelizmente não tivemos acesso ao jornal.

[157] idem

2.5 Jornalismo, sensacionalismo e opinião pública

A última reportagem revela aspectos do próprio ofício de redação das notícias. Quando afirma que "O caso é velho e sobre ele não tem mais razão para ser as lantejoulas da reportagem."[158], percebemos que a GN não estava mais interessada em trabalhar as narrativas sensacionais por ela estruturadas desde o início da investigação sobre o caso. A mesma reportagem também reconhece seu papel em transformar o crime em um caso sensacional quando cita que "[...] o fato que hoje abala, como no próprio dia do seu aparecimento tanto abalou a opinião publica pelas notas sensacionais de que se revestiram as descrições da imprensa [...][159]". Os repórteres e a redação tinham consciência de que a narrativa sensacional abalava a opinião pública, justificando o abalo da opinião justamente pelas notas sensacionais, e não pelo crime em si. Outro ponto que chama atenção é quando se afirma que "Em torno de um modesto moço, ex-negociante, ex-autoridade policial, a fantasia dos reporters tem bordado os mais extraordinários cometimentos, elevando-o á altura dos Lecocqs [...]"[160]. Nesse ponto a redação da GN relaciona diretamente o enredo do caso com o famoso personagem do romancista francês Émile Gaboriau.

De acordo com Ana Porto, por volta dos anos de 1860, um novo tipo de literatura começa a ganhar espaço nos jornais franceses. O chamado romance judicial (ou romance policial) passa a cair no gosto do público. De acordo com a autora, o grande responsável por essa mudança foi o romancista francês Émile Gaboriau (1832-1873), que direcionou o foco da narrativa de seus textos para a prática detetivesca policial, que culminava na solução de um grande mistério.

Antes da mudança operacionalizada pelas publicações de Gaboriau, os romances policiais que faziam sucesso em folhetins franceses eram voltados para a identificação do criminoso, como é o caso do Rocambole, um ladrão que sempre se evadia das autoridades, personagem criado pelo escritor Ponson du Terrail (1829-1871). A GN também fez menção ao personagem quando tratava do roubo como um "acontecimento rocambolesco"[161].

---

[158] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed 63 de 4 de março de 1899.
[159] idem
[160] idem
[161] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 340 de 6 de dezembro de 1898.

A atenção aos detalhes, a inteligência e a astúcia investigativa inspirada pelos escritos de Gaboriau também eram características do detetive Sherlock Holmes. Personagem criado por Conan Doyle, que desde o início dos anos 1890 já havia caído no gosto do público europeu e representava a imagem do policial inglês. O chefe de polícia Sampaio Ferraz, que chegou a publicar um estudo sobre a organização policial na Inglaterra, era um entusiasta do modelo de policiamento inglês. A admiração pela Inglaterra influenciou até mesmo na carreira do filho que, apoiado pelo pai, foi estudar em Bristol (Merchant Venturer's Technical College – 1896-1899), de onde só retornou nos anos de 1900, conforme informou Solange Sampaio Godoy em sua dissertação de mestrado[162]. Isso nos leva a crer que Sampaio Ferraz provavelmente já havia escutado ou lido obras publicadas pelo escritor inglês Arthur Conan Doyle, que tinham alta circulação no período.

Conforme trabalhamos no primeiro capítulo, inspirado pelo modelo de policiamento inglês, Sampaio Ferraz compartilhou com a imprensa seus projetos e planos para a modernização da polícia da capital federal. A postura crítica assumida pela GN certamente incomodava Sampaio Ferraz, que tinha como projeto a cientificização da polícia no Distrito Federal, seguindo os moldes da polícia moderna. Ao se referir aos ladrões como praticantes de um roubo rocambolesco e ao detetive Cabral como um Lecoq, a reportagem fazia alusão a elementos típicos da literatura que circulava pelos meios populares europeus e utilizava essa retórica para engrossar a crítica à Sampaio Ferraz.

Seus métodos, sua técnica e sua reputação, antes aprovada por grande parte da opinião pública, estava se despedaçando perante a chuva de críticas. O roubo da casa Luiz de Rezende certamente influenciou negativamente a imagem do chefe de polícia.

Alguns meses após o fim da série de reportagens sobre o caso do Rezende, eis que surge novamente o investigador Cabral. A citação ao investigador foi publicada na coluna "Que polícia!", que trabalharemos no próximo capítulo. Nela, a atuação de Cabral na capital da Argentina é motivo de crítica. A GN alega que Cabral abusava da confiança e boa fé dos seus superiores hierárquicos, enquanto passeava pelos cafés da capital Argentina. Para manter a expedição, escrevia ao chefe de polícia dizendo que estava

[162] GODOY, Solange Sampaio. O avô do tempo: diário de um meteorologista. Dissertação (mestrado em história), PUC-Rio, 2005.

prestes a identificar os indivíduos envolvidos, assim ia "engazopando astuciosamente a confiança ilimitada que em si depositara o chefe de polícia"[163].

> Em quanto o Dr. Sampaio Ferraz se deixava embalar pelas cantigas do seu homem de confiança, este rindo á socapa, hia levando vidinha folgada pelos cafés argentinos, gastando á larga os pesos com que a generosidade do seu chefe lhe empanturrara a bolsa.[164]

Ainda de acordo com a reportagem, somente graças à interferência do representante diplomático brasileiro em Buenos Aires foi possível saber sobre a vida levada por Cabral na capital argentina. O diplomata escreveu para Sampaio Ferraz denunciando a postura do investigador, e o chefe de polícia tratou de prendê-lo assim que o recebeu na cidade do Rio de Janeiro.

A desmoralização da polícia de Sampaio Ferraz ainda é retratada no último parágrafo da coluna já citada:

> [...]
>
> E é com esse pessoal de punguista, de escronchantes, de gravateiros, e passador de michas, salvo poucas excepções, que a policia pretende dar caça aos ladrões, aos assassinos, aos moedeiros falsos; é com esse pessoal que a policia quer garantir a honra, a propriedade e a vida de todos nós que nos sujeitamos a passados ônus para ter a paz e a tranquilidade no lar de nossas famílias. [165]

Na mesma edição do jornal, em destaque na primeira página no quadro denominada *O Engrossa*, a GN tratou de publicar a seguinte anedota:

> Na polícia:
> -Senhor doutor! Prendi este sujeito!
> O chefe:
> -Mas quem é este sujeito que o senhor prendeu?
> -É um investigador.
> -E o senhor quem é?
> -Eu sou um gatuno.
> -Fez muito bem! Continue assim, que lhe darei uma gratificação![166]

Com a escalada na tensão entre o jornal e a polícia, fica evidente a desmoralização das forças comandadas por Sampaio Ferraz. Esse atrito, perceptível nas páginas da GN, nos permite compreender a importância de uma imprensa crítica. Através das reportagens investigativas e combativas, conseguimos acessar um universo que seria impossível se

---

[163] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. Que polícia! Ed. 98 de 8 de abril de 1899.
[164] idem
[165] Idem
[166] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed 98. De 8 de abril de 1899.

utilizássemos de fontes situacionistas. Por ser um jornal republicano, a posição da GN, principalmente ao longo do ano de 1899, foi de insatisfação, cobrança e desmoralização da imagem do chefe de polícia. É através dessa brecha que observamos aspectos problemáticos da operacionalização da polícia de Sampaio Ferraz, como o caso da banalização das prisões e a questão dos gatunos que prestavam serviço para a polícia, conforme veremos no próximo capítulo. A falta de profissionalização de uma carreira policial possibilitava uma série de práticas que desmoralizavam o corpo policial e o transformava num instrumento extremamente partidarizado, operacionalizado e adaptado conforme as visões e os interesses do chefe de polícia, que podia contratar os investigadores que quisesse, mesmo que esses fossem indivíduos com extensa ficha policial, conforme veremos no capítulo seguinte.

Sampaio Ferraz pediu demissão do cargo de chefe de polícia em 19 de junho de 1899. Nove dias após a demissão do chefe, o caso do buraco do Rezende termina. Através de um paquete vindo da Inglaterra, chegou a notícia de Londres que o representante da casa Luiz de Rezende conseguira recuperar parte das joias. Segundo a reportagem, a polícia inglesa prendeu o gatuno responsável pelo roubo no dia 28 de fevereiro, porém, a casa Luiz de Rezende só soube no dia 28 de abril. As autoridades inglesas não possuíam elementos suficientes para manter o indivíduo detido dentro da legalidade, sendo assim, a polícia então pôs o gatuno em liberdade e lhe entregou as joias. O indivíduo tratou de vender as joias para um ourives e desapareceu. Ao Rio de Janeiro chegaram fotos das joias recuperadas, e do gatuno, Alexandre Bruto (Bruto Alexandro), que teve seu retrato eternizado por Vicente Reis em *Os ladrões do Rio*.

> [...]
>
> Mais tarde chegaram aqui, por via Buenos Ayres, as photographias das joias e do gatuno. Reconhecidas aqui pela casa Luiz de Rezende, encetaram-se umas diligencias e a policia inglesa telegrapgou para Genova, para onde suppoe ter fugido o gatuno que dá pelo nome de Bruto Alexandro. A fotografia deste também veiu para a polícia d'aqui e o ex-chefe dos investiadores Louzada, ficou muito admirado de ser Bruto um dos gatunos, pois que, na ocasião do roubo e quando a polícia desenvolvia mais actividade para descobrir o seus autores, Bruto esteve com ele diversas vezes.
>
> [...][167]

[167] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. O roubo das joias. ed. 179 de 28 de junho de 1899.

No presente capítulo buscamos discutir e analisar, através do roubo da casa Luiz de Rezende, a imagem da polícia e seu *modus operandi* retratado nas páginas da GN. Por meio das reportagens pudemos acessar tanto o universo literário quanto o universo policial. A imprensa, ao retratar o roubo de sensação, apelava para elementos típicos do universo literário, buscando seduzir seus leitores e direcionar o interesse para o caso misterioso. Por outro lado, também retratava as tensões presentes entre seus redatores e o chefe de polícia.

É interessante perceber que a maneira como o jornal retratou o caso prendeu a atenção do público leitor. Se valendo dos elementos sensacionais da narrativa, o jornal direcionou esse público engajado para a crítica do trabalho policial. Essa capacidade de despertar interesse no público e mobilizar elementos da opinião pública tornaram possível a crítica direta e ácida a diversos aspectos da prática policial, desde a organização até a operação. O fracasso de Sampaio Ferraz na condução da investigação colocou sua reputação em dúvida e encurtou sua passagem pelo cargo de chefe de polícia. As reformas inicialmente tão planejadas e almejadas não saíram do papel.

Capítulo 3 – Que polícia! O declínio de Sampaio Ferraz e a campanha da imprensa.

3.1 A desilusão

Quando assumiu o cargo de chefe de polícia em 1898, as promessas de Sampaio Ferraz e as expectativas de uma nova polícia brilhavam aos olhos da grande imprensa carioca. Projetos ambiciosos de controle social prometiam transformar a realidade, a partir da ação da polícia do distrito federal simbolizando o novo momento republicano. Porém, para além dos projetos (que discutimos no primeiro capítulo), aqui nos interessa analisar a repercussão crítica da imprensa sobre a polícia comandada por Sampaio Ferraz, utilizando sobretudo a coluna intitulada Que polícia!

Desde o início de sua gestão, Sampaio Ferraz pregava um discurso de moralização do corpo policial, que era muito bem recebido pela opinião pública. Entretanto, a imprensa parecia discordar de algumas ações administrativas e institucionais que o chefe de polícia tomava, como é o caso da nomeação e permanência de certos indivíduos que prestavam serviço para a polícia. Isso fica evidente ainda no ano de 1898, alguns dias antes do roubo da casa Luiz de Rezende, que tratamos no capítulo anterior, a *Gazeta de Notícias* publicou o seguinte texto:

> **Com a polícia**
>
> É natural que o Sr. Dr. Sampaio Ferraz não conheça o pessoal que está sendo escolhido por seus auxiliares delegados circunscricionais urbanos e suburbanos. Temos visto a boa vontade de S. Ex. em acudir aos reclamos da população sobretudo quando diz respeito á sua segurança e moralidade e é por isso que tomamos a liberdade de lhe ponderar que nem sempre tem sido as nomeações ultimas tão criteriosas quanto devem ser. Agentes e inspetores, dos novos, nem todos são de uma correção de costumes pelo menos sofrível.
>
> Alguns até não tem em bom estado a sua conta corrente com a opinião das pessoas sensatas. De um sabemos que teve de ser demitidos por prevaricações praticadas no exercício do cargo para que nenhuma idoneidade tinha.
>
> A boa justiça começa por casa. S. Ex. tem distribuído uma multidão de circulares. Todas elas são muito uteis ou não o serão absolutamente, conforme a moralidade dos encarregados de dar-lhes execução. Leis não nos faltam, regulamentos temos aos centos, ordens aos milhares... tudo isso, porém, é letra

> morta diante da incúria ou da má fé dos que preferem a própria comodidade ou os interesses próprios ao exato cumprimento dos deveres.
>
> Não fazem mal nenhum as circulares, são explicações ou recomendações necessárias ao bom serviço: mas muito mais necessários do que isso é a vigilância, o escrúpulo, a cautela na escolha de quantos vão representar uma parcela da autoridade.
>
> Comece assim o Sr. Dr. Sampaio Ferraz, procure agir com aquela inflexibilidade e inteireza que todos lhe reconhecem, limpe primeiro o seu pessoal, expurgue-o de tudo quanto lhe parecer elemento suspeito e pode ficar tranquilo porque fará uma brilhante administração.[168]

Além da aparente contradição entre o discurso moralizante e a prática do recrutamento malvista pelos jornais, é necessário analisar a notícia partindo do ponto de vista político. O cenário no Brasil estava longe da tranquilidade e do consenso ansiada pelos republicanos. Havia diferentes projetos nacionais, fundados no liberalismo, disputando espaço na cena partidária.[169] A historiografia já apontou para uma queda na influência dos republicanos jacobinos após o atentado ao então presidente Prudente de Morais[170]. Apesar dessa aparente queda de popularidade, na seara política ainda restava espaço para os jacobinos. Sampaio Ferraz era um representante dessa vertente e não atuava sozinho. Isso nos leva a crer que a manobra política de reconduzir Sampaio Ferraz ao cargo de chefe de polícia do Distrito Federal fez parte de um conchavo entre as lideranças moderadas do Partido Republicano e os republicanos jacobinos.

A publicação que citaremos a seguir, do dia 9 de dezembro de 1898, indica que, ao delegar o cargo de chefe de polícia a um conhecido e importante aliado político, Campos Sales buscou agradar a vertente jacobina. Quando olhamos com mais atenção para as disputas partidárias que envolveram Sampaio Ferraz, é possível perceber as estratégias que projetaram Campos Sales. Não foi à toa que o advogado chegou ao cargo de presidente da República. É plausível entender o governo Campos Sales (1898-1902) como o elo de conexão entre grupos políticos distintos no processo de consolidação da República. Segundo Margarida de Souza Neves ele teria "se tornado o grande arquiteto e

---

[168] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 329 de 25 de novembro e 1898.

[169] FLORES, Elio Chagas. A consolidação da república: rebeliões de ordem e progresso. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930.* Pp 43 -80.

[170] MUZZI, Amanda da Silva. Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil, 1893-1897. Dissertação de mestrado (Departamento de História), PUC-Rio, 2006

o executor da obra de engenharia política que faria funcionar azeitadas as engrenagens da chamada República Velha [...]".[171] Como indicamos nos capítulos anteriores, ainda na aurora do período republicano, durante o governo Deodoro, Campos Sales já ocupava o cargo de Ministro da Justiça e apoiou a indicação de seu primo, Sampaio Ferraz, ao cargo de chefe de polícia em 1890. Essa política de aliança adotada durante o primeiro momento do governo Campos Salles parece desagradar os eleitores do Partido Republicano.

> AO CIDADÃO SR. DR. MANUEL FERRAZ DE CAMPOS SALLES, PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
>
> Pedimos vênia para a exposição tosca, porém fiel, sincera e franca de nossa narrativa.
>
> V. Ex. deve estar ciente e mesmo convencido, como é natural, de que foi eleito no dia 1º de março conjuntamente com o Exm. Sr. Dr. Rosa e Silva para o merecido, honroso, e alto cargo de presidente e vice-presidente da República, pelos esforços e maioridade do partido republicano.
>
> Entretanto, é bem possível que ignore e não tenha ciência da luta que nós, eleitores do partido republicano dessa freguesia, do qual é chefe o nosso distinto e prestimoso amigo cidadão major Manuel Gomes Archer tivemos de travar com os nossos adversários políticos daqui sob a chefia do Sr. Raul ramos, chefe do partido republicano federal, ou por outra, contra os jacobinenses de Guaratiba.
>
> Dizemos ter lutado porque esse chefe ainda nas vésperas da nossa eleição andou em todas as localidades desta freguesia pregando ao eleitorado a abstenção ás urnas no dia 1º de março e não satisfeito com esse procedimento torpe e impatriótico, foi além, enviando mesários, seus adeptos, de casa em casa, de porta em porta, nas estradas, nas tavernas, a cabalar porém ao inverso.
>
> E V. Ex. sabe porventura quem eram os encarregados dessa missão?
>
> Foram esses homens sem escrúpulo, conhecidos por agentes da prefeitura, guarda, professores, zeladores, diretores dos cemitérios, escrivães, finalmente todos os funcionários municipais, estes mesmo que se conservaram, ali estão sugando os cofres exaustos dessa infeliz repartição que se chama intendência municipal, que é o ninho desses políticos dos últimos tempos. Porém não ficou ali ainda essa campanha odiosa, contra vossa eleição.
>
> Chegando o dia 1º de março, que vimos mais? O Sr. Raul Barroso, na porta da 1ª seção eleitoral, na Pedra, a impedir os eleitores de exercer a sua soberania, deixando de concorrer com os seus votos no pleito deste dia para elegerem o primeiro magistrado da nação ; na 1ª seção do 1ª distrito na ilha, na hora em que devia estar sendo instalada a mesa e quando iam chegando os eleitores nossos amigos, a esta hora o que pensa V. Ex. que se fazia? Dava-se por terminada a eleição, ficando privados os eleitores de dar os votos. Na 2º seção (na Barra), os mesários que eram na sua maioria funcionários municipais, como em todas as outras seções, e eram dirigidos, como os demais, pelo inspetor escolar Augusto José Ribeiro, reuniram-se todos em casa do zelador Antonio Alves Teixeira, casa essa contigua ao prédio destinado para a eleição.
>
> Ali, pretextando, os comediantes não fizeram eleição.

[171] NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república- o Brasil na virada do século XIX", in. O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Pp 43 -80.

> No dia seguinte os jornais, dando resultado do pleito, davam como motivo de não ter havido eleição nesta seção, terem sido os mesários postos em debandada pela polícia e capangas, quando todos que neste dia se achavam reunidos na porta do prédio eram eleitores e amigos que desejavam sufragar vosso nome. Que farcistas!
>
> Pois bem, ocorreu o pleito contra doso os despeitos, má vontade e vis torpezas, tivemos a satisfação de ver-vos sair eleito presidente, para honra e felicidade da República dos Estados Unidos do Brasil, e triunfar o partido republicano.
>
> Da posso no dia 15 de novembro de vosso alto cargo, aplaudimos com satisfação a escolha que fizestes de vossos ilustres auxiliares, contando entre estes o Exm. Sr. Dr. João Baptista de Sampaio Ferraz, nomeado chefe de polícia, cuja nomeação não podia ser mais acertada, atenta a sua reconhecida proficiência, civismo e honestidade.
>
> Empossado do seu cargo e fazendo logo a nomeação de seus auxiliares, deu-nos como delegado desta freguesia o cidadão major Eusébio de Siqueira de Queiroz, que, aqui chegando no dia 15 do mês findo, tomou posse do dito cargo.
>
> Por essa ocasião reunindo os inspetores que serviam com o antecessor, a contento deste, ouviram do cidadão delegado que era enviado em comissão e que era seu desejo bem servir á República, sendo estranho á política local e fazendo-lhes ver que o serviço continuava a ser feito da mesma forma, nada alterando, conservando-os nos seus lugares enquanto servissem vem e merecessem a sua confiança; até aí nada mais lógico.
>
> Ficamos crentes da doutrina pregada pelo cidadão delegado, porém, felizmente em breves dias, dissiparam-se nossas ilusões, porquanto, dias depois vimos em convivência com os amigos do vosso governo, nossos adversários, os jacobinos, que banqueteiam em casa de uns e de outros, desprezando-nos, propondo e obtendo as exonerações de inspetores, de cidadão honestos, cumpridores de seus deveres, mantenedores da boa ordem e tranquilidade publicas sem que tivessem dado motivo para serem exonerados, ao passo que, dizendo não ser político e sem querer fazer a própria nomeação de indivíduos ineptos, de maus precedentes, desordeiros e até entre eles conta-se um que é gatuno, entretanto desse querer servir a República é triste e bem triste, porém é verdadeiro.
>
> E nós então, dizemos por nossa vez: cuidado, Exm. Senhor, com estes falsos amigos e lembre-se de quão funestas consequência tem tido jacobinenses em nossa terra nesses últimos tempos.
>
> Os eleitores do partido republicano.[172]

A coluna foi publicada na terceira página, ou seja, muito provavelmente os autores pagaram para publicá-la. Os autores do texto se identificam como "os eleitores do partido republicano" e o texto diz respeito a situação da freguesia de Guaratiba. A publicação é endereçada ao então presidente da República, retratando a tensão política que se estabelecia na capital federal e ganhava publicidade na imprensa. De acordo com o texto, ao ressaltar a desilusão dos eleitores, entende-se que, possivelmente, a instituição policial

[172] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 343 de 9 de dezembro de 1898.

estava sendo utilizada como um trampolim político para grupos específicos, como os jacobinos.

A tensão é evidente e as fraudes eleitorais não são novidades quando pensamos no período oligárquico. Os problemas relacionados à cidadania e ao processo eleitoral já foram investigados a fundo e revisitados pela historiografia[173]. A nossa preocupação aqui é com a imagem pública da polícia na Gazeta de Notícias.

3.2 Problemas diversos: *Que polícia!*

Como venho assinalando, após um primeiro momento de grandes expectativas e um certo *frenesi*, a popularidade de Sampaio Ferraz entrou em decadência. No decorrer do ano de 1899 a postura do chefe de polícia foi alvo de intensas críticas nos principais jornais da cidade. As críticas eram voltadas a vários elementos que envolviam o policiamento da cidade, desde a organização dos destacamentos, os agentes, até a própria postura do chefe de polícia. Quando analisamos a *Gazeta de Notícias* percebemos que, inicialmente, essas reportagens e publicações críticas eram espaçadas e espalhadas pelo jornal com títulos variados ou, muitas vezes, sem título. No primeiro momento, localizamos essas publicações críticas com os títulos: "Gatunos audaciosos", "Delegado arbitrário", "Ladrões", "Polícia?", "Vergonhoso", "Polícia que agride", "Bellezas policiaes" e etc.

A grande campanha contra Sampaio Ferraz se intensificou a partir de 5 de março de 1899, quando o jornal começou a publicar uma coluna específica, destinada a criticar diversos pontos do policiamento do Distrito Federal. A coluna *Que polícia!* visava desqualificar a atuação do chefe de polícia, colocando em dúvida sua capacidade e a efetividade do seu serviço. Essas publicações seguiram até a véspera da demissão de Sampaio Ferraz, que ocorreu dia 19 de junho de 1899. A primeira publicação levanta a questão da deficiência do policiamento na cidade, alegando que mesmo nas ruas centrais e bem policiadas crimes aconteciam, portanto, cabia perguntar:

[173] RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Nem só à base do cacete, nem apenas com presentes: sobre como se garantiam votos na primeira República. In: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; ALENCAR, José Almino de. A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

> Que polícia!
>
> Não é de admirar que os gatunos procurem os arrebaldes desta cidade para campo de suas proezas, onde dificilmente se encontra um espantalho policial, quando, nas ruas mais centrais, rondadas por patrulhas, guardas noturnos e esbirros investigadores, praticam eles audaciosos roubos, contando com a impunidade dessa policia sui generis.
>
> O que fizeram os ladrões na madrugada de ontem confirma o que vimos de dizer.
>
> Não há quem não conheça o estabelecimento denominado Maison Moderne. Situado na praça Tiradentes, esquina da rua do Espirito Santos.
>
> Pois, apesar de bem policiada aquela praça, os ladrões tiveram tempo de arrombar uma das portas do estabelecimento, onde penetraram, forçando em seguida a fechadura de uma burra de ferro, dentro da qual existiam trinta e tantos contos de réis.
>
> Que boa polícia![174]

Essa publicação foi a primeira da série. Ao compararmos a estrutura dessa primeira publicação com as demais, encontramos um modelo relativamente semelhante de narrativa. A coluna costuma iniciar com uma crítica feroz ao policiamento da cidade e afunila para um caso muito específico, cobrando a responsabilidade, muitas vezes, de outras autoridades, como o próprio presidente da República. Na publicação citada acima, podemos constatar que a preocupação principal foi com o roubo ocorrido em um estabelecimento. Isso também nos revela uma preocupação especial com a propriedade privada. Há algumas publicações que denunciam prisões injustas, agressões e extorsões, mas o foco principal é no crime contra o patrimônio, refletindo as preocupações de setores da sociedade com relação a uma cidade que abrigava a elite nacional enriquecida com a ainda lucrativa produção cafeeira e que exibia seus símbolos de prosperidade e riqueza.[175] Neste sentido, a vida urbana carioca, segundo a imprensa, exigia uma polícia exemplar.

O trecho que citaremos a seguir é a introdução de uma denúncia acerca de um episódio ocorrido na Travessa das Saudades, próximo a pedreira de São Diogo. A reclamação é que um indivíduo, armado com uma faca, apavorou diversos comerciantes e populares e nenhum policial apareceu. O trecho que nos interessa é justamente a

---

[174] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias* ed. 64 de 5 de março de 1899.

[175] Muitos historiadores já escreveram sobre o ambiente político e social da cidade do Rio de Janeiro durante o final do século XIX e início do século XX. REF: DAMAZIO, Sylvia. Retrato social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.; SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil vol. 3: da belle époque à era do rádio. 1 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.; SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

introdução da notícia. A publicação segue o modelo citado anteriormente: introdução crítica e afunilamento em um caso específico.

> **QUE POLÍCIA!**
>
> Não fazemos comentários, porque estes parecem terem o privilégio de irritarem a má vontade da polícia.
>
> O povo perdeu a crença e deixa-se levar indiferente na onda batida pelos ventos da miséria.
>
> A própria imprensa, única voz que se ouvia, sente-se cansada, desesperada por chamar em vão contra o desleixo, a inépcia, que de braço dado ao despotismo e á prepotência passeiam arrogantes, certos de que ninguém lhes embargará os passos.
>
> Apelar para que a para quem?
>
> Tout lasse, tout passe...
>
> O nosso dever de noticiaristas, porém, impõe a tarefa de trazer o público a corrente dos fatos; esse dever cumpri-lo-emos, muito embora a contragosto dos que têm a responsabilidade dos mesmos fatos.
>
> Veja o público, veja o Sr. Ministro da justiça nesta imensa cidade, que tem uma brigada de polícia e um corpo de investigadores, para garantir a vida e a propriedade do cidadão, pode-se dormir tranquilo, a coberto da garrucha dos celerados que aos bandos infestam as ruas.
>
> [...][176]

O texto acima, publicado no dia 3 de abril, escancara o rompimento da relação entre a *Gazeta de Notícias* e Sampaio Ferraz. O papel da imprensa é destacado, principalmente quando o jornal se coloca como instituição forte, afirmando que a imprensa era a única voz que se ouvia. Portanto, caberia a ela expor a incompetência e os princípios morais discutíveis da policia, como veremos a seguir.

3.3 Indício de extorsão

No dia seguinte da publicação citada acima, a Gazeta de Notícias publicou com o título *Sempre a Polícia*, uma grave denúncia. Apesar de não fazer parte da série Que polícia!, a publicação segue a mesma estrutura narrativa. Acho importante transcrevê-la aqui, para percebemos a mudança em relação a Sampaio Ferraz. Vejamos:

[176] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 93 de 3 de abril de 1899

> Sempre a polícia
>
> Não é romance o que vamos escrever; seria antes uma comedia burlesca se tanto merecessem os principais personagens da policia do Sr. Sampaio Ferraz.
>
> Já não vale falar a sério com tal gentinha, que pelos modos quer experimentar até onde vai a paciência deste povo, já demasiado dócil, extraordinariamente sofredor, bestializado até!
>
> Não há dia em que a imprensa não registre um abuso, e passa tudo impune, senão premiado pela mais ampla confiança do chefe!
>
> Mas, isto vai com ares de tragedia e os personagens estão deslocados. Riamo-nos e contemos ao publico mais este caso da nossa polícia.
>
> [...][177]

Como podemos observar, Sampaio Ferraz é tratado como "gentinha", e já não é mais referenciado com o título de Sr. Dr. Sampaio Ferraz, na publicação acima utiliza-se apenas o prefixo "Sr.". Esse simples elemento pode não significar muita coisa, mas quando analisamos o conjunto das publicações desde a posse do chefe de polícia, percebemos que esse é o momento de maior combate.

A publicação narra um episódio ocorrido às 9 horas da noite do dia anterior, em um botequim em São Cristóvão. O botequim era de propriedade do Sr. José da Costa e naquele horário estava cheio de operários que bebiam, "havendo muita animação". Foi então que chegou um oficial de ronda e mandou que todos saíssem para que o botequim fosse fechado. O proprietário então discordou da atitude do oficial e mostrou o alvará que permitia o funcionamento do estabelecimento até às 10 horas. Não gostando da observação, o oficial intimou Sr. Costa a comparecer na delegacia no dia seguinte. O proprietário do botequim, temendo alguma represália e apostando que uma estrangeira receberia um tratamento mais distinto, enviou sua esposa até a delegacia. Chegando lá, Marthe Fendé (esposa do Sr. Costa) recebeu do escrivão uma intimação para pagamento de uma multa no valor de 30$500. A sra. Fendé se recusou a pagar, alegando que só pagaria mediante um recibo e a descrição do motivo da multa. Foi então que o delegado chegou e reafirmou a necessidade do pagamento. Ela pagou, mas não recebeu nenhum comprovante ou recibo de pagamento.[178]

O episódio em questão sugere ao jornal um possível esquema de extorsão. A falta de recibo e a alegação do proprietário reafirmam a hipótese. Outra vez o jornal assume

[177]Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed 94 de 4 de abril de 1899.
[178]Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 94 de 4 de abril de 1899.

essa postura reguladora, uma alternativa informal para o acesso à justiça. Quando as instituições parecem não funcionar, para garantir seus costumes, alguns setores da sociedade recorriam aos jornais, principalmente quando pensamos o caso em questão onde quem estava sendo lesado era um comerciante representado por uma mulher estrangeira.

Sobre o indício de extorsão, a questão da corrupção pesava sobre a instituição chefiada por Sampaio Ferraz, que perdia prestígio. Um tal Cadete Transação, indivíduo que abordaremos mais adiante, foi denunciado por cobrar ilegalmente taxas de populares. Um dessas denúncias foi publicada do seguinte modo:

> Ontem às 6 horas da tarde, foi preso em flagrante Marinorio Ramos de Souza Drummond, vulgo Cadete Transação, por haver-se intitulado fiscal do imposto de consumo e nessa qualidade ter multado em 500$ o dono da taverna n. 6 da rua Todos os Santos, a pretexto de má colocação de selos em pacotes de velas, multa essa que disse relevar se lhe dessem a quantidade de 50$, que aliás recebeu.
>
> [...] [179]

Neste sentido, ganhavam espaço nas páginas do jornal e, certamente, nas rodas de conversas daqueles que o liam o descrédito à polícia governada por Sampaio Ferraz. Não por acaso, os agentes policiais passavam a ser referidos por apelidos, como costumava ser feito, para os suspeitos de crime. Polícia e bandido iam sendo cada vez mais associados um ao outro.

3.4 A prisão de um português

No dia 6 de abril de 1899, novamente sob o título Que polícia!, a *Gazeta de Notícias* denuncia a postura autoritária e negligente de Sampaio Ferraz diante do ocorrido a um português. Repetindo a forma das demais publicações, o texto inicia de maneira extremamente ácida.

> QUE POLICIA!
>
> É este o único titulo que serve para noticiar os desmandos cometidos pela polícia do Dr. Sampaio Ferraz.

[179] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 168 de 17 de junho de 1899.

> Com efeito, é de causar pasmo a desfaçatez com que qualquer autoridade pratica os mais revoltantes atos de prepotência, fechando, já se sabe, propositalmente os ouvidos ao coro de indignação e revolta que se levanta de toda parte.
>
> A polícia parece que quer transformar esta capital em aldeola da Zululandia, em que o direito de vida e morte se concentra na vontade de um régulo qualquer.
>
> A liberdade individual, sempre tão acatada entre nós, fosse qual fosse o governo, é hoje em dia uma utopia de que se ri e escarnece o Dr. chefe de policia.
>
> Prende-se por qualquer *dá cá aquela palha*, saltando-se por cima das leis, que não foram feitas para inglês ver.
>
> O que regula é o quero e o mando do Dr. chefe de policia, que não admitem replica, nem tem quem lhe vá á mão.
>
> Todos os dias trazemos a publicidade fatos de tanta gravidade que em outro país seriam mais que suficiente para responsabilizarem-se os seus autores.
>
> [...][180]

A denúncia em questão diz respeito a um caso envolvendo o português Carlos Borges Gonçalves. De acordo com a *Gazeta de Notícias*, o indivíduo aproveitou sua folga para "espairecer" e ouvir "música barata" em um botequim na rua do Lavradio. Foi então que, sem que Carlos tivesse praticado qualquer delito, a polícia o prendeu e o encaminhou para o delegado da 7ª circunscrição. De acordo com o jornal, o português acreditou estar sendo vítima de algum mal-entendido, então buscou se apresentar, dizendo que era um bom moço, com emprego antigo e bem conhecido no comércio da cidade, oferecendo como garantia os nomes de seus patrões e de muitas outras pessoas que poderiam comprovar sua identidade. |A reportagem frisa que as autoridades policiais desprezaram o sotaque português de Carlos e o acusaram de ser um soldado desertor. Os policiais o encaminharam para o xadrez e, após um curto período, o conduziram para o presídio da Ilha das Cobras onde permaneceu preso por oito dias.[181]

Através da narrativa do jornal identificamos dois elementos que podem nos revelar questões importantes sobre o policiamento na capital. O primeiro tem relação com o ambiente do botequim e a investida contra os espaços e formas de sociabilidade da população pobre. O projeto de moralização do Distrito Federal estava em curso e práticas malvistas pelas elites dirigentes sofriam repressão (como o costume de frequentar botequins). A vítima da vez havia sido um português, que logo tentou acessar sua

[180] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 96 de 6 de abril de 1899.
[181] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 96 de 6 de abril de 1899.

condição de homem branco e trabalhador. A historiadora Wlamyra Albuquerque já sinalizou para o fato de que, durante as décadas finais do século XIX, com o desmonte do escravismo, a racialização da sociedade brasileira reservou "lugares" para determinados grupos sociais[182]. O ambiente do botequim representava, para as elites dominantes, um local de degeneração associado à população negra. O português, que estava neste ambiente, logo tentou acessar o seu "lugar" de trabalhador conhecido e bom moço, buscando se distanciar da imagem que as elites atribuíam aos que frequentavam tais estabelecimentos.

O modo como o caso é retratado no jornal, enfatizando que os policiais tiravam sarro do sotaque do português, pode nos indicar que a contenda teve elementos que configurariam um episódio de antilusitanismo. Essa possibilidade não nos surpreenderia, já que ideias antilusitanas estavam muito presentes na cidade do Rio de Janeiro, desde o primeiro reinado. A historiadora Gladys Sabina Ribeiro, ao estudar o período, identificou a presença de um ideal antilusitano no jacobinismo brasileiro. Como já frisamos ao longo do presente trabalho, Sampaio Ferraz foi um importante representante dessa ala política e a polícia serviu como refúgio dos simpatizantes, conforme constatamos na carta dos eleitores do partido republicano.[183]

José Murilo de Carvalho, em *Os Bestializados*, também problematiza a questão do antilusitanismo jacobino ao analisar as impressões que os representantes estrangeiros tinham do Rio de Janeiro durante o primeiro momento republicano[184]. Analisando a opinião do representante português, "principal vítima dos ataques jacobinos", José Murilo de Carvalho afirma

> [...] o Club Tiradentes, dirigido por Sampaio Ferraz, que fora o primeiro chefe de polícia da República, era composto de voluntários "da pior espécie, que, quais novos marselheses, se preparam com o seu Barbaroux para alguma repetição d'um 10 d'Agosto". Segundo ele, Sampaio, ao despachar os capoeiras para Fernando de Noronha, teria deixado no Rio os capangas e vadios de sua confiança para formar seu batalhão de sicários.[185]

Mas afinal, quem trabalhava para Sampaio Ferraz? Essa é uma pergunta que sempre me intrigou durante o processo de pesquisa. O interesse inicial do presente trabalho era,

---

[182] ALBUQUERQUE, Wlamyra R. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: companhia das letras, 2009.
[183] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 343 de 20 e novembro de 1898.
[184] CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
[185] Idem

de fato, compreender a ação da polícia, ou seja, a prática dos agentes. Quem eram esses policiais que constantemente estavam sob crítica da imprensa? E essa denúncia dos eleitores do partido republicano, será mesmo que um gatuno trabalhava na polícia? Infelizmente tive dificuldade em acessar os arquivos referentes ao recrutamento policial para garimpar mais material, mesmo assim consegui mapear alguns casos interessantes nas páginas da *Gazeta de Notícias* e fiquei atento à bibliografia que nos informa sobre os homens subordinados a Sampaio Ferraz.

3.5 Gatunos na polícia

A presença de homens acusados de serem gatunos trabalhando nas organizações policiais não é novidade. Marcelo T. Q. Martins, ao pesquisar a organização policial do estado de São Paulo, esmiuça a fundo o funcionamento das delegacias do estado durante a primeira república (1889 – 1930). Após listar as funções dos delegados, dos escrivães e dos escreventes, o autor chega nos "secretas". Esses agentes, apesar de não possuírem vínculo formal com a polícia, prestavam serviço para ela. De acordo com Martins, os secretas não usavam uniforme e tinham direito a uma gratificação e disciplina especial.[186] O autor trabalha com a ideia de que a falta de registros formais entre a polícia e esses indivíduos se dava por conta do histórico criminal de seus membros, indicando que muitos poderiam ser "alcagoetas"[187].

> É comum no trabalho policial encontrarmos, em delegacias sobrecarregadas de trabalho, pessoas que auxiliam a polícia sem serem funcionários. São indivíduos que conhecem a vizinhança e um certo número de delinquentes, mantendo o delegado informado sobre o que ocorre na região. Alguns tem ficha criminal, outros não, mas o que importa é que são pessoas que sobrevivem dessa relação ambígua entre a marginalidade e a lei.[188]

Em 1898, como não havia uma carreira policial profissional no Distrito Federal, a nomeação de indivíduos era feita de acordo com a indicação de políticos, pessoas influentes e conforme a vontade dos delegados e do chefe de polícia. De acordo com Marcos Luiz Bretas, no Rio de Janeiro, a nomeação dos agentes policiais era "semelhante

---

[186] MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930. São Paulo: Alameda, 2014.
[187] Vicente Reis, em seu livro sobre os ladrões do rio, apresenta um dicionário contendo termos da época. A definição de alcagoeta é: denunciante.
[188] MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930. São Paulo: Alameda, 2014.

a polícia francesa de Vidocq", ou seja, os agentes eram recrutados do seio da própria criminalidade[189]. Esse é um dos fatores que corroboraram para a impopularidade da polícia civil.

Como vimos no capítulo 1, Sampaio Ferraz, no primeiro momento, dizia tentar estruturar um projeto de profissionalização da polícia. Aparentemente essa proposta estava alinhada aos planos dos seus delegados auxiliares, conforme constatamos na já mencionada carta escrita pelos eleitores do partido republicano endereçadas ao presidente da República:

> Empossado do seu cargo e fazendo logo a nomeação de seus auxiliares, deu-nos como delegado desta freguesia o cidadão major Eusébio de Siqueira de Queiroz, que, aqui chegando no dia 15 do mês findo, tomou posse do dito cargo.
>
> Por essa ocasião reunindo os inspetores que serviam com o antecessor, a contento deste, ouviram do cidadão delegado que era enviado em comissão e que era seu desejo bem servir á República, sendo estranho á política local e fazendo-lhes ver que o serviço continuava a ser feito da mesma forma, nada alterando, conservando-os nos seus lugares enquanto servissem vem e merecessem a sua confiança; até aí nada mais lógico.[190]
>
> [...]

Apesar da iniciativa do chefe de polícia, no começo da sua administração, e seus delegados, aparentemente essa postura durou pouquíssimo tempo. A imprensa noticiava que, muitos agentes passaram a ser demitidos sem motivo aparente (conforme narrativa dos eleitores do partido republicano), e que suspeitos de crimes estavam prestando serviço como secretas, conforme consta na publicação já elencada anteriormente no texto.[191] Mas quem eram esses indivíduos?

No dia 27 de fevereiro de 1899, *O Paiz* publicou na primeira página, sem título e sem muito destaque, a notícia de uma tentativa de roubo a casa da atriz Ismenia Matteos, localizada na rua Riachuelo. Segundo a reportagem, os indivíduos subiram até a janela com a ajuda de um bambu, mas foram surpreendidos por uma senhora que deu o alarme.

---

[189] FONSCECA, Marcos Luiz Bretas da. A guerra das ruas: povo e policia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907). Rio de Janeiro: Gramma, 2018 p50.

[190] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 343 de 9 de dezembro de 1898.

[191] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 329 de 25 de novembro de 1898: "Com a polícia: É natural que o Sr. Dr. Sampaio Ferraz não conheça o pessoal que está sendo escolhido por seus auxiliares delegados circunscricionais urbanos e suburbanos. Temos visto a boa vontade de S. Ex. em acudir aos reclamos da população sobre tudo quando diz respeito á sua segurança e moralidade e é por isso que tomamos a liberdade de lhe ponderar que nem sempre tem sido as nomeações ultimas tão criteriosas quanto devem ser. Agentes e inspetores, dos novos, nem todos são de uma correção de costumes pelo menos sofrível..."

Conseguiram fugir, deixando no local um ferro (supostamente utilizado para arrombar a janela) e dois lenços bordados com a marca N. Cruz. Segundo a reportagem, N. Cruz era o nome de um ex-agente secreto da polícia. Houve uma diligência e outros agentes o capturaram junto com seu parceiro, Chico Carioca.

No dia seguinte, 28 de fevereiro, a *Gazeta de Notícias* também noticiou:

> Os agentes de polícia Cruz e Francisco de Almeida, vulgo Chico Carioca, gatunos conhecidos e acusados como autores da tentativa de roubo de que ia sendo vitima a triz Ismenia Matteos, foram ontem interrogados pelo delegado da 7ª circunscrição;
>
> Os acusados negaram ter sido os autores da tentativa de roubo, reconhecendo entretanto, Cruz os lenços que lhe foram apresentados e que embrulhavam ferros próprios para arrombar janelas.
>
> Continuam detidos os dois refinados gatunos, que são conhecidos como arrombadores de portas e com diversas entradas, por estas brilhaturas, na Casa de Detenção.
>
> Venha mais um inquérito, mas enquanto ele não vem, não já remédio senão repetir o estribilho:
>
> Que polícia![192]

Tanto no *O Paiz* quanto na *Gazeta de Notícias*, os dois indivíduos presos são categorizados como agentes (ou ex-agentes) da polícia civil e como gatunos[193][194]. Cerca de um mês após a notícia da prisão deles, no dia 30 de março de 1899, a GN volta a mencionar o nome de Chico Carioca alegando que ele se encontra trabalhando para a polícia.

> Que polícia!
>
> Estamos informados de que estão novamente ao serviço da polícia dois refinados gatunos, conhecidos pelas alcunhas de Chico Carioca e Cadete Transação e no já desprestigiado emprego de investigadores do crime.
>
> O que se tem a esperar de uma polícia que tem ladrões conhecidos ao seu *serviço e anteriormente perseguidos por ela?*

---

[192] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 59 de 28 de fevereiro de 1899.

[193] Sobre o termo "gatuno", na obra *Os ladrões do Rio*, o delegado Vicente Reis trabalhou com a possibilidade de dividir a "ladroeira" em duas classes: os que roubam e os que furtam. De acordo com o texto "Os primeiros empregam a violência e são os que propriamente se podem denominar ladrões. Aos demais se chamem gatunos". REIS, Vicente. Os ladrões do Rio. Rio de Janeiro: Lammert, 1903. pp. 24 – 25.

[194] Em sua dissertação de mestrado, Henrique Silva de Oliveira chamou atenção para a construção da terminologia "gatuno" como categoria acusatória, devido a necessidade de marcar socialmente os indivíduos considerados perigosos. OLIVEIRA, Henrique Silva de. Gatunos agem à vontade: polícia, ciência e identificação criminal em Salvador (1911-1922). Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal da Bahia. 2020

> Será possível que os Srs. presidente da República e ministro do interior não leiam os jornais que diariamente trazem colunas inteiras narrando as arbitrariedades e os atentados á liberdade individual sancionados pelo Sr. Sr. Chefe de polícia, que acha muito razoáveis e até merecedores de louvores os desalinhos de seus auxiliares?
>
> E como se não bastasse toda essa calamidade, S. A., naturalmente para cada cidadão converta a sua habitação em fortaleza ou arsenal de armas para a defesa da propriedade sempre que tiver de enfrentar a polícia, chama ao seu serviço ladrões conhecidos e dos mais audases.
>
> Francamente. É preciso parar nesta descida vertiginosa.

A relação entre a *Gazeta de Notícias* e o chefe de polícia estava extremamente desgastada a ponto de o jornal não direcionar a crítica à Sampaio Ferraz, mas ao presidente da República e ao ministro da justiça. Dessa vez, a cobrança do jornal não veio em um tom amistoso, a publicação enquadrava o poder executivo federal, quase que como uma súplica, uma gota de esperança frente aos desmandos do chefe de polícia.

A publicação pareceu dar resultado. No dia 4 de março de 1899, a *Gazeta de Notícia* publica uma coluna informando que o chefe de polícia recuou. De acordo com a reportagem, Sampaio Ferraz emitiu um desmentido negando que Chico Carioca e Cadete Transação trabalhavam para a polícia. O jornal tenciona ainda mais, afirmando que o chefe de polícia já estava sendo julgado pelo público e que o recurso do desmentido de nada valeu.

> [...] asseveramos com todo o desassombro que os celebres gatunos Cadete Transacção e Chico Carioca prestaram serviços á 4ª delegacia urbana e mais tarde á repartição central.
>
> Pouco importa que á nossa palavra insuspeita e criteriosa se anteponham as informações graciosas do Sr. Trajano Louzada, portador do pomposo titulo de chefe dos investigadores, e do próprio Dr. Chefe, que levianamente nos mandou desmentir, esquecendo-se de que na consciência dos seus empregados, desde o mais simples servente até o mais alto funcionário, o fato existe como indiscutível e irrefutável...[195]

A tensão sobre a polêmica envolvendo Chico Carioca e Cadete Transação acirrou ainda mais as disputas entre o jornal e o chefe de polícia. No dia 25 de abril de 1899 o caso volta à tona. O chefe de polícia colocou à disposição dos repórteres os arquivos da seção de investigação para que eles mesmos verificassem se havia algum registro com o

[195] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 94 de 4 de abril de 1899.

nome de Chico Carioca. A informação chegou na imprensa através de um comunicado oficial emitido por Sampaio Ferraz e assinado pelo amanuense Alfredo Lemos[196].

A imprensa reagiu:

> Ora, acredita o Sr. dr. chefe de polícia que o público seja bastante ingênuo para crer, mediante esta prova, que o Chico Carioca não fosse auxiliar da sua polícia?
>
> Ninguém ignora que muitos destes encostados e investigadores não constam de livro nem de escrituração alguma. E Chico Carioca, podemos asserveral-o, serviu na 4ª delegacia, auxiliou na Central mais de uma diligência, fez prisões, etc.
>
> Esta é a verdade; o mais é simples artimanha que não colhe senão incautos.[197]

O cabo de guerra permanecia esticado. As instituições se afrontavam, buscando sempre convencer a opinião pública. As armas eram retóricas, não havia como a imprensa provar que os ditos gatunos de fato trabalhavam para a polícia. Do outro lado, a polícia buscou provar, através da documentação, que os indivíduos não possuíam registros que comprovassem vínculo com a instituição. Nós sabemos que, em 1899, não havia necessidade de formalidades para o ingresso na polícia. A aparente reincidência e a ênfase dada pela *Gazeta de Notícias* chamaram nossa atenção para esses indivíduos que supostamente prestavam serviço para a polícia de Sampaio Ferraz. Por conta disso resolvemos levantar mais informações sobre eles.

3.6 Chico Carioca, Cadete Transação e Batatinha

> Que polícia!
>
> [...]
>
> Já não falaremos dos Cadete Transação, Chico Carioca, Trombone, Parago, Brito e tantos outros ilustres sacripantas que abertamente trabalham para a polícia, a quem prestam serviços a troco de delações vergonhasas contra seus ex-companheiros de rapinagem.
>
> A lista, por ser longa, seria fastidiosa neste caso e preferimos poupar aos leitores a vergonha e o tempo gastos inutilmente em ler alcunhas repelentes de tipos ainda mais repelentes ao serviço secreto da polícia. Basta que eles estejam

[196] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 115 de 25 de abril de 1899.
[197] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 115 de 25 de abril de 1899.

> estampados nos anaes do crime e conservem se na poeira dos arquivos: não precisam vir á lume empestear ainda mais a atmosfera em que vivemos.
>
> [...][198]

Contrariando a vontade dos redatores da *Gazeta de Notícias*, aqui pretendemos resgatar algumas histórias que, de acordo com os redatores do jornal, deveriam se conservar na poeira dos arquivos.

Antes de entrarmos propriamente no universo desses indivíduos, um alerta se faz necessário. É importante compreender que o que chega até nós, através da pouca documentação que tivemos acesso, é uma história parcial. Ecos dessas trajetórias foram registrados nas páginas de diferentes jornais do Distrito Federal. A memória desses nomes permaneceu viva durante décadas, como podemos constatar através da reportagem da revista *Careta*, publicada em 1916, que informava o seguinte:

> Pitorescos appellidos dos amigos do alheio no Rio
>
> Conforme uma estatística recentemente extraída dos registros policiais desta capital, eis os nomes de guerra dos mais insignes gatunos que têm dado entrada na Casa de Detenção:
>
> Amarelinho, Arrombado, Arthur Cascudo, Alfaiate, Arthur Cabelleira, Babão, Barãozinho, Beiço rachado, Bico-doce, Bigode, Bumba estragada, Boióta, Borboleta, Borracheira, Baturia, Batatinha, Bicycleta, Cabeção, Cabeça, Cabecinha, Cadête, Cabo Verde, Cadête transacção, Cae-n'agua, Cambaxirra, Camões, Canôa, Cara-queimada, Cartóla (Dr.), Cartolinha, Carvão de Pedra, Carne Secca, Catumby, Cavaquinho, Caturrita, Chininha, Charuto, Ciganinho, Corcel, Clavineiro, Caxinguele, Cara-quebrada, Escrophula, Expresso, Empadinha, Empalha-tempo, Faria (Dr.), Famoso, Francezinho, Garrafinha, Henrique Passarinho, Inglezinho, Ilhéo, João Mulatinho, Jagunço, José dos Cópos, Jaburú, Lustroso, Moléque Estacio, Mãosinha, Mico, Manetinha, Moçambique, Malange, Novidade, Praia Grande, Pivéte, Péga-boi, Pedro Moléque, Pitóca, Perna-fina, Perna-pódre, Pardo-Aquino, Pompinho, Patagodia, Papa-defuncto, Palhaço, Rapazinho, Republica, Rouco, Ruço, Santinho, São-Pafer, Tenente Maluco e Trambôlho.
>
> Alguns destes beneméritos desapareceram (mortos talvez anonimamente) dos cadastros policiais ; outros, porém, continuam em plena atividade, hospedando-se periodicamente na Casa de Detenção, de onde saem após uma pequena penalidade, ou munidos de <<habeas-corpus>>, ou mesmo absolvidos.[199]

Quase vinte anos após o ápice de suas ações, esses nomes ainda permaneciam na memória construída sobre o crime na cidade do Rio de Janeiro. Foram registrados pela revista *Careta* como "pitorescos apelidos", mas mais do que apelidos, esses codinomes

[198] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 98 de 8 de abril de 1899.
[199] Hemeroteca Digital Brasileira, revista *Careta*, ed. 421 de 1916.

muitas vezes eram a única informação que os policiais e os jornais sabiam sobre esses indivíduos. É comum acessar a documentação presente na imprensa e perceber que o nome muda conforme a ocorrência. Exemplo disso é o Cadete Transacção. Muitos registros atribuindo crimes e contravenções à Cadete Transacção ocorreram entre os anos de 1899 e 1902. Aparentemente Cadete Transação se agenciava através de práticas ilícitas das mais variadas. Nos jornais é possível encontrar registros que apontam o envolvimento dele em crimes como defloramento[200], sedução[201], jogo do bicho[202], furto[203], falsificação de bilhete de loteria[204], estelionato (conto do vigário)[205], além de documentos que informam que ele prestava serviço para a polícia. Cadete Transacção parecia trocar de nome com grande frequência (talvez por isso o apelido). Para Cadete Transação isso poderia ser um grande trunfo, para o historiador pode ser extremamente frustrante. Ao garimpar fontes no Arquivo Nacional, não consegui localizar processos envolvendo o Cadete Transação. Sabemos que ele poderia se chamar: Marioni Pereira Drummond, Maximino de Souza Drummond, João Drummond, Pereira Ramos, João Pereira Ramos, José Pereira Ramos etc. O que unifica todos esses nomes é o vulgo, o nome de guerra, o pitoresco apelido: Cadete Transação. Cabe acentuar que a escolha do apelido o associava, ironicamente, a uma patente militar, a de cadete. Já transação dizia respeito a negócios; o quer nos faz pensar que o apelido tentava construir a imagem de alguém que comercializava o resultado de furtos. Muitas publicações anunciam a prisão do "célebre gatuno", o que indica que a fama provinha de anos anteriores.

Quando analisamos a questão, fica evidente que esses indivíduos necessitavam dessa artimanha. A discrição fazia parte do serviço, não era à toa que as pessoas que executavam a função de investigadores do crime eram conhecidas por "secretas", conforme analisou Marcelo Martins em seu trabalho.

Percebemos essa relação, entre a polícia e os gatunos prestadores de serviço, como uma fenda que nos permite acessar o universo desses homens, num contexto de reorganização do aparato coercitivo da República. Há um arranjo político e social bem costurado no seio da sociedade carioca de então. Os gatunos prestadores de serviço viviam no fio da navalha. Ao mesmo tempo em que se estruturavam no crime, também

[200] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 45 de 11 de dezembro de 1901.
[201] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *A Notícia*, ed. 201 de 28 de agosto de 1900.
[202] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 121 de 1 de maio de 1902.
[203] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*. ed. 259 de 25 de dezembro de 1902.
[204] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *O Paiz*, ed. 5802 de 28 de agosto de 1900.
[205] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *O Paiz*, ed. 5814 de 7 setembro de 1900.

ascendiam no corpo da instituição policial. Obviamente não era uma função fácil de se executar. Esses indivíduos precisavam de uma articulação política para delatar ou atribuir culpa a autores de crimes e se safar da prisão. Esses indivíduos mereciam o mínimo de confiança da polícia e dos criminosos, o que os tornam indivíduos extremamente interessantes e elemento chave para a regulação das relações sociais entre o crime e a polícia no Rio de Janeiro da virada do século XIX para XX.

Em 13 de fevereiro de 1901, uma coluna publicada em *A Imprensa* deixa evidente a influência e o poder desses indivíduos que flutuavam entre o crime e a polícia. A publicação em questão não faz parte do período que nos propomos a analisar nesse trabalho, mas faz parte da trajetória de Cadete Transacção, um dos gatunos que possivelmente prestava serviço para Sampaio Ferraz. Além do mais, o delegado Vicente Reis, autor do livro *Os Ladrões do Rio*, que pediu exoneração em 1899, ainda durante o período em que Sampaio Ferraz estava como chefe de polícia, já estava de volta para a polícia e foi ele que registrou a queixa contra Cadete Transacção.

> Cadete Transacção
>
> É um tipo de xadrez, que vive dos mais baixos expedientes, pelo que grande número vezes tem sido obrigado a travar conhecimento com a polícia.
>
> Para haver dinheiro Cadete Transacção, cujo verdadeiro nome velhacamente oculta, sendo conhecido, ora por João Drummond, ora por Pereira Ramos, não olha aos meios, porque todos são bons.
>
> [...] [206]

A coluna continua com o objetivo de denunciar e narrar um episódio em que Cadete Transacção foi um dos protagonistas. De acordo com a reportagem, Cadete Transacção, "não tendo meio de vida honesta, explorando tudo e a todos"[207], foi para o interior e se passou por vendedor de roupas e sapatos. Na estação de trem ele conheceu uma jovem de 15 anos. Se passando por um homem rico e de negócios, Cadete Transacção seduziu a jovem e a deflorou, convencendo-a a seguir viagem com ele para o Rio de Janeiro.

Cadete Transacção, que era um homem casado e residente na região central da cidade, rua Senhor dos Passos n 85, aconselhou a jovem Benecdita a se hospedar em um hotel. Tempos depois a sua esposa apareceu no hotel e convidou a jovem para ficar na casa deles. Na verdade, a casa era de Manoel Moreno, um espanhol que alugava um cômodo para Cadete Transacção. O locatário achou estranho, conversou com Benedicta

[206] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *A Imprensa*, ed. 864 de 13 de fevereiro de 1901
[207] idem

e ela lhe revelou a história. Foi então que Manoel resolveu procurar a polícia e denunciar o caso para o delegado Vicente Reis. A polícia interrogou e examinou a jovem. Logo em seguida Cadete Transacção deixou o cômodo que havia alugado e passou a ameaçar o espanhol Manoel Moreno, pois:

> É o que tem feito Cadete Transacção de dias já esta parte. De uma feita passou com dois sargentos de polícia e olhando para o interior da casa n 85, residência de Moreno, disse com desprezo:
>
> <<Vá dizer ao Vicente Reis que me viu. Livra-te de te encontrar sozinho, porque te mato.>>
>
> E neste pé estão as coisas: a policia procurando tenazmente, noite e dia, o famigerado crápula, este, a passar-lhes pelas barbas, chacoteando, insultando, prometendo vinganças e.... acompanhado por dois sargentos da brigada policial.
>
> Pro! Pudor![208]

A história é cheia de elementos instigantes, como é a questão das relações afetivas e os crimes contra a honra, que já foram trabalhados de forma pioneira por Martha Abreu Esteves e por uma série de pesquisadoras e pesquisadores que se dedicaram ao tema.[209] Não é possível aqui ter maiores informações sobre Benedicta, o que nos faria pensar sobre o que a teria convencido a viver no quarto do Cadete Transaçao e de sua esposa. O senhorio espanhol que impediu o plano de concubinato, chamava-se Manoel Moreno, o que sugere que havia uma dinâmica racial que orientava as relações sociais nos espaços de moradia popular. Estes vínculos e as sociabilidades da população pobre nesse período, são questões já trabalhadas por Sidney Chalhoub[210].

Com base na representação de *A Imprensa*, percebemos que a própria estrutura policial acobertou os crimes de Cadete Transação. Enquanto o locatário buscava auxílio do delegado Vicente Reis, Cadete Transação se amparava na outra polícia, ou seja, na brigada policial (equivalente a atual polícia militar). Essa é uma questão interessantíssima, pois a brigada policial e a polícia civil eram instituições diferentes e até mesmo rivais, como constatou Marcos Luiz Bretas da Fonseca[211]. Cadete Transação se agenciava através de costuras sociais por entre as duas polícias e o mundo do crime.

---

[208] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *A Imprensa*, ed 864 de 13 de fevereiro de 1901.
[209] ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1989.
[210]CHALHOUB, Sidney. Lar, Trabalho e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque. 2ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
[211] FONSCECA, Marcos Luiz Bretas da. A guerra das ruas: povo e policia na cidade do Rio de Janeiro (1889-1907). Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

Outro indivíduo que podemos utilizar como exemplo dessa relação entre os policiais e o mundo do crime é Francisco de Almeida, conhecido como Chico Carioca. Citaremos aqui, na íntegra, uma reportagem que denuncia a prisão dele e nos traz alguns elementos instigantes que contribuem para a compreensão do cenário social de então.

> Chico Carioca
>
> Chico Carioca, que teimamos em afirmar ter pertencido á classe dos investigadores, a despeito do desmentido que nos mandou passar o Dr. Chefe de polícia, Chico Carioca, famoso gatuno que honra a galeria fotográfica da polícia, foi mais uma vez preso.
>
> Foi uma flagrante injustiça que fizeram ao emérito investigador da bolsa do próximo. Que o prendam no exercício de sua profissão ao meter por equívoco a mão no bolso alheio, preparando o tiro, admite-se; mas prende-lo dentro de um botequim, servindo o Paraty pacatamente, é demais, é uma perseguição clamorosa que se lhe faz.
>
> Preso por suspeito de gatuno! Mas isso é um desaforo, uma afronta inqualificável aos brios do Chico Carioca. Suspeito, ele que tem nome na história das ladroeiras; ele que tem retratos gratuitos na polícia central, nas estações, nas estradas de ferro, por toda parte: ele, que tantas vezes tem prestado serviços á polícia, quando se trata de descobrir os feitos dos seus colegas!
>
> Enfim, pensou tristemente o famoso ladrão, são coisas que acontecem. São uns ingratos os senhores da polícia porque esquecem muito depressa os serviços que tenho prestado.
>
> Conduzido Chico Carioca á 4ª delegacia, o investigador Guimarães, sem consideração para com ele, foi-lhe passando revista aos bolsos.
>
> Era demais o ultrage.
>
> - Pois seu Guimarães você mesmo faz-me isso? Onde (está) a solidariedade da classe, o respeito mútuo que deve existir sempre entre todos quantos trabalham para um fim único?
>
> Pois é isso? Muito bem; prendam-me, revistem, façam tudo que quiserem; mas fique certo, seu Guimarães que hei de ser solto e, então, porei tudo em pratos limpos.
>
> Irei até a Gazeta de Notícias e relatarei como o senhor come aos 10$ e aos 20$ por dia ; contarei também os meio de que o senhor usa para ter da casa de jogo, que nós todos sabemos, os 100$ mensais.
>
> A longa tirada do celebre gatuno produziu uma funda expectação no auditório: os soldados riram-se a socapa, os inspetores curvaram a cabeça, os representantes da imprensa acolhiam com avidez as revelações do preso. Quem não riu, nem gostou de ouvir a piada foi o investigador Guimarães.
>
> Para que foram mexer em casa de vespas?
>
> Bem feito, não fossem injustos e ingratos e o Chico Carioca seria mudo como um grande de pedra.[212]

[212] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias,* ed. 118 de 28 de abril de 1899.

O texto explicita a relação que Chico Carioca mantinha com os integrantes da polícia, sobretudo com o investigador Guimarães. O papel da imprensa é fundamental quando pensamos que se o investigador estivesse sozinho com Chico Carioca, muito provavelmente o caso não teria sido registrado. Isso nos leva a pensar a imprensa como uma instituição chave na disputa entre os projetos de formatação das instituições republicanas. A pressão exercida pelos jornais da capital interferia diretamente na relação da polícia com os cidadãos brasileiros. Tanto é que os jornais se tornaram um recurso informal para os que sentissem seus direitos negados pelo Estado. Como exemplo disso podemos citar o caso do espanhol Manoel Moreno, que se viu ameaçado por Cadete Transação e precisou recorrer à *Gazeta de Notícias*, já que a polícia acobertava o célebre gatuno. Outro exemplo é o próprio Chico Carioca, que ameaçou denunciar para a *Gazeta de Notícias* os feitos ilegais dos investigadores policiais.

Sobre Chico Carioca também sabemos muito pouco. Segundo os jornais, em agosto de 1899 ele residia em uma casa de cômodos na Praça da República, nº115, propriedade de Manoel Joaquim Portella.[213] Foi lá que o capturaram, acusando-o de participar de um roubo e vender os produtos roubados. De acordo com *A Imprensa*, o depoimento de Chico Carioca era de suma importância. Nas palavras do jornalista:

> [...]
>
> O depoimento de Carioca é reputado de grande importância pelas graves revelações nele contidas sobre vários furtos e roubos, ultimamente praticado nesta capital.
>
> Embora a autoridade guarde a tal respeito a mais absoluta reserva, sabemos que Chico Carioca, além dessas revelações que vão determinar várias diligencias, faz acusações muito comprometedor a diversos ex-agente da segurança pública.
>
> [...][214]

Mais uma vez identificamos e chamamos atenção para os recursos que Chico Carioca mobiliza para evitar a prisão. Ele recorria ao apadrinhamento daqueles que possuíam poder político e influência e ameaçava delatar práticas ilícitas cometidas por pessoas que trabalhavam para a polícia. Essa situação dava larga margem de manobra para agenciamento do conhecido gatuno, que dessa forma estruturava sua vida através da teia delicada que conectava o mundo da polícia com o mundo do crime.

---

[213] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *A Imprensa*, ed. 304 de 06 de agosto de 1899.
[214] Idem

Chico Carioca foi preso diversas vezes e foi acusado de muitos crimes. Muitas vezes foi preso sob alegação de ser um gatuno conhecido, um sujeito sempre suspeito. Dentre as notícias que vinculavam algum crime à Chico Carioca podemos listar: um roubo cometido na Estrada de Ferro Central[215], um roubo a uma bilheteria[216], uma tentativa de roubo a casa de uma atriz[217], um depoimento sobre roubo de fazendas[218], uma revolta de presos em 1899[219], tentativa de agressão a uma idosa[220], furto a dois comerciantes árabes[221], roubo e narcotização[222] e etc. Percebemos então que, assim como Cadete Transação, o leque de feitos atribuídos à Chico Carioca é bastante variado, o que lhes acarretou inúmeras prisões. Muitas vezes essas prisões eram cometidas de maneira arbitraria, sem provas ou inquérito, simplesmente para dar alguma resposta para os jornais e para a sociedade. A prisão por ser um gatuno conhecido é absolutamente arbitrária, fato esse que, possivelmente, desencadeou uma revolta dos presos e que teve Chico Carioca como um dos protagonistas[223].

A revolta dos presos, ocorrida em 12 de agosto de 1899, pouco tempo depois de Sampaio Ferraz deixar o cargo, é um episódio interessante. A revolta não tomou grandes proporções, mas mobilizou um grande efetivo policial para conter os ânimos. Durante a revolta, o Rio de Janeiro estava em festa, a cidade recebia a visita do presidente da Argentina e de sua comitiva. Inclusive o chefe de polícia de Buenos Aires, Francisco Baezley, acompanhou a comitiva presidencial e encontrou Brasil Silvado, então chefe de polícia do distrito federal, que prometeu entregar para o argentino um álbum com os retratos de todos os gatunos conhecidos do Rio de Janeiro[224].

Os jornais se ocupavam que retratar com grande entusiasmo o clima festivo, os banquetes, os enfeites nas ruas, as autoridades ministeriais e tudo o que dizia respeito à visita presidencial. Foram dias tentando manter a boa aparência para as autoridades estrangeiras. A revolta ameaçou estragar a festa. Suspeitamos que, sabendo da agenda festiva, a polícia recebeu ordens de prender os gatunos conhecidos para evitar incidentes

---

[215] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *O Paiz*, ed. 4426 de14 de novembro de 1896.
[216] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *O Paiz*, ed. 4626 de 5 de junho de 1897.
[217] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *O Paiz*, ed. 5258 de 27 de fevereiro de 1889.
[218] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *O Paiz*, ed. 5418 de 6 de agosto de 1899.
[219] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *O Paiz*, ed. 5425 de 13 de agosto de 1899.
[220] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Cidade do Rio*, ed. 98 de 3 de maio de 1899.
[221] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Jornal do Brasil*, ed. 217 de 5 de agosto de 1899.
[222] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *A Imprensa*, ed. 196 de 20 de abril de 1899.
[223] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *O Paiz*, ed. 5425 de 13 de agosto de 1899.
[224] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *O Paiz*, ed. 5425 de 13 de agosto de 1899

com a comitiva argentina, fato esse que pode ter provocado a revolta. O jornal O Paiz lista os nomes dos "promotores da desordem". O primeiro nome citado é de Augusto Gomes, vulgo Batatinha. Francisco de Almeida, o Chico Carioca, também é citado como um dos protagonistas.[225]

O que nos chama atenção nesse evento é a complexa rede de sociabilidade que envolvia aos indivíduos revoltosos, sobretudo Chico Carioca e Batatinha. Percebemos isso quando identificamos que, no dia 7 de junho de 1898, cerca de um mês antes da revolta, os dois tinham sido denunciados por trabalharem para a polícia.

> Batatinha e Chico Carioca, alcunhas por que são conhecidos Manuel Gomes e Antonio Gonçalves, foram presos ontem e recolhidos á detenção, por ordem do Dr. chefe de polícia.
>
> Estes indivíduos eram o braço direito do chefe dos investigadores capitão Barros.
>
> A prisão deles foi por ter o investigador Leite dado denuncia ao Dr. chefe de polícia de que eles, intitulando-se agentes, praticavam furtos de bolsas e relógios aos passageiros da companhia Jardim Botanico.
>
> Que polícia![226]

Na reportagem, Chico Carioca aparece com o nome de Antonio Gonçalves. Acreditamos que isso se deva à já comentada prática de troca de nome. Além do mais, percebemos que a relação entre os dois estava estruturada desde antes do evento na casa de detenção, o que nos leva a afirmar que ambos mantinham, no mínimo, uma relação de camaradagem.

Outro documento que corrobora com a nossa argumentação, é um pedido de habeas corpus apresentado no dia 20 de junho de 1898[227]. O pedido é elaborado pelo advogado Octavio Ruy, membro da assistência judiciária, e conta também com o carimbo do advogado Candido Mendes de Almeida, presidente da comissão de assistência judiciária. O documento em questão é um *habeas corpus* coletivo que visa garantir a liberdade de 16 indivíduos que, de acordo com o documento, estavam recolhidos na casa de detenção há cerca de 19 dias sem que o devido processo legal tivesse sido cumprido. Dentre estes indivíduos estavam Francisco de Almeida (Chico Carioca) e Augusto Gomes (Batatinha).

---

[225] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *O Paiz*, ed. 5425 de 13 de agosto de 1899.
[226] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 158 de 7 de junho de 1899.
[227] Arquivo Nacional, número 542, maço 3 do ano 1899.

O documento implorando a abertura do processo foi assinado na casa de detenção, no dia 09 de junho de 1899, e conta com a assinatura dos interessados. É importante notar que Augusto Gomes (Batatinha) é o primeiro a assinar e é quem tinha a melhor caligrafia, o que demonstra certa familiaridade com o processo policial. Também percebemos o conhecimento de escrita e caligrafia quando Augusto Gomes assina a rogo de José Everaldo.

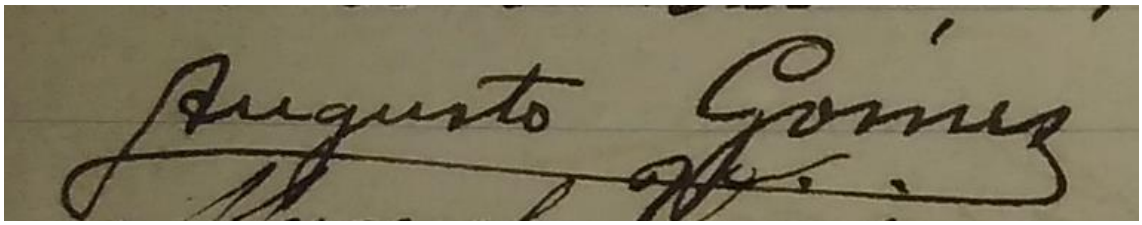


Imagem 9: Assinatura de Augusto Gomes (Batatinha)

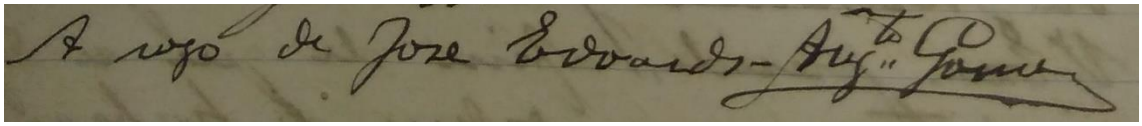


Imagem 10: Assinatura feita por Batatinha a rogo.

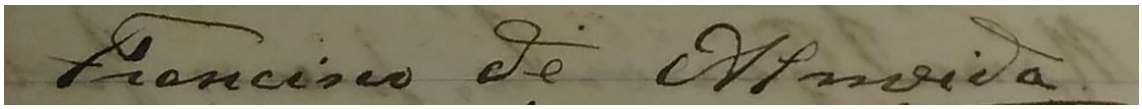


Imagem 11: Assinatura de Francisco de Almeida, o Chico Carioca

Nos autos do processo conseguimos acessar a resposta ao ofício encaminhado ao administrador da casa de detenção e ao chefe de polícia, ambos alegaram que todos os indivíduos listados foram postos em liberdade. Fato é que a revolta dos presos ocorreu no dia 12 de agosto de 1899, cerca de 20 dias após a soltura dos indivíduos, o que demonstra que muito provavelmente eles estavam em constante vigilância e constantemente eram capturados. O *habeas corpus* em questão demonstra que Chico Carioca e Batatinha se conheciam e agiam de maneira parecida.

Sobre Augusto Gomes, o Batatinha, cabe dizer que, assim como Chico Carioca e Cadete Transação, ele também aparece como acusado de trabalhar para a polícia, além de ter sido acusado de praticar diversos crimes e contravenções. Um caso interessante foi noticiado na edição do *O Paiz* de 4 de junho de 1900. A publicação em questão narra um dos feitos de Batatinha. Segundo o jornal, o soldado n. 121 da brigada policial foi encarregado de escoltar Batatinha da delegacia da 7ª circunscrição para a casa de

detenção. No meio do caminho o soldado deixou Batatinha "dar dois dedos de prosa" com um indivíduo chamado João Soares Martins. João o convidou para almoçar e foram os três, o policial, batatinha e João Soares. No meio do almoço, Batatinha pediu para se ausentar e empreendeu fuga. João Soares Martins foi conduzido ao xadrez da 7ª circunscrição e o policial foi preso no quartel da brigada policial[228].

Batatinha era um indivíduo influente e se agenciava através dessa fenda entre a legalidade e a ilegalidade. Ao escrever sobre Evaristo de Moraes, um dos maiores advogados criminalistas da Primeira República, Joseli Maria Nunes Mendonça também o encontrou nos registros da época. De acordo com a autora e com a documentação analisada por ela, Batatinha era um cliente assíduo de Evaristo de Moraes. Para além de cliente, Batatinha servia como intermediário, ponte entre o advogado e clientes em potencial (presos na casa de detenção).

> Depois de 1894, as atividades de defesa no tribunal foram ocupando um lugar central dentre as atividades que empreendia. "Aquele tempo", ele registrou depois, "eu ia à Casa de Detenção em visita aos meus clientes e, não raro, arranjava outros, indicados quase sempre por Augusto Gomes, vulgo 'Batatinha', preso-servente, verdadeira criatura da cadeia, que se me dedicara inteiramente"[229].

Todas essas questões elencadas nos levam a crer que Chico Carioca, Cadete Transação e Batatinha, desempenhavam um importante papel na polícia do Distrito Federal. Se agenciavam de maneira eficaz, costuravam relações entre a polícia e o crime além de contar com uma proteção jurídica junto a importantes advogados, como foi o caso de Batatinha, fiel cliente de Evaristo de Moraes. Não é possível afirmar com precisão se os chefes de polícia eram coniventes com essas práticas. Aparentemente a intenção de Sampaio Ferraz era moralizar e modificar a própria estrutura do corpo policial, mas as relações estruturadas pelo pessoal subalterno já estavam fundamentadas na cultura política herdada do Império e a República parecia pouco empenhada em subvertê-las. Aparentemente Sampaio Ferraz encontrava uma barreira muito grande nos costumes e, com os planos fracassados, enfrentava grande oposição dos jornais.

No dia 23 de março de 1899, a *Gazeta de Notícias* publicou uma coluna intitulada Os Mosqueteiros do Chefe, onde comparava Sampaio Ferraz ao rei francês Luís XIV. De

---

[228] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *O Paiz*, ed. 5717 de 4 de junho de 1900.
[229] MENDONÇA, Joseli Nunes. Evaristo de Moraes, tribuno da República. Campinhas, SP: Editora da Unicamp, 2007. p.64.

acordo com a publicação, Sampaio Ferraz havia tomado uma medida absolutista ao demitir, de uma só vez, todos os secretas que atuavam junto à polícia. De acordo com o jornal, isso afetou diretamente o policiamento da cidade, já que pessoas experientes foram demitidas e novatos inexperientes foram contratados. Isso desencadeou uma série de episódios de violência e roubos generalizados, incluindo aqui o roubo da casa Luiz de Rezende. Segundo o jornal, para tentar solucionar essas questões, Sampaio Ferraz contratou Damaso de Proença Gomes e o incumbiu de criar um grupo de investigação paralela, composto por ex secretas. Esse grupo conseguiu solucionar alguns crimes e despertou um grande conflito entre o chefe dos investigadores, Trajano Louzada, e o comandante desse grupamento paralelo, Damaso de Proença[230].

Isso nos leva a uma série de reflexões. A primeira é sobre o papel do jornal. Em 1899, após o roubo da casa Luiz de Rezende, a crítica era generalizada. A postura do chefe de polícia era constantemente desaprovada, independente da atitude que ele tomasse. Se optasse por demitir o pessoal antigo (muito desprestigiado na imprensa) seria acusado de deixar o policiamento nas mãos de novatos inexperientes. Se optasse por manter o pessoal antigo, era acusado de trabalhar com gatunos conhecidos. Outra questão importante diz respeito a estabilidade social no distrito federal. O jornal constatou um intenso aumento no número de roubos no período em que Sampaio Ferraz demitiu os secretas. Isso se deve à inexperiência dos novos investigados ou a uma represália dos ex-agentes e seus apadrinhados? Com a documentação que tivemos acesso infelizmente não é possível cravar, mas esse é um questionamento pertinente.

3.7 Delegados e conflito institucional: o poder de quem manda

No decorrer dos meses, as reportagens passaram a criticar outro aspecto do policiamento. Mais especificamente, a Gazeta de Notícias passou a criticar a postura dos delegados que, de acordo com as reportagens, estavam deixando de cumprir obrigações do cargo. A fórmula permanecia a mesma, mas o objeto da crítica passou a ser a própria organização da instituição policial. Entendemos que esse direcionamento buscava apertar o cerco contra Sampaio Ferraz, já que a nomeação dos delegados era atribuição do chefe

[230] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 82 de 23 de março de 1899.

de polícia, ao contrário da nomeação dos investigadores, que ficava a critério de delegados e do chefe de investigadores. Vejamos em que termos a crítica estava sendo feita.

> QUE POLÍCIA
>
> [...]
>
> Esta coluna que destinamos á crítica severa dos fatos policiais, e de que temos dado conta com máxima imparcialidade, agasalhará hoje um abuso que com frequência se passa na polícia central e com o perfeito conhecimento do Dr. chefe de polícia.
>
> Como se sabe, compete a cada um dos delegados auxiliares ficar ás noites na repartição para atender ás mais urgentes necessidades do seu cargo. Rara é a noite em que não se lavra um flagrante, em que não se comete um assassinato, em que não se dá um incêndio, um roubo importante, que reclame a presença do delegado que estiver de peranoite na sua respectiva delegacia.
>
> Essa disposição expressa no regulamento tem sido letra morte, ficando as delegacias auxiliares completamente acéfalas ou entregues por favor aos cuidados do Dr. delegado da 7ª circunscrição urbana.
>
> Esse abuso, como é fácil de prever, só poderá aproveitar os criminosos, que assim se veem livres do flagrante, tirando por isso os seus advogados o melhor partido possível da desídia dos dois funcionários.
>
> Como um abuso nunca vem só, os delegados circunscricionais, por sua vez, tratam de imitar os seus colegas da central, abandonando á noite as suas delegacias, que ficam entregues inteiramente aos inspetores conscienciosos, se os são, ou aos investigadores conhecidos pelo nome de encostados.
>
> Circunscrições já em que os delegados se ausentam por dois e mais dias, muitas vezes até para fora da capital, a chamado de seus interesses particulares.
>
> Outras, e estas são em maior número, logo cedo, quase sempre depois das dez horas, estão sob a vigilância de um inspetor, porque o delegado reside longe, em bairro muito distante da sua circunscrição e não pode perder tempo e atender as partes que aparecem ordinariamente depois daquelas horas.
>
> Outras, final;;mente, era que as autoridades vivem do expediente das pequenas licenças, passando o exercício do cargo aos seus suplentes para reassumi-lo depois.
>
> Uma ou outros é que constitui regra á parte, permanecendo a autoridade na sua circunscrição e comparecendo com frequência á sua delegacia.
>
> De quem é a culpa?
>
> Do Dr. chefe de policia, que consente que os seus dois auxiliares abandonem durante a noite as suas repartições, e como a condescendência é sempre sintoma de fraqueza, os outros, que são galhos da mesma árvore, aproveitam-se logo da condescendente autorização e incidem no abuso.
>
> [...][231]

[231] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 106 de 16 de abril de 1899.

Dois dias após a publicação elencada acima, a *Gazeta de Notícias* trouxe informações e denúncias sobre as práticas dos demais delegados.

> Que polícia!
>
> [...]
>
> De todas as partes nos chegam graciosas informações, quer por cartas, quer pessoalmente, sobre o modus vivendi dos átomos que formam a grande célula policial de que é núcleo o Dr. chefe de polícia.
>
> [...]
>
> Até hoje só temos tomado á nossa conta este ou aquele átomo que mais saliente se tem apresentado, ou recomendado á benevolência publica ; hoje, porém, graças a generosidade de um colaborador, deveremos abrir uma exceção que, certo, agradará sumamente aos nossos leitores.
>
> Damos a seguir, e por ordem numérica, as notas curiosas sobre todos os delegados circunscricionais, que o nosso gracioso colaborador nos forneceu.
>
> Há uma pequena lacuna nesse trabalho: faltam notas sobre a 4ª, 9ª, 17ª e 19ª circunscrição que, estamos certos, o nosso informante preencherá com a mesma boa vontade, fazendo então trabalho mais apurado sobre as personalidades dos funcionários que por equivoco ou falta de dados deixou de mencionar.
>
> [...][232]

A publicação é detalhada e chama atenção para o total descaso com o regulamento e escancara o perfil de diversas delegacias da cidade. De acordo com a publicação, a crítica central pesava sobre o fato de os delegados trabalharem em uma região e morarem em outra. Essa prática irregular desestabilizava a organização policial e acabava por depositar grande força nas mãos de pessoas que legalmente não a teria. Como exemplo disso podemos citar Juanito, escrevente da 1ª circunscrição urbana. De acordo com o jornal, Juanito é quem mandava e desmandava ali após as 10 horas, horário em que o escrivão e delegado responsável, Dr. Gonçalo Marinho, retornavam para suas casas para passar as noites no aconchego de seus lares. Outro exemplo é a 6ª circunscrição, onde os inspetores "reinam e governam" durante a ausência noturna do delegado e escrivão. Outras questões também aparecem no perfil de cada circunscrição, como é o caso do delegado da 13ª circunscrição que, de acordo com a reportagem, "tem ojeriza especial pelas pessoas de cor".[233]

O tema da falta de policiamento durante a noite serviu como base para uma cobrança de Sampaio Ferraz ao comandante da brigada policial, coronel Belarmino de

---

[232] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 108 de 18 de abril de 1899.
[233] idem

Mendonça. Essa cobrança veio em forma de ofício e foi publicado pela *Gazeta de Notícias*, como se a imprensa fosse o fórum para decisões administrativas, como podemos notar a seguir.

> BRIGADA POLICIAL
>
> O dr. chefe de policia dirigiu ontem ao Sr. comandante da brigada policial o oficio que se segue a respeito do mal policiamento desta cidade:
>
> <<Cabendo-me o dever supremo de manter a ordem publica e o direito de propriedade, cumpre-me chamar a vossa atenção especial para a incorreção com que está sendo feito o policiamento da cidade. Por mais de uma vez tem esta chefia reclamado contra o inveterado costume de dar-se maior cuidado ao serviço até a meia-noite, quando, no entanto, nas horas da madrugada propicias para os assaltos e roubos quase toda a cidade fica em abandono, pois as poucas patrulhas que são encontradas estão quase sempre em repouso lamentavelmente. Ainda esta ultima noite, percorrendo as 8ª, 9ª, 20ª, 11ª e 12ª circunscrições, desde uma até as cinco horas da manhã, encontrei apenas seis patrulhas de infantaria e nenhuma de valaria, estando os soldados, sem exeção, dormindo, ora encostados em portas, ora sobre os assentos dos chafarizes públicos.
>
> Apenas as 4 horas da manhã me foi grato encontrar na 13ª corcunscrição o alferes Sebastião Caldeira, que a cavalo rondava as patrulhas.
>
> Sendo, como é, todo o policiamento do distrito feito pela brigada policial, corporação inteiramente militarizada, torna-se indeclinável que por esse comando sejam dadas urgentes e enérgicas providencias no sentido de aproveitar o mais possível o contingente de duas mil praças que é o efetivo da brigada policial, enviando esforços em ordem a tornar mais dedicada a fiscalização do serviço de patrulhas nas áreas que lhes são distribuídas, especialmente da meia-noite ao amanhecer.
>
> Aguardando a cooperação esforçada do Sr. comandante, desde já acredito que dentro em pouco será melhorado o policiamento, sem o que esta chefia de confessa impotente para manter o necessário respeito aos sagrados direitos de vida e propriedade dos cidadãos.>>[234]

No dia seguinte o jornal tratou de dar atenção especial para as alegações e cobranças elencadas por Sampaio Ferraz ao corpo de polícia. A *Gazeta de Notícias* não acreditou que o chefe de polícia fez todo esse itinerário e foi conferir de perto. Alegou que, como é de costume, quando o chefe de polícia se dirige às circunscrições ele deixa suas impressões nos livros da parte diária da delegacia. Repórteres do jornal foram conferir se havia alguma assinatura que comprovasse a passagem de Sampaio Ferraz por ali. Outra

[234] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 120 de 30 de abril de 1899.

coisa chamou atenção da imprensa: o tempo do percurso entre as circunscrições e a distância percorrida pelo chefe de polícia. E concluiu que:

> [...]
>
> Refletindo sobre a extensão imensa percorrida num lapso de tempo tão curto, extensão que compreende os 1º e 2º distritos de Sant'Anna, o do Espírito Santos e o da Gloria, ficamos seriamente intrigados com as importantes declarações e mais ainda quanto ao meio de locomoção de que se serviu S. Ex.
>
> Seria a carro? Em velocípede? Tomaria S. Ex. emprestado o célebre cavalo branco de Affonso Coelho?
>
> Estas e outras interrogações obrigaram-nos a percorrer o mesmo itinerário da primeira autoridade policial, e devemos confessar que das 9 horas da manhã ás 3 da tarde não fizemos outra coisa mais do que pular do bond para as estações, das estações para o bond, lançando ás pressas umas vistas furtivas aos chafarizes públicos.
>
> [...][235]

O jornal intensificava a campanha contra Sampaio Ferraz, vigiando-o e desqualificando suas alegações. Essa atmosfera conflituosa acirrou a tensão entre as forças policiais. No corpo do texto que citamos acima, a *Gazeta de Notícias* relembra ao comandante da brigada policial de que o chefe de polícia não é chefe do comandante. A brigada policial recebe ordens exclusivamente do ministro da justiça e do presidente da República, não tendo Sampaio Ferraz autoridade alguma para dar ordens ao coronel Belarmino de Mendonça.

Seis dias após o ofício encaminhado por Sampaio Ferraz, o comandante da brigada encaminha um outro ofício para o ministro da justiça, Epitácio da Silva Pessoa. No ofício o coronel narra o desentendimento ocorrido entre ele e Sampaio Ferraz, explicando detalhadamente a distribuição das praças militares pela cidade, considerando, inclusive, as praças doentes, as que fazem parte do serviço interno do quartel, as que trabalham nas estações de trem etc. O coronel também afirma que não é possível que Sampaio Ferraz tenha percorrido todas as ruas das circunscrições.[236]

Para além das más práticas dos agentes e delegados, o jornal revela uma espécie de improviso por parte da polícia que, constantemente, se envolvia em questões que não diziam respeito propriamente ao serviço policial. Como exemplo disso podemos citar a regulamentação do horário de venda de bilhetes de teatro. No dia 6 de junho de 1899 a

[235]Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 121 de 1 de maio de 1899.
[236]Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 126 de 6 de maio de 1899.

Gazeta de Notícias publicou, na primeira página, uma reportagem com o título POLÍCIA ORIGINAL. A publicação aborda uma intimação encaminhada pela polícia para os administradores dos teatros do Rio de Janeiro. O intuído era determinar que os teatros vendessem os ingressos para os espetáculos somente duas horas antes do início do evento. Essa medida causou surpresa e foi tratada pelo jornal como arbitrária.

> [...]
>
> Em primeiro lugar, á polícia falta competência para designar tempo e horas para se fazer qualquer negócio, e a respeito de espetáculos a sua intervenção não pode ir além de fiscalizar que eles comecem á hora anunciada e que os bilhetes sejam vendidos pelos preços previamente e publicamente designados.
>
> [...][237]

Essa confusão envolvendo a própria função da polícia também foi registrada em outro episódio, publicado na *Gazeta de Notícias* sob o título *Delegado <<fin de siécle>>*. A reportagem inicia de forma afrontosa alegando que: "O sr. delegado da 13ª circunscrição entende que seu poder de polícia é onipotente, e por isso embrenha-se em negócio jurídicos...". O caso em questão diz respeito a uma disputa por herança, portando, objeto de resolução jurídica. O objeto desejado por uma das partes era um piano, e o delegado enviou 8 homens até a casa em questão para pegar o objeto e resolver o conflito. A imprensa critica o modo em que a situação foi resolvida, tendo o delegado atropelado as etapas legais para a execução da herança.[238]

3.8 O contra-ataque

Durante essa intensa campanha crítica à Sampaio Ferraz, a *Gazeta de Notícias* também sofreu algumas represálias. Como era de se imaginar, o chefe de polícia e seu pessoal estavam incomodados com a campanha afrontosa do jornal. Durante o processo de pesquisa, foi possível localizar dois episódios envolvendo ofensivas contra repórteres da Gazeta de Notícias. Esses dois episódios aconteceram em um intervalo de menos de um mês.

O primeiro episódio foi retratado em dois jornais, na *Gazeta de Notícias* e no *A Imprensa*. O acontecimento em questão envolve Eusébio Ferreira Formiga, revisor da

[237]Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 157 de 6 de junho de 1899.
[238]Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 162 de 11 de junho de 1899.

Gazeta de Notícias. De acordo com as reportagens, era cerca de 00:30 da madrugada quando Eusébio saiu da oficina do jornal, acompanhado de um colega, e ambos rumavam para suas respectivas residências. Era uma madrugada chuvosa, o que obrigou os dois colegas a apertarem o passo. Assim que saíram da tipografia, logo avistaram um indivíduo a persegui-los. Em certa altura do caminho, o companheiro de Eusébio se despediu e entrou em sua residência. O revisor continuou seu caminho sozinho até ser interpelado, na esquina da rua do Lavradio com a rua do Senado, pelo indivíduo que o perseguia. O indivíduo o abordou e lhe deu voz de prisão, alegando ser Eusebio um suspeito. Ambos foram para a 7ª delegacia, onde Eusébio foi conduzido ao xadrez sob alegação de insultar a patrulha policial. O jornal afirma que há indícios que o indivíduo que prendeu o revisor apresentava sinais de embriaguez, tanto é que tropeçou enquanto conduzia o revisor para a delegacia.[239]

O caso não parou por aí, após deixar Eusébio na delegacia, a autoridade se dirigiu até a rua do Lavradio e prendeu outro jornalista. A vítima da vez era Castro Soares, repórter de *A Imprensa* que esperava um bonde quando foi abordado pelo indivíduo. De acordo com a reportagem, o indivíduo disse que prendia Castro Soares por ser ele "o Guimarãezinho da Gazeta de Notícias, "jornal quebrado, que vivia a falar mal da polícia do Dr. Sampaio Ferraz".[240] Após as prisões, foi revelado que a tal autoridade embriagada na realidade era Jorge Frederico Becker, 1ª suplente e delegado em exercício da 2ª circunscrição urbana. A revelação causou surpresa e vergonha a Geminiano França, delegado da 7ª delegacia, que ordenou que soltasse o jornalista da Gazeta de Notícias e pediu para que Eusebio desculpasse pelo ocorrido, certo de que Sampaio Ferraz tomaria as providências necessárias.[241]

A Notícia também publicou o fato. Sob o título *Autoridade embriagada, prisões a granel*, o jornal traz detalhes sobre o diálogo e as providencias tomadas pelo chefe de polícia. Segundo *A Notícia*, o delegado da 7ª circunscrição, após apurar os fatos que levam os dois jornalistas para o xadrez, percebeu o pensamento da autoridade que os encaminhou para a delegacia. O pensamento fixo do delegado em exercício da 2ª delegacia era: prender todos os empregados da Gazeta de Notícias. A Imprensa também publicou que, ciente dos fatos, Sampaio Ferraz declarou que

[239] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 144 de 24 de maio de 1899.
[240] idem
[241] idem

> iria "mandar chamar a sua presença o suplente, que MOÇO BRIOSO como é, certamente não se apresentaria e pediria demissão>>. Disse-nos o sr. dr. chefe de polícia que o sr. Becker é um <<MOÇO DISTINTO BOM REPUBLICANO e que muito o admirava que ele se tivesse embriagado!!![242]

E foi o que aconteceu. Segundo a Gazeta de Notícias, a exoneração de Becker foi publicada no Diário Oficial como exoneração a pedido. O jornal não estava satisfeito com a resolução do fato, inclusive problematizou a questão, citando que alguns jornais (como A Imprensa) publicaram que, conforme a vontade do chefe de polícia, Becker foi demitido do cargo. A Gazeta de Notícias afirma que a demissão foi a contragosto do chefe de polícia, que via Becker como um bom republicano e moço brioso.[243]

O outro ato de violência contra a *Gazeta de Notícias* foi publicado na edição do dia 9 de junho de 1899 e foi atribuído ao 1º delegado auxiliar, Dr. Pestana de Aguiar, segundo homem da hierarquia da polícia. A reportagem em questão buscava apurar informações sobre um caso ocorrido no dia anterior. De acordo com o jornal, um investigador de polícia resolveu entrar sem bilhete em um teatro e foi barrado pelo porteiro. Foi então que o dito investigador espancou o trabalhador. Em busca de novidades sobre o caso, o repórter se dirigiu até a 1ª delegacia auxiliar e foi recebido de maneira hostil pelo 1º delegado auxiliar.

> Bellezas Policiaes
>
> [...]
>
> Ontem, ás 3 horas da tarde, quando o nosso repórter chegou á 1ª delegacia auxiliar, á procura de informações, o Sr. Dr. Pestana de Aguiar recebeu-o declarando que a notícia publicada sob a epigrafe supra era falsa. O nosso companheiro, em termos corteses, procurou convencê-lo de que a notícia é a expressão da verdade.
>
> Mas o Sr. 1º delegado, que, ao que parece, estava com o sangue azedo, começou a expandir-se sobre a Gazeta de Notícias em termos pouco de acordo com a mais elementares regras de civilidade e em palavras pouco dignas de um cavalheiro que tem a seu cargo funções que reclamam critério. [...][244]

Tanto a prisão dos jornalistas, quanto a ira desferida pelo 1º delegado auxiliar à *Gazeta de Notícias*, são elementos que nos levam a crer que a intensa campanha contra Sampaio Ferraz estava alcançando seus objetivos. Era muito difícil para o chefe de polícia se manter no cargo após ter sua polícia posta na mesa de autópsia da imprensa. Diversos

---

[242] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *A Imprensa*, ed. 230 de 24 de maio de 1899.
[243] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 146 de 26 de maio de 1899.
[244] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 159 de 8 de junho de 1899.

pontos do policiamento estavam sendo examinados e execrados pelo jornal. Desde a falta de policiamento nas ruas até os hábitos dos delegados. Isso fragilizava a imagem da polícia e desacreditava Sampaio Ferraz, que havia sido um político extremamente influente e agora via sua imagem derreter perante a opinião pública.

3.9 O adeus de Sampaio Ferraz

A crise de Sampaio Ferraz se alastrava e a gota d'agua foi uma confusão envolvendo Rosa e Silva, então vice-presidente da República. No domingo, dia 18 de junho de 1899, a *Gazeta de Notícias* noticiou um fato ocorrido na rua do Ouvidor. O vice-presidente caminhava rumo à uma chapelaria quando foi interpelado coronel Delmiro Gouvêa que alegava ter recebido ameaça de morte e responsabilizava o vice-presidente da República por qualquer coisa que acontecesse com ele. O caso virou uma grande confusão e Rosa e Silva se viu obrigado a se retirar do local, sem que nenhuma autoridade policial aparecesse para prestar qualquer tipo de apoio.[245]

No dia seguinte, além da atualização sobre o caso, a *Gazeta de Notícia* publicava uma determinação do 1ª delegado auxiliar que proibia que repórteres adentrassem o cartório e a sala da delegacia. Essa determinação evidenciava o clima tenso. O jornal também publicou uma carta enviada pelo presidente da República, Campos Salles, ao vice-presidente, Rosa e Silva. Na pequena carta o presidente lamenta o caso e se solidariza. Segundo o jornal, "o presidente também escreveu para o chefe de polícia, ordenando providências enérgicas sobre o fato".[246]

Sampaio Ferraz tratou de tomar depoimento de Rosa e Silva e dos demais envolvidos no caso. Também convidou para prestar depoimento os deputados Herculano Bandeira e Nilo Peçanha, além do senador Gonçalves Vieira. Após coletar os depoimentos, por volta das 6 horas da tarde, o chefe de polícia recebeu uma carta urgente do presidente da República. Logo em seguida Sampaio Ferraz pediu demissão. Apesar da intensa guerra travada entre Sampaio Ferraz e os redatores da *Gazeta de Notícias*, a demissão do chefe de polícia não mereceu grandes manchetes ou colunas. O fato foi

[245] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 169 de 18 de junho de 1899.
[246] Hemeroteca Digital Brasileira, jornal *Gazeta de Notícias*, ed. 170 de 19 de junho de 1899.

noticiado de maneira discreta, na primeira página, sem destaque e sem título. No dia seguinte foi anunciado João Brasil Silvado como sucessor de Sampaio Ferraz.

Terminava assim a carreira de Sampaio Ferraz como chefe de polícia. A estada no cargo foi curta; durou menos de um ano, o suficiente para, no início, despertar expectativas boas, e no final, conquistar a antipatia da imprensa. Durante o segundo período que ocupou o cargo, Sampaio Ferraz não mudou seu perfil autoritário e arbitrário que havia lhe rendido a alcunha de cavanhaque de aço. A postura enérgica desagradou a imprensa que partiu em ofensiva contra o chefe e seus subordinados, o que gerou publicações críticas que esmiuçavam os pormenores do aparelho policial na cidade do Rio de Janeiro. Sem a oposição da Gazeta de Notícias seria muito difícil acessar informações comprometedoras sobre o funcionamento das delegacias e sobre a percepção da prática policial. O papel do jornal foi fundamental para compreendermos o agenciamento dos indivíduos e o parâmetro de justiça da população, que constantemente recorria à imprensa para garantir seus direitos ou reclamar o desrespeito aos seus costumes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho nos deparamos com diversos desafios, dentre eles a pandemia de covid19 que afetou a vida de todas as pessoas do planeta Terra. As visitas aos arquivos precisaram ser adiadas (para um trabalho futuro talvez), os prazos foram dilatados, a hemeroteca digital brasileira saiu do ar, a plataforma lattes também. Minha estada em Salvador foi interrompida, precisei voltar às pressas para o sul do Brasil (onde minha família reside). Opto por colocar essas considerações no espaço dedicado às considerações finais pois o contexto influenciou muito no desenvolvimento desse trabalho. O primeiro capítulo foi escrito em uma chácara no interior de Santa Catarina, em uma cidadezinha com pouco mais de 8 mil habitantes. A internet que eu utilizava era extremamente precária, funcionava em determinados horários, dependia das condições climáticas e de uma série de fatores (a internet era via rádio). O segundo capítulo foi escrito em Curitiba, quando desisti de retornar para Salvador e optei por alugar uma kitnet no Bairro Alto, zona norte da capital paranaense. O terceiro capítulo bem como essas considerações foram escritos em Pinhais, região metropolitana de Curitiba, em um momento de apreensão e expectativas. Atuo como professor temporário no ensino público do estado do Paraná, precisei retornar ao trabalho presencial ainda em um momento crítico da pandemia, porém, o Brasil avança com a vacinação, os casos abaixaram, mas uma nova variante de preocupação (omicron) se alastra rapidamente pelo mundo, a Europa sofre com alta nos casos.

Dito isso, começaremos as considerações sobre o texto em si. Essa dissertação nasceu de uma ideia abstrata, uma perspectiva de análise e uma vontade crescente de estudar o Rio de Janeiro no pós-abolição, principalmente os “desclassificados”. A brecha inicialmente encontrada se baseou nos registros de João do Rio sobre a vida no Rio de Janeiro. O ambiente da capital nos chamou atenção quando percebemos a variedade imensa de micro profissões que havia na cidade. As profissões a que me refiro são as profissões informais, onde o indivíduo buscava brechas na lei para agir. Seja através da venda de produtos falsificados, venda de orações, de caixões até o conto do vigário. Todas essas profissões foram registradas por João do Rio e posteriormente compiladas no livro *A Alma encantadora das ruas.*

A ideia inicial do projeto mudou logo na primeira semana de aula no programa de pós-graduação em história da Universidade Federal da Bahia. O projeto passou por uma

análise criteriosa dos colegas mestrandos e doutorandos, além da leitura crítica da professora Dra. Wlamyra Albuquerque e do professor Dr. Evergton Sales. Foi então que o projeto foi reestruturado e nos propomos a analisar o período da Primeira República. Afunilando a análise, nos deparamos com indivíduos interessantes, tanto da elite política (como é o caso de Sampaio Ferraz), quanto do universo da gatunagem (como Chico Carioca, Cadete Transacção e Batatinha).

Os anos de 1898 e 1899 saltaram nos documentos como um chamamento, foi durante esse período que os indivíduos que escolhi rastrear atuavam. Os jornais denunciavam seus diversos crimes e contravenções além de alegar que os delinquentes trabalhavam para a polícia. A pesquisa então tomou outro rumo, buscamos mapear os jornais (sobretudo a *Gazeta de Notícias*) e discutir a polícia no período. O nome de Sampaio Ferraz mereceu destaque no presente trabalho. Essa ênfase se dá pelo fato de que esse indivíduo foi extremamente importante para o movimento republicano e para a elite política da Primeira República. Apesar da importância de Sampaio Ferraz, poucos trabalhos buscaram discutir a atuação dele. Os trabalhos que se preocupam com a figura de Sampaio Ferraz geralmente tomam como exemplo a campanha de 1889, quando Sampaio foi nomeado por Deodoro para assumir o posto de primeiro chefe de polícia da República. Na primeira campanha Sampaio ficou famoso por decretar guerra aos capoeiras, o que o lançou na carreira política como Deputado. Porém, depois desse período, Sampaio é escanteado pela historiografia. Esse trabalho buscou preencher uma lacuna importante na história do Brasil, ou seja, a atuação de Sampaio Ferraz como chefe de polícia durante sua segunda estada no cargo.

As expectativas criadas em torno de sua imagem representavam uma correlação de ideias de planos e projetos para o policiamento da República no Brasil. Apesar da intensa propaganda e do apoio de importantes políticos do período, Sampaio Ferraz acabou sucumbindo perante a opinião pública. Foi na queda de Sampaio Ferraz que o universo dos desclassificados surgiu como um parasita indesejado pela elite. O chão da polícia se mostrava diferente. Os agentes subalternos, os delegados, os escrivães e os secretas surgiram na erupção exposta pela imprensa depois do projeto de Sampaio ameaçar a autonomia dos órgãos jornalísticos. O lado oculto da corporação foi exposto em linhas gerais pelos jornais de grande circulação da capital.

Foi a partir dessa rusga entre Sampaio e a Imprensa que compreendemos a força que a imprensa possuía durante a Primeira República. Sampaio Ferraz, que havia sido eleito o

deputado federal mais votado para a constituinte de 1891, teve seu capital político minado pela imprensa. Sua competência foi contestada, seus métodos investigativos foram taxados como ineficazes e a moral da polícia se esfarelou. Chegando a ponto de Sampaio apresentar uma duplicada para conseguir se eleger para deputado em 1900, artimanha utilizada para apelar perante a mesa verificadora.

O presente trabalho buscou tratar da decadência de um mito. Revistar uma memória forjada e quase cristalizada de Sampaio como um excelente chefe de polícia que havia limpado o Rio de Janeiro e acabado com os capoeiras. Além do mais, identificamos um outro universo de agenciamento: a polícia. Marcos Bretas já havia sinalizado para o fato de que a polícia do Distrito Federal funcionava como uma espécie de trampolim político. Muitos chefes de polícia ascenderam para uma cadeira do Supremo Tribunal Federal. Aqui identificamos que os funcionários subalternos também utilizavam o aparato policial para ascender socialmente. Como exemplo disso podemos citar Cadete Transacção, que se valia do seu poder para fazer o que bem entendesse nas ruas da capital de República, até mesmo andar com sargentos da brigada policial e bravejar contra o delegado Vicente Reis (conforme o caso relatado no terceiro capítulo). Esses indivíduos que se valiam de seus cargos para se agenciar também merecem um papel de destaque na história. É a partir do estudo da organização policial que podemos traçar um panorama da relação do povo com a polícia, compreender a imagem da polícia e as narrativas estruturadas a partir de questões específicas.

FONTES:

Hemeroteca Digital Brasileira

Periódicos

- Hemeroteca Digital Brasileira, Gazeta de Notícias. ed. 332 de 28 de novembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, Gazeta de Notícias. ed. 333 de 29 de novembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal A Imprensa. ed. 196 de 20 de abril de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal A Imprensa. ed. 230 de 24 de maio de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal A Imprensa. ed. 304 de 06 de agosto de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal A Imprensa. ed. 60 de 03 de dezembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal A Imprensa. ed. 62 de 05 de dezembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal A Imprensa. ed. 864 de 13 de fevereiro de 1901.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal A Imprensa. ed. 864 de 13 de fevereiro de 1901.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal A Notícia. ed. 201 de 28 de agosto de 1900.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Cidade do Rio. ed. 98 de 3 de maio de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 106 de 16 de abril de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 108 de 18 de abril de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 115 de 25 de abril de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 118 de 28 de abril de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 120 de 30 de abril de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 121 de 1 de maio de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 121 de 1 de maio de 1902.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 126 de 6 de maio de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 144 de 24 de maio de 1899

- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 146 de 26 de maio de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 157 de 6 de junho de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 158 de 7 de junho de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 159 de 8 de junho de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 162 de 11 de junho de 1899
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 168 de 17 de junho de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 169 de 18 de junho de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 170 de 19 de junho de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 179 de 28 de junho de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 259 de 25 de dezembro de 1902.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 319 de 14 de novembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 319 de 14 de novembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 320 de 16 de novembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 322 de 18 de novembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 329 de 25 de novembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 331 de 27 de novembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 332 de 28 de novembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 335 de 1 de dezembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 336 de 2 de dezembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 338 de 04 de dezembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 340 de 6 de dezembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 341 de 07 de dezembro de 1898.

- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 341 de 07 de dezembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 341 de 7 de dezembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 343 de 9 de dezembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 343 de 20 e novembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 344 de 10 de dezembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 344 de 10 de dezembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 346 de 12 de dezembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 347 de 13 de dezembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 349 de 15 de dezembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 352 de 18 de dezembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 45 de 11 de dezembro de 1901.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 62 de 3 de março 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 63 de 4 de março de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 64 de 5 de março de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 82 de 23 de março de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 93 de 3 de abril de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 94 de 4 de abril de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 96 de 6 de abril de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 98 de 8 de abril de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Gazeta de Notícias. ed. 98 de 8 de abril de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal Jornal do Brasil. ed. 217 de 5 de agosto de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz, ed. 5425 de 13 de agosto de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 4426 de14 de novembro de 1896.

- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 4626 de 5 de junho de 1897.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5150 de 10 de novembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5165 de 25 de novembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5166 de 26 de novembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5166 de 26 de novembro de 1998.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5167 de 27 de novembro de 1998.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5167 de 27 de novembro de 1998.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5168 de 28 de novembro de 1998.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5258 de 27 de fevereiro de 1889.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5418 de 6 de agosto de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5425 de 13 de agosto de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5425 de 13 de agosto de 1899.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5425 de 13 de agosto de 1899
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5717 de 4 de junho de 1900.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5802 de 28 de agosto de 1900.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed. 5814 de 7 setembro de 1900.
- Hemeroteca Digital Brasileira, jornal O Paiz. ed.5150 de 10 de novembro de 1898.
- Hemeroteca Digital Brasileira, revista Careta. ed. 421 de 1916.
- Hemeroteca Digital Brasileiro, jornal Gazeta de Notícias. ed. 340 de 06 de dezembro de 1898.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário histórico-biográfico da Primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCAR, José Almino de. A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

ALONSO, Angela. Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868- 88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ASPERTI, Clara Miguel. A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. Contemporânea. Rio de Janeiro. Edição 07 - Vol .4 - Nº2 - Jul/Dez 2006. p45-55.

AZEVEDO, Célia M. M. Onda Negra, Medo Branco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, Marinalva. História Cultural da Imprensa (1800-1900). Rio de Janeiro: MAUDAX, 2007, v. 1.

BARBOSA, Marinalva. História Cultural da Imprensa (1900-2000). Rio de Janeiro: MAUDAX, 2007, v. 1.

BARBOSA, Orestes. Bambambã! Rio de Janeiro: Benjamin Costallat & Miccolis Editores, 1923.

BAYLEY, David H. Padrões de policiamento. São Paulo: Edusp, 2006

BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. TOPOI, v. 14, p. 162-173, 2013.

BRETAS, Marcos Luiz. A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz. A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz. A queda do império da navalha e da rastreira (a República e os capoeiras). Estudos Afro-Asiáticos, ed. 20:239-256. Junho de 1991.

BRETAS, Marcos Luiz. As Empadas do Confeiteiro Imaginário. A pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. Acervo (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 15, n.01, p. 7-22, 2002.

BRETAS, Marcos Luiz. Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARULA, Karoline. Darwinismo, raça e gênero. Projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos, 1870-1889. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2016

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 4ed.São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços, e epidemias na Corte imperial. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHALHOUB, Sidney. Lar, Trabalho e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque. 2ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CORRÊA, Mariza. As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

DAMAZIO, Sylvia. Retrato social do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). Brasil Republicano: a Proclamação da República à Revolução de 1930. 10a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

ENGEL, Magali Golveia. Metrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1989.

FERRAZ, Sampaio. Do delito, Código Penal, e Organização Policial na Inglaterra. Separata da revista do arquivo municipal nº CXXVI. Departamento de cultura, divisão do Arquivo Histórico: São Paulo, 1949.

FLORES, Elio Chagas. A consolidação da república: rebeliões de ordem e progresso. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Pp 43 -80.

GALEANO, Diego. Criminosos viajantes, vigilantes modernos: circulações policiais entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930. Tese (doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GODOY, Solange Sampaio. O avô do tempo: diário de um meteorologista. Dissertação (mestrado em história), PUC-Rio, 2005.

GOMES, F. S.. Negros e Políticas (1888-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005. 93p.

GRAHAM, S. L. Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

HARTOG, François. Regimes e historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.

HOBSBAWN, Eric. Sobre história. São Paulo: Compahia das Letras, 1998.

HOLLOWAY, Thomas. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

KALIFA, Dominique. A tinta e o sangue: narrativas sobre crime na Belle Epoque. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos (Fontes impressas). In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008. ; LUCA, Tania Regina de (org). Práticas de pesquisa histórica. São Paulo: Contexto, 2020.

LYNCH, Christian. O momento oligárquico: a construção institucional da República (1889-1891). In: VISCARDI, Claudia M. R.; ALENCAR, José Almino de. A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. A Civilização do delegado: Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930. São Paulo: Alameda, 2014.

MAUCH, Claudia. Dizendo-se autoridade: policia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de filosofia e ciências humanas, PPGH: Porto Alegre, 2011.

MENDONÇA, Carolina Silva Cunha de. Marias sem glória: retratos da prostituição feminina na Salvador das primeiras décadas republicanas. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Evaristo de Moraes, tribuno da República. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

MUZZI, Amanda da Silva. Os jacobinos e a oposição a Prudente de Moraes na transição entre as presidências militar e civil, 1893-1897. Dissertação de mestrado (Departamento de História), PUC-Rio, 2006

NAPOLITANO, Marcos. História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo. São Paulo: Contexto, 2020.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da república- o Brasil na virada do século XIX", in. O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Pp 43 -80.

OLIVEIRA, Henrique Silva de. Gatunos agem à vontade: polícia, ciência e identificação criminal em Salvador (1911-1922). Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal da Bahia, 2020.

OLIVEIRA, Marília Rodrigues. A tragédia da rua Januzzi: narrativas sensacionais, ciência e moral no Rio de Janeiro da Primeira República. Dissertação (mestrado em história). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014.

OTTONI, Ana Vasconcelos. "O paraíso dos ladrões": crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920). Tese (doutorado em história). Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2012.

OZANAM, Israel. Quem era o Doutor Anísio?: o desafio da ficção étnica à história social do Rio de Janeiro (1889-1916). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2018. .

PEREIRA, Cristiana Schettini. "Que tenhas teu corpo": uma história da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Tese de doutorado (História social). UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Campinas, SP. 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Revolução Federalista. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PINHEIRO, Alexander Magnus Silva. Uma experiência do front: a Guerra de Canudos e a Faculdade de Medicina da Bahia. Dissertação (mestrado em história). PPGH – Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2009.

PORTO, Ana Gomes. Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil. Tese (doutorado) — Universidade de Campinas, Campinas, 2009

REIS, Vicente. Os ladrões do Rio. Rio de Janeiro: Lammert, 1903.

RIBEIRO, Gladys Sabina. O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas. O antilusitanismo na Primeira República. Niterói: EDUFF, 2017.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Nem só à base do cacete, nem apenas com presentes: sobre como se garantiam votos na primeira República. In: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; ALENCAR, José Almino de. A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. A abertura para o mundo: 1889-1930 Rio de Janeiro: Objetiva, 2012

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930, Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. História da vida privada no Brasil vol. 3: da belle époque à era do rádio. 1 Ed. Companhia das Letras: São Paulo, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Eduardo. As queixas do povo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Maciel H. C. Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910). Tese (doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

SILVA, Maciel H. C. Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910). Tese (doutorado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

SOARES, Igor Antonio Santiago. “A jogatina desenfreada”: Trabalho, lazer e sociabilidade em Salvador (1890-1920). Dissertação de mestrado, PPGH-UFBA: Salvador, 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VISCARDI, Claudia M. R.; ALENCAR, José Almino de. A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.